Na mesma colecção, e sobre temas afins do tratado no presente volume:

N.º 51 — *As Cidades da Idade Média* — Henri Pirenne

O livro onde se assiste ao viver quotidiano dos homens medievais, na sua projecção sobre o evoluir da sociedade europeia.

N.º 76 — *Que É o Feudalismo?* — F. L. Ganshof

Um estudo praticamente exaustivo das instituições feudovassálicas, indispensável para quem deseje colocar na perspectiva do seu enquadramento histórico a evolução da sociedade europeia.

N.º 99 — *A Revolução Industrial da Idade Média* — Jean Gimpel

Um livro de extraordinário interesse e profunda erudição, onde se demonstra ser na Idade Média que deve situar-se, em rigor, a primeira revolução industrial.

N.º 125 — *O Mito da Idade Média* — Regine Pernoud

A ideia segundo a qual a Idade Média teria sido a época de trevas, injusta e bárbara, é desmistificada nesta obra, assinada por um grande especialista, numa linguagem séria e desenvolta onde a ironia vai de par com a erudição.

N.º 145 — *O Trabalho na Idade Média* — Jacques Heers

Um aspecto novo da história medieval analisado em profundidade numa obra que vem esclarecer extraordinariamente a tão falada como desconhecida Idade Média.

MICHEL BANNIARD

Assistente da Universidade de Limoges

A ALTA IDADE MÉDIA OCIDENTAL

Francisco José Silva Gomes

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Título original: Le Haut Moyen Age Occidental *(publicado por Presses Universitaires de France, col. «Que sais-je?»)*

Tradução de M. de Campos

Capa: estúdios P. E. A.

Editor: Francisco Lyon de Castro

Edição n.º 1156/2920

Execução técnica:
Tipografia Camões,
Póvoa de Varzim

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Tornou-se já um lugar-comum nos nossos dias afirmar que a civilização ocidental está em mudança e os Europeus não sabem discernir o futuro rosto do seu próprio universo, esta incerteza está ligada às grandes correntes da História Universal, cujo percurso, como todos sentem, se modificou; perante esta metamorfose, os homens interrogam-se acerca de si mesmos, perscrutam o futuro e investigam o passado. Contrariamente a um célebre dito de espírito, há muito tempo sabem os homens que as civilizações são mortais. (Que outra coisa podem significar a história fabulosa da Atlântida ou a presença de ruínas misteriosas no lugar mágico da futura Roma, que Evandro apresenta a Eneias?) Podem desaparecer quase completamente ou transformar-se, tornar-se outras. O Ocidente europeu conheceu já uma tal transformação. Os estudantes aprendem nas aulas que à Antiguidade se sucedeu a Idade Média. Através desta formulação sumária escamoteia-se a própria mudança. Mas esta mudança impõe o seu peso à consciência moderna: a História é, por conseguinte, interrogada. Quando se passou da Antiguidade para a Idade Média? Como? Porquê? Que visão tiveram desses tempos aqueles que neles viveram?

A solução começa por se basear, antes de mais, na elaboração de definições: O que é a Antiguidade? O que é a Idade Média? Em que critérios se pode basear uma tipologia de contrastes destas duas civi-

lizações? Critérios económicos, sociais, políticos, linguísticos? (Poder-se-ia admitir que o Mundo Antigo termina no Ocidente a partir do momento em que a língua falada pelo povo deixa de ser o latim.) Ter em consideração estes dados obriga a reconhecer que é difícil cortar brutalmente entre a Antiguidade e a Idade Média, e sobretudo que, se há caracteres essenciais pelos quais se reconhece a Idade Média que estavam presentes nas estruturas históricas do mundo romano a partir do século V, numerosos traços pelos quais se define o Mundo Antigo continuam até aos séculos VII ou VIII. Aparece, assim, um período transitório entre um tipo de civilização ainda essencialmente antigo e um outro já fundamentalmente medieval. É a Alta Idade Média.

Relativamente breve (não pode começar muito antes de 500, nem acabar muito depois de 800), constitui portanto um período híbrido que participa, ao mesmo tempo, de um e de outro tipo de civilização e evolui em ritmos variados, segundo as regiões, os momentos, os caracteres considerados, de um momento para outro da História. *Está em curso* uma verdadeira mudança de civilização, longe de se encontrar já realizada, e isto em todos os domínios: economias, instituições, sociedades, línguas ... É na realidade um abuso (como o mostraram os trabalhos de A. Chastagnol) apresentar o Baixo Império Romano como uma pré-Idade Média. Bem entendido que alguns sintomas anunciam nesse período a Idade Média, mas só privilegiando-os de uma maneira artificial em detrimento de caracteres permanentes igualmente nítidos se pode pintar um quadro pré-medieval dos séculos III-IV romanos. Historiadores e simples curiosos têm, por conseguinte, aqui à sua disposição um campo de predilecção, por pouco ávidos que sejam de melhor compreender os processos através dos quais uma civilização cede o lugar a outra.

Esta passagem de um mundo para outro aparece com mais nitidez precisamente onde a Antiguidade tinha deixado uma marca mais profunda. A sua profundidade é mensurável: em todos os lugares do Ocidente onde nos nossos dias é falada uma língua românica (não se deverá esquecer a Roménia, mas ela está, por definição, excluída dos nossos propósitos), a civilização romana tinha lançado sólidas raízes. Porque o latim foi nesses lugares falado por todas as camadas da população. Será portanto da Itália, como é evidente, mas também da Gália e da Espanha, que aqui se tratará; deixaremos pelo caminho a África romana, que se não pode tornar românica. Os países do Ocidente não latino *(Scotia, Britannia, Germania ...)* não serão, por conseguinte, tidos em consideração senão na medida em que o seu contributo externo foi por vezes essencial à(s) mudança(s) no interior da *Romania.*

N. B. — Os números entre parênteses [ ] remetem para a bibliografia.

CAPÍTULO I

DE UM IMPÉRIO A OUTRO

I — Últimos vestígios do Império Romano no Ocidente (461-476)

«E uma vez que viestes, única esperança de um mundo esgotado, nós vos pedimos, restaurai as nossas ruínas e, ao passar, lançai o vosso olhar, ó vencedor, sobre Lião que é vossa: de vós implora o repouso, destruída por dificuldades sem conta; dai-lhe a paz, restitui-lhe a coragem: o pescoço fatigado do jovem touro, se deixar um instante a charrua, fará com que trabalhe em seguida melhor a terra compacta do campo. Gado, colheitas, colonos, cidadãos, tudo a nossa cidade perdeu ... Sucumbimos sob as devastações, sob o incêndio, mas vinde e dai vida a todas as coisas ... Quando subirdes ao vosso carro de vitória e, segundo o uso dos antepassados, as coroas mural, valar, cívica juntarem os louros sobre a vossa cabeleira sagrada, quando o Capitólio dourado vir os reis agrilhoados, quando vestirdes Roma de despojos guerreiros ... eu próprio, através das multidões aglomeradas à vossa passagem e no meio das suas aclamações, irei à vossa frente e os meus

fracos cânticos, tal como hoje, dirão ...» (Trad. A. Loyen [1].)

É com estas graves palavras que um aristocrata lionês, Sidónio Apolinário, acolhe o imperador Majorianus em Lião, que acaba de ser reconquistada por Aegidius, comandante do exército da Gália, no termo de uma dura campanha militar na Burgúndia (em 458). O discurso de Sidónio resume bem a situação real da Gália e do Império nesta data. Há meio século que os Bárbaros forçaram a fronteira no Ocidente. Instalaram-se em todos os lugares em que o poder civil e militar do Império foi impotente para os expulsar. Sucederam-se confrontos armados e acordos mais ou menos pacíficos. Os Bárbaros são pouco numerosos: raramente o seu número global ultrapassa 16% da população autóctone. Constituem mais núcleos de indivíduos repartidos irregularmente pelo Império do que verdadeiros enclaves humanos. Sem dificuldade são apresentados sob a forma de grupos tribais, já muito influenciados pela civilização romana, mas impondo aos territórios por eles ocupados uma indiscreta presença. A sua violência tocou sobretudo as classes abastadas da sociedade antiga: cada bárbaro impôs uma partilha das terras a este ou àquele proprietário, ou eliminou-o mesmo fisicamente. Para a grande maioria a mudança é muito pequena. A confusão criada pelas incursões e pelas ocupações bárbaras terá talvez permitido, algumas vezes, a essa grande maioria que escapasse a alguns dos encargos fiscais que a esmagavam. Puderam desta forma criar-se conluios entre as populações romanas pobres e os invasores. É a tese defendida por volta de 450 por um padre de Marselha, Salviano. É certo que não houve qualquer movimento de resistência autenticamente popular. Tudo se passa como se os humildes se desinteressassem da sorte do Império. Quanto aos poderosos, já não

contam daqui em diante senão com exércitos de mercenários para defenderem o Estado e, pouco a pouco, não pensam senão em salvar a sua própria província, até mesmo o seu domínio privado. Perante etnias acostumadas a combater elas mesmas, a degradação da situação militar é assim contínua. Há unicamente algumas pausas nesta evolução, quando chefes militares (Aetius) ou imperadores (Majorianus) enérgicos tentam travar a desagregação do território romano.

Será esta irreversível? Não se poderá encontrar resposta para este problema senão tornando bem claras as causas que provocaram o desmembramento do Império Romano no Ocidente (e, paralelamente, as bases que permitem a sobrevivência deste Império no Oriente). Para os contemporâneos ocidentais que vêem o Império passar pouco a pouco para as mãos dos Bárbaros por fases sucessivas, não é de modo nenhum evidente, pelo menos até aos anos 420-430 (e muitas vezes mais tarde), que não houvesse qualquer remédio para a situação. É que essas pessoas conservam, em geral, a recordação do século III. Com efeito, a partir dessa época o Império esteve em risco de desaparecer: cinquenta anos de anarquia militar e de crises sociais e económicas tinham-no tornado vulnerável nas suas fronteiras, tanto no Oriente como no Ocidente, à pressão dos povos estrangeiros. As grandes invasões do século V começam com a passagem do Reno e a entrada violenta na Gália de três povos germânicos: Suevos, Alanos, Vândalos. Mas outros povos germânicos, os Francos e os Alamanos, tinham, de 244 a 277, forçado as fronteiras da Gália, que haviam devastado. As campanhas de Probus (277) tinham posto termo ao «terror bárbaro». O poder imperial tinha reencontrado a sua unidade; as fronteiras, a sua solidez; a economia, a sua actividade; a religião, um novo impulso. No final do século IV o mundo romano perdura; a civilização de sempre continuará. Os perigos e as perturbações desta época, o enfraquecimento relativo do Ocidente em relação ao Oriente, não podem impedir um optimismo comedido acerca do futuro da «cidade» romana. Ainda em 417, um escritor cristão da Espanha, Paulo Orósio, afirma a sua confiança: o Império encontraria de novo a sua força e saberia tornar-se uma fortaleza da cristandade. Contudo, do outro lado do mar, Agostinho tinha convidado, da rica África, os seus concidadãos a desviarem as esperanças da cidade terrestre para as colocarem na cidade de Deus. A História dar-lhe-á razão. Mas é só depois da morte trágica de Majorianus (461) que os mais optimistas dos romanos sentem verdadeiramente que a sorte do Império está terminada no Ocidente. Sidónio Apolinário deixa Lião e retira-se durante sete anos para o coração da Alvérnia. Em 468, terá ainda a honra de ser prefeito da cidade; mas em 471 entra na vida religiosa: é eleito bispo de Clermont, sinal seguro, para nós, de que pressentiu o fim próximo do Império, porque se dedica desta forma a um serviço que já não está de modo algum ligado com a sorte desta instituição humana.

Nesta época, que parte do Ocidente continua mais ou menos romana, ou seja, reconhece de maneira mais ou menos directa a autoridade do imperador? Depressa se dá a volta: continuam no Império a Itália e, na Gália, a Alvérnia e a Provença. Acrescentam-se a estes últimos bastiões exércitos romanos, que continuam uma existência autónoma nos territórios que têm de defender. Contudo, isto não significa que se devem considerar as outras partes do Império como submersas sob a torrente dos invasores. Na realidade, durante toda a primeira metade deste século V os Bárbaros começaram a impor o seu poder paralelamente com a administração imperial, em virtude do sistema dito dos *foedus*, sistema pelo qual o imperador concedia aos recém-chegados um estatuto legal dentro do Império. Mais tarde impuseram a sua autoridade a esta administração: mas esta não desapareceu de uma forma brutal. Deste modo, o Estado desmembrou-se e depois, pouco a pouco, dissolveu-se como um banco de gelo. As últimas placas de gelo desapareceram pouco antes de o último imperador romano do Ocidente ter sido expulso por uma revolta militar e substituído por um rei bárbaro (476). Após três anos de resistência encarniçada, a Alvérnia passou para as mãos dos Visigodos de Eurico, e Sidónio, alma desta resistência, partiu durante algum tempo para o exílio junto de Carcassone (475).

II — Os movimentos de povos (476-568)

Olhar o mapa do Ocidente romano em 476 é, ao mesmo tempo, instrutivo e enganador. Aparentemente, já se voltou a página. Quantos povos vindos do exterior se instalaram, destruíram a antiga unidade mediterrânea; quantos outros virão no período de um século, em vagas sucessivas, trazer novas características a um rosto já mudado! Partimos do extremo limite do mundo conhecido no Ocidente: em Espanha encontra-se um povo notavelmente estável, os Visigodos. Instalados na Aquitânia desde 418, onde fundam o reino de Tolosa, ocupam pouco a pouco igualmente a Espanha e substituem-se progressivamente à autoridade imperial. Em virtude de um *foedus* concluído com Roma, começam por expulsar os Vândalos da região (429); depois, em nome do imperador Avitus, empurram os Suevos e relegam-nos para o extremo ocidental (456). A partir de meados do século V são senhores da Espanha, à qual tentam impor o seu arianismo. Ser-lhes-á necessário fazer frente aos perigos franco e bizantino: terão de ceder a Aquitânia a Clóvis (507, Vouillé), mais tarde o Sul mediterrânico da Espanha aos exércitos de reconquista lançados por Justiniano (551). Empurrados e agrupados no centro da Península, os Visigodos não se tornarão a mexer.

A África não conheceu qualquer invasor bárbaro antes de 429. Nesta data, chegam de Espanha os Vândalos, conduzidos por Genserico, desembarcam junto da actual Tânger e pouco a pouco conquistam toda a região costeira. Algumas paragens na sua progressão não os impedem de tomar Cartago em 439; detêm então a África proconsular, a Byzacene, uma parte da Tripolitânia e da Numídia, ou seja, as mais ricas províncias do Império do Ocidente. Instalados, os Vândalos quase se não tornarão a deslocar. Alguns

ataques de surpresa permitem-lhes pilhar Roma (455), destruir uma frota de reconquista constituída em Cartagena por Majorianus (460) e apoderar-se da Sicília. Saídos da parte oriental do Reno em 406, a sua corrida parou em 439: a partir desta data a África está completamente perdida para o Império. Além disto, os Vândalos são de religião ariana. À ocupação material juntou-se também um duro conflito religioso.

A Gália escapa rapidamente a este problema. No início do século VI ela é a mais repartida das antigas regiões do Império. Entre o momento em que os povos do exterior a percorrem em todos os sentidos e o momento em que os Francos conseguem alargar a toda ela a sua dominação, há períodos em que se assemelha a um mosaico. Quando a Alvérnia cai às mãos dos Visigodos, quatro povos a partilham: os Francos ocupam os territórios entre o Loire e o Reno; os Burgúndios uma vasta região, a *Sapaudia* (sem dúvida a Suíça romanche e o sul do Jura francês, à volta de Genebra), a que juntaram pela força Lião e uma parte importante do vale do Ródano; os Visigodos toda a Aquitânia. Só a Provença continua ainda romana. Os movimentos de povos vão continuar-se sob a forma de conflitos armados entre os Francos e os seus vizinhos. Os Francos católicos de Clóvis entram pela força na Aquitânia e batem os Visigodos arianos em Vouillé (507); o seu ímpeto é tal que se torna necessária uma intervenção diplomática de Teodorico para que parem o seu esforço às portas da Espanha. Em 534 o reino burgúndio é absorvido no domínio merovíngio. Nessa data estabiliza-se a expansão franca; o mundo galo-romano já não se encontra partilhado senão entre os diversos ramos de um mesmo povo bárbaro.

A Itália, mais ainda do que a Espanha ou a África, apresenta um rosto homogéneo. Quando em 476 Odoacro, chefe militar dos hérulos ao serviço do

Império, destrona Rómulo Augústulo, a Itália não sofreu qualquer movimentação de povos: são exércitos de bárbaros mercenários acantonados no seu solo que tomam oficialmente nas suas mãos um poder que de facto já detinham. Em 493 os Ostrogodos de Teodorico, em nome do imperador Zenão, do Oriente, entram na Itália, perseguem os exércitos de Odoacro e, depois da execução deste em Ravena, constituem um Estado romano-gótico. Este compreende a Itália e a Provença e não mudará de aspecto até ao regresso em força do Império (536). Também nessa altura se verifica um recuo do catolicismo. Na realidade, tal como os seus irmãos Visigodos e como os Vândalos, os Ostrogodos, há muito tempo de religião cristã, pertencem a um ramo herético da cristandade, o arianismo. Só a Gália oferece nesta época um refúgio para a tradição católica romana. Os movimentos de povos perturbaram desta forma o mapa não só político mas também religioso do Ocidente. Entretanto, estes recém-chegados e estas novas fronteiras — enganar-se-ia quem se persuadisse do contrário — não designam uma realidade maciçamente modificada, pelo menos num primeiro tempo.

III — Vida e morte da África romana (533-698)

Em África os Vândalos não têm tempo para encontrar uma solução satisfatória para o problema crucial que lhes impõe a resistência activa da Igreja católica, apoiada pela população romana. O seu contínuo esforço para impor o cristianismo ariano, que é o seu, fracassa. Contra estes senhores, apesar de tudo muito minoritários e muito isolados, a grande massa dos Africanos encontra durante longo tempo um apoio nos países da bacia oriental do Mediterrâneo, que permaneceram sob a autoridade de Bizâncio. E é por demais evidente que todos os imperadores do Oriente se esforçam por favorecer a aversão popular (pelo menos nos meios urbanos) por uma religião importada e imposta com brutalidade. Além disto, os Vândalos nunca se encontram em condições de controlar um espaço vital tão extenso: numerosos reinos berberes se encontram encravados no interior da antiga África romana. Os Romanos, impotentes para controlarem os planaltos e os montes, só tinham implantado a sua civilização nas planícies. Isto impede a constituição de um Estado romano-berbere. O irredentismo berbere acresce ao desaparecimento da autoridade imperial. Finalmente, a sucessão dos soberanos não se realiza sem dificuldade entre os Vândalos. Estas características explicam a dissolução extremamente rápida deste Estado quando o Império Romano do Oriente parte de novo à conquista do Ocidente.

De facto, tudo se passa muito rapidamente, entre Setembro e Dezembro de 533. Na realidade, a partir da reconquista de Cartago a sorte do Estado (e da etnia) vândalo está jogada. O empreendimento cultural deste é tão fraco que a África se torna romana sem perturbações. A partir do momento em que Belisário concluiu a vitória militar, o imperador Justiniano dá, pelo decreto de 534 (a Pragmática Sanção), o estatuto de prefeitura do pretório à África, que de novo é dividida em províncias. Como é evidente, toda a máquina administrativa herdada do Baixo Império retoma uma actividade normal: a África é o primeiro país do Ocidente a reencontrar uma fiscalidade burocrática. O exército é reorganizado: um comandante das milícias chefia com quatro duques (chefes) responsáveis pelas quatro províncias. O cristianismo ortodoxo torna a encontrar todas as suas prerrogativas, ou seja, retoma o seu lugar uma hierarquia regular. Finalmente, como aliás em todos os lugares do Império, Justiniano organiza uma nova linha de defesa *(limes)*,

destinada a impedir todas as incursões estrangeiras. As cidades são rodeadas de fortificações. Teriam sido protegidas deste modo cento e cinquenta. A finalidade é criar uma linha contínua de fortalezas desde a Tripolitânia até à Mauritânia tingitana. As areias do deserto revelaram nos nossos dias muitos destes edifícios: todo o problema do Império é então a fraqueza dos efectivos que os podem ocupar. Mas o seu papel é certamente considerável na manutenção e na sobrevivência de uma *Africa romana* durante cento e cinquenta anos.

É sem dúvida nesta parte do Ocidente que o Mundo Antigo continua mais longamente uma vida sem solução de continuidade real com o Baixo Império. A ocupação vândala tinha modificado muito pouco as características fundamentais da civilização romano-africana do século IV (e Cartago era então uma das cidades mais prósperas e de maior prestígio do Império); a reconquista faz passar esta para a autoridade de Constantinopla, que substitui Roma (ou, antes, Ravena e Milão). Mas não devemos esquecer que Justiniano, antes de mais, pretende ser latino e que a língua que fala com maior predilecção é o latim. A palavra imperial, a escrita administrativa, o comando militar, a organização eclesiástica, pertencem todos ao mundo do «latim tardio». Pode seguir-se o lento processo que teria finalmente feito da África um país românico. Numerosos testemunhos linguísticos (actos privados, placas, papiros ...) mostram, na realidade, que a língua falada pelo povo nos séculos VI e VII tem em si todos os sinais que indicam a gestação de uma futura língua original.

Os confrontos religiosos, o irredentismo berbere, os conflitos sociais devidos à pressão fiscal, o relativo empobrecimento da economia e do poder bizantinos no século VII, enfraquecem esta província. Muito especialmente a questão monofisita suscitada por Justiniano cria uma nova linha de clivagem no seio da sociedade romano-africana: a África, tradicionalista, apoia-se no papado contra a vontade do imperador, desejoso de unir o Império à volta de uma crença heterodoxa.

Dito isto, a África romana resiste melhor e durante mais tempo à pressão árabe do que tinha feito perante a invasão vândala. As primeiras incursões dão-se a partir de 647 no Sul da Mauritânia tingitana. Mas os novos invasores não podem conquistar as fortalezas que protegem o *limes*. A África conhece, deste modo, uma trégua até 670 (fundação de Kairouan). A ofensiva maciça inicia-se em 688. Aos Árabes, que conquistam e perdem Cartago em 698, antes de a tomarem definitivamente em 702, são necessários cinco anos de combate para que a África deixe de ser romana. Além da frota e das fortalezas bizantinas, um elemento principal da resistência é formado pelas tribos berberes, tão rebeldes à unificação pelo Islão como o tinham sido à organização romana. Também neste ponto, de uma maneira diferente das outras regiões do Ocidente latino, a passagem de uma civilização a outra foi brusca na África. A língua e a cultura árabes suplantam sem demora a língua e a cultura latinas.

IV — A Espanha visigótica e em seguida muçulmana (484-842)

Estas tomaram na Espanha do século VIII uma forma brilhante e original, no momento em que a expansão muçulmana tenta apagá-la do mapa no Ocidente. De facto, a Espanha está provavelmente em condições de se tornar, no momento em que passa para a órbita do Islão, a primeira das nações «europeias». Nada é mais revelador a este propósito do que o *Elogio da Espanha*, escrito no princípio do século VII por Isidoro, bispo de Sevilha:

> Tu és de todas as terras, quaisquer que elas sejam, que vão desde o Poente até às Índias, a mais bela, ó mãe sagrada e sem-

pre feliz dos príncipes e dos povos, Espanha! Com boas razões tu és nos nossos dias a rainha de todas as províncias [...] És tu a honra e o ornamento do mundo, a parte mais ilustre da terra; terra onde é grande a alegria e vasta a floração que conhece a fecundidade gloriosa do povo godo. Mereceste que a natureza te enriquecesse com mais indulgência com uma abundância feita de tudo aquilo que vive. És pródiga em frutos, inundada de vinhas, coberta de searas; vestes-te de cereais, cobre-te a sombra dos olivais, bordam-te as vinhas ... Foi pois com razão que, há muito tempo já, a Roma dos raios de ouro, a cabeça dos povos, te desejou; e embora a valentia vitoriosa dos Romanos te tenha primeiro tomado como noiva para si, da segunda vez o povo florescente dos Godos, depois de muitas vitórias alcançadas em todo o mundo, com grande luta te arrebatou e amou, e desde então aproveita dos teus frutos, frutos reais entre os mais insignes, no meio de amplos recursos, confortada pela felicidade do Império.

Como Virgílio cantando a Itália e opondo as suas riquezas às riquezas do Oriente, Isidoro volta-se para novos homens e novos tempos políticos. O pensamento do sevilhano embeleza a realidade do seu tempo, mas reflecte-a também em larga medida. A velha civilização hispano-romana, apesar das perturbações do século V, continua na mesma nos pontos essenciais e está pronta, presentemente, a fundir-se com a cultura e o contributo visigóticos. De facto, estes últimos reduzem-se sobretudo a uma estrutura política. Apesar das violências internas que caracterizam muitas vezes a transmissão do poder real (Gregório de Tours fala do assassínio dos soberanos como

de uma doença endémica entre os Visigodos!), apesar das tendências centrífugas na periferia da Espanha (revoltas locais e tentativas de constituição de reinos autónomos), apesar da pressão bizantina no Sul do país, os Visigodos oferecem à Espanha uma hipótese real de se tornar um conjunto geográfico, étnico e religioso unificado. Porque o obstáculo essencial para a fusão étnica entre Godos e «Romanos» é levantado após um século de incertezas e de confrontos. Na realidade, torna-se patente a partir de 583 (o filho do rei, Hermenegildo, converte-se ao catolicismo sob a influência de Leandro, arcebispo de Sevilha — e irmão de Isidoro) que a minoria ariana que os Visigodos constituem foi progressivamente impregnada pela religião tradicional que é a da maioria. Ainda que não tivesse havido uma reflexão política por parte dos reis visigodos, parece normal que a sua conversão do arianismo à ortodoxia se inscrevia na lógica das coisas. Todo o peso mental da Espanha era um chamamento para essa mudança. É certo que a partir do momento em que, em 587, a religião oficial da Espanha é o catolicismo «romano», estão reunidos todos os elementos para que floresça completamente a civilização visigótica.

Na realidade, durante mais de um século a Espanha tornou-se um Estado coerente. Poder-se-á falar de nação? De sentimento nacional no seio das aristocracias visigóticas e romanas? É um ponto para discussão. É certo (e a *laus* isidoriana mostra-o com clareza) que o seu horizonte mental compreende toda a Espanha e, enquanto permanece sob o poder godo, a Aquitânia, sem omitir a Narbonense (denominada *Gothia* no século VII). O recuo por etapas e a deslocação para ocidente da capital [Narbona, depois Barcelona (531) e finalmente Toledo], no fundo contribuíram para dar à Espanha uma maior coerência. Neste espaço, que, desta forma, a partir desta alta

Idade Média toma um aspecto muito moderno, cristaliza-se pouco a pouco um espírito nacional à volta de dois poderes essenciais: a Igreja e a realeza. Estas duas forças prestam-se rapidamente mútuo apoio. O cristianismo ortodoxo triunfa completamente. Os vestígios do arianismo são rapidamente — e por vezes energicamente — apagados (reacções entre 603 e 610). A hierarquia católica reconstitui-se solidamente e depende do arcebispo de Toledo, cuja autoridade é pouco contestada no seu país e bastante livre perante o papa. De facto, produziu-se uma modificação de atitude dentro da Igreja de Espanha. Enquanto dominava o arianismo, sentia a necessidade de apoiar a sua resistência no prestígio do pontífice; quando a ortodoxia ficou vencedora, retoma uma relativa independência. Quanto mais avança o século VII, tanto mais a Igreja participa na vida laica: a sua influência e a sua autoridade são evidentes, como se pode ver considerando a regularidade, a frequência e a importância dos concílios de Toledo, cujos cânones regem quase todos os aspectos da organização do reino. Isto é normal, na medida em que, depois de os reis godos terem reforçado a Igreja, esta se preocupa em consolidar um poder único, central e indiscutido. Para isto as dificuldades provêm da repugnância manifestada pela aristocracia laica (sobretudo visigótica) em renunciar à antiga regra tribal segundo a qual o rei devia ser eleito. Um soberano resoluto e excelente general como Suíntila (expulsa os Bizantinos das suas últimas possessões espanholas e vence os Bascos, que tinham vindo pilhar a Tarraconense) não pode transmitir o seu poder ao seu filho Ricimer, embora o tivesse associado desde a idade de sete anos ao seu trono, e vê-se obrigado a abdicar em proveito de um rival escolhido pela aristocracia, Sisenando. Logo depois, um concílio realizado em Toledo (5-12-633) tenta estabelecer uma regra que preserva melhor a

estabilidade política do reino: confirmando a tomada do poder por Sisenando, os bispos publicam um cânone anatematizando qualquer futura revolta contra o rei. Assim, a personalidade do rei recebe da própria Igreja um carácter sagrado. Este carácter toma um brilho especial graças à introdução de um novo rito: a coroação real é acompanhada de uma sagração religiosa. A primeira cerimónia deste género é testemunhada em 672 (Wamba). Mas é certo que remonta a tempos mais antigos no século VII, sem que seja possível precisar a data. De qualquer modo este duplo movimento, pelo qual o poder real e o poder eclesiástico se aproximam e se apoiam, permite à Espanha continuar um Estado muito homogéneo em face das forças explosivas que a aristocracia romano-visigótica trazia em si. Esta unificação relativa da sociedade e do espaço hispano-gótico é acentuada em 654 pela promulgação e aplicação de um código legislativo escrito (o *Forum iudicum* de Recesvindo), destinado a reger indistintamente os Romanos e os Godos.

Mas, através deste movimento, a Espanha não tinha ainda adquirido uma suficiente coesão nacional no momento em que a expansão árabe a veio ameaçar. O irredentismo de etnias periféricas (Bascos, Vascões), a insubordinação dos grandes (revolta do conde Paulo em Septimânia em 673), a fuga perante os serviços impostos pelo Estado (recusa de respeitar as obrigações militares) e sobretudo a intolerância religiosa nascida naturalmente da união efectiva da Igreja e do Estado (os judeus, numerosos em Espanha, são cada vez mais perseguidos) explicam a rápida queda da Espanha visigótica na altura da incursão árabe de 711? A própria derrota do exército e o assassínio do rei Roderico (batalha de Guadalete em 19-7-711) não são suficientes para explicar a rapidez com que os Árabes de Tárique conquistam toda a parte meridional da Espanha: Córdova, Toledo, Sevilha, Saragoça caem rapidamente nas suas mãos. Pelo sul, a partir do Mediterrâneo, a Espanha sofre assim, três séculos depois do anterior, vindo do norte, o choque de uma invasão. Há uma profunda diferença com a entrada e a instalação dos

Visigodos. Desta vez, os novos invasores formam um conjunto totalmente heterogéneo com a cultura e a civilização hispânicas. Trazem eles próprios uma crença religiosa dinâmica, um tipo de sociedade solidamente articulado, uma civilização já brilhante, uma língua que tem uma tradição literária atrás de si. Além disso, os Árabes praticam uma política religiosa fundada na tolerância: os vencidos não são obrigados a renegarem as suas crenças tradicionais; os seus monumentos são poupados. Em contrapartida, são obrigados ao pagamento de impostos excepcionais, enquanto, convertendo-se ao Islão, ficam em igualdade de direitos com os muçulmanos. Esta táctica permite aos invasores, muito inferiores em número, assimilar rapidamente, ou seja, aculturar, uma grande parte dos indígenas: estes formam, a partir do século VIII, uma população importante. Os judeus aceitam bem os novos senhores da Espanha. Quanto aos cristãos, decididos a permanecerem fiéis à sua fé, formam pouco a pouco uma camada original, os moçárabes, na encruzilhada de duas religiões e de duas civilizações, sem cessar ameaçadas de se integrarem no Islão. Será preciso um endurecimento dos católicos de Córdova, conduzidos por Eulógio e Álvaro Paulo, para que em meados do século IX se verifiquem perseguições e haja mártires.

É verdade que, nesta data, o reino das Astúrias se tornou uma entidade política militar e religiosa bastante extensa para que o temor de um conluio entre cristãos moçárabes e cristãos «espanhóis» tenha levado o emirato de Córdova à severidade. Porque a fraqueza da conquista árabe em Espanha vem do facto de não ter sido geograficamente completa. Uma parte da aristocracia hispano-gótica recuou no momento da invasão, para o Norte da Espanha, para a região de Oviedo. Protegidos pela cadeia de defesa natural dos montes Cantábricos, certos de poderem abrir um caminho, em caso de necessidade, pelo mar, estes refugiados proclamaram um rei, Pelágio, e desta forma fundaram o reino das Astúrias. O ímpeto muçulmano enfraqueceu em razão dos conflitos internos que opõem nele duas etnias, berbere e árabe, e não consegue abrir este último ferrolho (a lenda — ou a História? — conta que Pelágio venceu Alkama, com-

panheiro de armas de Tárique, em Covadonga). Em 850, no momento em que Afonso III sobe ao trono, esta fortaleza cristã das Astúrias, herdeira directa da civilização hispano-gótica, tornou-se conquistadora. Beneficia, por sua vez, dos diferentes factores que tinham causado a queda da Espanha visigótica: conflitos no seio da aristocracia muçulmana (revolta do governador de Saragoça, 777; de Toledo, 797); agressividade das etnias pirenaicas; conflitos religiosos; problemas sociais (sublevação de Córdova, em 818, contra uma excessiva pressão fiscal). A estes factores juntam-se a instabilidade do poder muçulmano no conjunto do Império (conflitos dinásticos) e a pressão dos Francos (instalam-se em Gerona em 785 e constituem o reino da Aquitânia e a Marca da Espanha). O poder muçulmano em Espanha recua pouco a pouco de nordeste para sudoeste. Mosteiros, igrejas, fortalezas, quintas, centros urbanos construídos, reconstruídos ou reanimados pelos «Ocidentais» marcam o lento avanço do reino cristão.

V — A Itália entre o Ocidente latino e o Oriente grego (476-812)

A história da Itália é muito cheia de contrastes durante a Alta Idade Média. De 476 a 536 não muda de rosto e conserva a sua integridade geográfica. A partir de 568 perde toda a unidade. Entre estas duas datas torna a encontrar, à custa de consideráveis sacrifícios, o seu estatuto de Itália romana, sob a égide de Constantinopla. Mais tarde, com a conquista (parcial) carolíngia, parece passar definitivamente para a órbita ocidental. Quando o chefe bárbaro Odoacro depôs o imperador Rómulo Augústulo, nenhuma surpresa de maior afectara os contemporâneos. A Itália, regressada praticamente às suas próprias fronteiras «naturais», reencontrava uma con-

figuração com sete séculos de antiguidade que já tinha esquecido. O exército romano, instalado no vale do Pó, recebe então terras que lhe permitem instalar-se de uma forma definitiva. Os cargos e as dignidades do Estado são atribuídos a membros da aristocracia senatorial. O abastecimento de Roma fica assegurado (trigo da Sicília). A Igreja católica quase não sente a autoridade do «usurpador», embora este seja ariano. Além disto, este assume activamente a função essencial que outrora dele esperava o Império: defende energicamente a Itália (reconquista da Sicília com Genserico; reconquista da Dalmácia, 481; campanhas na Nórica, 488). A fraqueza relativa do seu poder provém sobretudo da exiguidade dos seus efectivos e do seu isolamento no seio da grande massa de uma população indígena para quem a luta pelo poder não diz respeito mais do que antes acontecia. Por conseguinte, a Itália assiste como espectadora passiva à passagem dos Ostrogodos pelo seu território.

Chegam de Mésia, conduzidos pelo seu rei Teodorico. Este não é de forma alguma um chefe bárbaro. Adoptado como «afilhado de armas» (476) por Zenão, estacionando muitas vezes em Constantinopla, está durante muito tempo separado em parte do seu povo, acantonado em terras que rapidamente se tornaram incapazes de responder às suas necessidades. Em 488 os Ostrogodos marcham sobre a capital do Império do Oriente, depois de terem chamado o seu rei para os comandar. Teodorico aproveita a ocasião: sob a ameaça do seu exército, obtém de Zenão o título de *magister militum* (comandante do exército) da Itália e parte para ocidente. Em quatro anos de combate o Amal consegue pôr fim à resistência encarniçada das forças de Odoacro, captura e mata este último, torna-se o senhor omnipotente de uma Itália intacta. Rapidamente consegue a união da aristocracia romana. O imperador do Oriente confirma-o nas suas funções de chefe militar. Teodorico é portanto, simultaneamente, rei para os seus súbditos godos e chefe dos dois exércitos para os Romanos. Assim se institucionaliza um sistema original que funcionará quase sem complicações durante mais de trinta anos.

Os Godos recebem terras nas regiões vitais para a defesa da Itália, por conseguinte, como sempre, a norte do Pó; fica reservado a eles o uso e porte de armas e incumbe-lhes, portanto, exclusivamente a segurança do Estado. A aristocracia romana não perde senão uma pequena parte das suas terras e recebe em compensação um papel importante na administração civil. A burocracia do Baixo Império continua a funcionar: administração, justiça, finanças. Finalmente, uma política religiosa muito tolerante liga a Teodorico o clero católico (Ennodus, bispo de Pavia, compõe um panegírico do rei, na tradição de Sidónio Apolinário). Esta calma interior é propícia a uma política «estrangeira» activa. Em primeiro lugar, Teodorico consolida as defesas da Itália: fortalece a sua autoridade na Nórica e na Dalmácia e, sobretudo, toma sob o seu poder a Panónia (reconquista de Sirmium); desta forma a Itália encontra de novo uma fronteira no Danúbio! Além disso, a Provença fica sob a sua autoridade. Perante os outros reinos bárbaros, Teodorico assume um papel de regulador na bacia mediterrânica ocidental. Impede a progressão dos Burgúndios ao longo do vale do Ródano e, facto importante, trava momentaneamente o avanço dos Francos para o sul, salvando o reino visigótico do esmagamento após a derrota de Alarico II. Finalmente, uma política sistemática de casamentos consolida os laços e as posições da Itália ostrogoda.

Nada impede de pensar que uma duração suplementar de alguns decénios teria permitido à Itália romano-ostrogoda tornar-se um país suficientemente forte para durar através dos tempos.

Mas a teimosia de Justiniano vai pôr em causa, pouco depois da morte de Teodorico, todo o esforço desenvolvido por este. Os últimos anos do reinado foram embaciados por erros (assassínio de Boécio e de Símaco, prisão do papa João) e a transmissão do poder real tinha-se feito em con-

dições muito desfavoráveis. É da África que se continua a *reconquista*. Belisário, generalíssimo bizantino, continua-a quando desembarca em Régio em Julho de 536 e põe cerco a Nápoles. A partir desta data começa o período negro na história da Itália. Porque o poder imperial leva dezanove anos a recuperar a sua autoridade sobre o conjunto da península. Para isso são necessários dois generais bizantinos (Belisário e mais tarde Narses), o envio de um exército de apoio (25 000 homens em 552), várias batalhas navais (Ancona); nesta luta desaparecem três reis ostrogodos (Vitiges, Tótila e Teja — não contando senão aqueles que têm um papel real); numerosas cidades têm de sustentar cercos intermináveis (Florença, Nápoles, Ravena, Rimini), e duas de entre elas, ainda bem florescentes antes desta guerra (Milão e Roma), tornam-se fantasmas de si próprias. Contudo, os efectivos empenhados raramente são consideráveis. É precisamente a fraqueza numérica do exército do Oriente que impede Belisário de conquistar rapidamente todo o país.

Mas, tal como no século IV e no século V, a vida económica sofre um lento declínio: os recursos do país são demasiado vulneráveis para que possa suportar sem grande desgaste esta tormenta. E uma vez ela passada, a Itália já não terá, como aconteceu no século II a. C., o recurso de ir buscar ao Oriente riquezas que a reparem. De facto, Bizâncio não lhe pode dar qualquer ajuda material efectiva. Limita-se a dotá-la com uma constituição (a Pragmática de 13-8-554) que restaura uma estrutura administrativa completa (especialmente reabertura de cátedras de retórica, de gramática, etc., e restabelecimento do sistema fiscal). A aristocracia romana recupera uma parte das terras que os Godos lhe tinham confiscado. O exército é organizado segundo o sistema do Baixo Império (tropas de fronteira e tropas de choque). Desta forma, parece perdurar a Antiguidade tardia. Corresponderão de facto a um efectivo retrocesso da História as palavras um pouco solenes com as quais Procópio descreve a entrada de Belisário em Roma?

> Aconteceu que naquele dia Belisário e o exército do imperador entraram em Roma pela porta chamada Asinária, no momento preciso em que os Godos deixavam a cidade por uma outra porta chamada Flamínia. Após sessenta anos, Roma estava de novo sob a autoridade romana, no nono dia do último mês do ano, que os Romanos chamam *Dezembro*, quando o imperador Justiniano dirigia o Império há dez anos.

Ilusão, sem dúvida. Não chega a durar quinze anos. A partir de 568 cai sobre a Itália do Norte um povo bárbaro. Os Lombardos de Alboíno quase não viveram em contacto com a civilização romano-bizantina. A sua passagem é tão brutal como foi na Gália a dos Francos. Antes de mais, a invasão é fulminante: a partir de 572, todo o Norte do país está nas mãos dos recém-chegados (tomada de Pavia); em seguida, é também ocupado o Sul, mas de uma maneira mais calma (Spoleto, Benevento). O poder imperial consegue salvar vários enclaves na Ligúria (Génova), na Campânia (Nápoles), todo o extremo sul da Itália e sobretudo um território que se situa obliquamente na península e a corta em duas (Mântua, Ravena, Roma). Estes sectores, reorganizados e militarizados, são postos sob a autoridade de um exarca, que guerreará incessantemente contra os Lombardos. Estes mesmos representam uma força pouco coerente e os seus chefes tentam frequentemente conquistar ducados independentes para si. Na realidade, durante muito tempo a Itália está desconjuntada, mergulhada numa «terrível anarquia» (L. Musset [2]). Na obra do papa Gregório I aparece claramente o sentimento de viver um desastre histórico:

> [...] O cativeiro do meu país cresce de dia para dia [...] A Itália é conduzida todos os

> dias cativa sob o jugo dos Lombardos [...] as forças do inimigo aumentam de uma forma monstruosa [...] tiraram-se da cidade romana os seus soldados [...] Roma foi abandonada. Depois disto, a chegada de Agilulfo foi uma infelicidade pior. Por causa dele via, com os meus olhos, romanos presos como cães, com uma corda ao pescoço, e que eram levados para França para serem vendidos [...] (Junho de 595).

Da alegria profunda ao desespero de Gregório: coloca-se aqui uma hiato fundamental entre duas épocas. A história da Itália continuará sem grande mudança durante um século e meio. Lombardos e Romanos (do Oriente) disputam-na em terríveis batalhas ou em combates esporádicos (passagem do imperador romano do Oriente para Roma no dia 5-7-663).

No conjunto, o poder bizantino declina pouco a pouco e a autoridade imperial encontra-se muito enfraquecida em meados do século VIII, tanto no plano militar (perda de Ravena em 751 e desaparecimento do exarcado) como no plano religioso (os papas lutam com energia contra a pressão exercida por Constantinopla para impor em primeiro lugar o monoteísmo e depois a iconoclastia). Pelo contrário, os reis lombardos conseguem formar um verdadeiro reino no Norte da Itália, e Pavia, por volta do ano 700, é uma activa capital. A partir de então os seus reis tentam tornar-se senhores de toda a Itália (Liutprand, 712-744). Perante o seu tradicional protector (o imperador romano) e o seu inimigo «natural» (mas os Lombardos converteram-se ao catolicismo em 671), o papado adopta uma política determinada de alternância: em busca de um poder autónomo incontestado, os papas jogam um difícil jogo de alianças opostas

que fazem hesitar o coração espiritual e geográfico da Itália entre o Oriente e o Ocidente. É o Ocidente que por fim consegue vencer. Os reis carolíngios, herdeiros do movimento contínuo que viu os Francos alargar o seu poderio para o sul, intervêm em Itália por volta de meados do século VIII e tornam possível a criação de um verdadeiro Estado pontifício. A partir desta data a história da Itália confunde-se durante mais de um século com a história da Gália. Mas o Oriente bizantino continua com territórios no Ocidente: a Itália do Sul é grega e, em 812, Veneza voltou para Miguel I.

VI — A Gália merovíngia e em seguida carolíngia (534-814)

Ao contrário da Itália e da Espanha, a Gália nunca se fragmentou ou unificou senão sob a influência de forças políticas, sociais e étnicas que se exerciam sobre a superfície do seu próprio território. Do exterior chegam sem dúvida agressores: do sul, antes de mais, com os Árabes; em seguida, do norte, com os povos escandinavos; finalmente, do oriente, com os povos eslavos. Mas estes invasores fizeram sobretudo sentir ondas de choque sobre a Gália: não investiram realmente o seu território para o transformarem num manto de arlequim, como aconteceu com a Itália, ou num duplo bloco orientado norte-sul, como na Espanha. À falta de continuidade política, há uma certa estabilidade global do espaço geográfico franco.

No interior deste espaço assiste-se a um movimento pelo qual a Gália merovíngia oscila entre uma extrema divisão, que vai até à atomização, e uma relativa unificação, que permite assistir ao efémero aparecimento de um Estado franco. Toda a história da Gália e da dinastia merovíngia se inscreve na lógica destas tensões. Todas as vezes que as circunstâncias e a personali-

dade do soberano o permitem, a Gália encontra uma certa unidade (vislumbra-se então, por vezes, a imagem da França futura) e a dinastia uma estabilidade relativa. E inversamente. Desde o século VI ao século VIII afrontam-se entre si forças opostas e o triunfo momentâneo dos elementos centrífugos coincide com o apagamento da dinastia merovíngia, substituída pela dinastia carolíngia graças ao papel mediador que oferece a esta a função de *Maior palatii*. De facto, o poder carolíngio representa um esforço renovado da parte das forças centrípetas dentro do reino. As grandes linhas de evolução diferem muito pouco da fase precedente. Seguem simplesmente um curso menos caótico, com uma evolução contínua (século VIII) para um poder central autoritário, seguida de uma aceleração para um aparecimento deste (século IX). Neste sentido, a Gália merovíngia e mais tarde carolíngia dá a imagem espantosa de um mundo hesitante entre a unidade e a diversidade, entre estruturas clássicas, no fundo, e estruturas novas, as da idade feudal.

Os soberanos merovíngios, na mais pura tradição familiar das tribos germânicas, partilham entre si a Gália como uma herança privada. A morte de cada soberano é desta forma ocasião de graves conflitos quando se põe a questão das sucessões. Os acasos da vida e da história limitam, em geral, a partilha da antiga Gália em quatro grandes divisões. Estas reproduzem uma imagem deformada das divisões administrativas da Antiguidade, tais como as deixaram as reformas de Diocleciano e de Constantino. À antiga Lugdunense (dividida em quatro no Baixo Império, conserva contudo o seu espaço global tradicional) correspondem, muitas vezes, mais ou menos a Nêustria (Lugdunense II, III e IV) e a Borgonha (Lugdunense I); à antiga Bélgica (Bélgica I, II, III) e à antiga Germânia (Germânia I e II) corresponde frequentemente a Austrásia (o nome aparece em Gregório de Tours). A Aquitânia (Aquitânia I e II) conserva muito regularmente a sua fisionomia tradicional (constitui o reino de Cariberto no início do século VII). Finalmente, a Narbonense (Narbonense I e II, Vienense) perdura como uma entidade isolada, na periferia dos conflitos e das partilhas que agitam a Gália merovíngia. É evidente que o espaço está longe de conservar um traçado tão regular: sobreposições, interferências, blocos erráticos desfiguram mais de uma vez completamente esta organização. Mas é unicamente sob o poder dos carolíngios que este traçado antigo se perde completamente, apagado em primeiro lugar pela expansão e pela centralização contínuas do reino, mais tarde do Império, quebrado depois segundo as linhas de força diferentes a partir da partilha de Verdun (cortes verticais).

Para além da remanescência desta divisão geográfica, o estreitamento dos centros políticos donde se exerce o poder facilita momentaneamente a manutenção de uma certa coerência. Com efeito, os reis tomam como capitais cidades pouco distantes umas das outras: Remos, Orleães, Paris, Suessião inicialmente (511); Métis, Chalon-sur-Saône, Paris, Tournai em seguida (561). Quer isto significar que se constitui um polígono político que se torna o centro de gravidade da Gália do Norte, na charneira da Gália «romana» do Sul e da Gália «bárbara» do Norte. Esta proximidade explica talvez que, apesar das lutas intestinas raramente interrompidas, os reis merovíngios tenham podido assumir de forma assídua a defesa das fronteiras exteriores da Gália e tenham constituído incessantemente uma força temível pelo seu poderio militar no Ocidente.

Após a liquidação do reino burgúndio (534), os filhos de Clóvis fazem passar sob a sua autoridade os Bretões de Armórica, assimilam os Alanos instalados nas margens do Loire, esmagam os Turíngios nas margens do Unstrutt (Thierry apoiado por Clotário), afrontam os Saxões perto de Colónia (556, Clotário) e afirmam a sua hegemonia sobre os Bávaros (Thierry?). É evidente que estas operações se fazem sem plano real; revestem muitas vezes o aspecto de incursões de rapina. Mas, apesar de uma anarquia intrínseca, os Francos preservam e alargam melhor o seu domínio do que o tinha feito relativamente à

Gália a administração romana. Sucede mesmo que chegam a passar as fronteiras. Childeberto tenta algumas incursões para além dos Pirenéus (542) e Thibert, cerca de 540, entra com as suas tropas na Panónia, continua pela Itália do Norte e ocupa-a durante algum tempo. Só a partir de finais do século VI os reinos merovíngios perdem frequentemente a vantagem militar e política junto (ou fora) das suas fronteiras. A Septimania escapa a Gontran (desastre de Carcassonne, 589) e continua visigótica; o Sul da Aquitânia passa para as mãos dos Vascões (ocupação em 587, revolta cerca de 626-627); os Bretões quase já não reconhecem a autoridade franca (campanhas desastrosas de 590). O único êxito relativo de que se pode orgulhar nesta época um soberano franco é a aliança que a Austrásia celebra com o Império Romano do Oriente contra os Lombardos (584), seguida de campanhas pontuais mas infrutuosas (585, 588, 590, 591).

Entretanto, esta evolução não é linear: com efeito, na primeira metade do século VII os reinos merovíngios reúnem-se durante algum tempo sob a autoridade de Clotário III e mais tarde, e sobretudo, sob a autoridade de Dagoberto. Este último recebe em primeiro lugar a Nêustria, depois reduz à obediência rapidamente a Austrásia e a Borgonha, deixando a Aquitânia a Cariberto. Tenta resolver os conflitos internos procedendo a uma espécie de reforma administrativa (medidas contra os grandes, viagens inspectivas, escolha de conselheiros) e a uma regionalização do poder (a Austrásia é confiada a seu filho, Sigeberto III). Nas fronteiras, Dagoberto consegue obter, à custa de expedições militares, a submissão pelo menos formal dos Gascões (638); efectua uma aliança com o Império; intervém na Espanha para apoiar Sisenando (entrada em Saragoça), exerce pressões sobre a Itália lombarda. Mas os Eslavos de Samo,

instalados na Boémia, destroem um exército austrasiano (632-633); os Saxões deixam de pagar tributo. A relativa fraqueza militar do reino ilustra a fragilidade da união realizada por Dagoberto.

Durante cerca de um século a situação torna-se caótica na Gália, numa desordem alimentada por um quádruplo conflito: entre os herdeiros a cada sucessão; entre as duas grandes entidades do norte da Gália, Nêustria e Austrásia; entre o poder real centralizador e as aristocracias locais centrífugas; entre o poder real tradicional e um novo poder, o dos prefeitos do palácio. Destes confrontos saem vitoriosos a Austrásia e o novo poder (Carlos Martel continua a conservar o título de *Maior palatii*), que dão origem a uma nova dinastia. Esta dupla mudança liquida por algum tempo as duas outras fontes de lutas: transmissão do poder e irredentismo regional. Desta forma, desde o acesso ao poder de Carlos Martel (716) até à morte de Carlos Magno (814), a Gália carolíngia torna-se o centro de gravidade do Ocidente. O «reino» de Carlos Martel pára antes de qualquer outra coisa, ainda que da forma mais brutal, o desmembramento dos reinos. Carlos, austrasiano, dá uma duradoura vantagem ao seu país sobre a Nêustria, que vence três vezes (716, 717, 719), e reúne desta forma toda a Gália do Norte sob a sua autoridade. Dirige então os seus esforços sobre a Germânia, que torna a passar para a soberania franca: campanhas contra os Saxões em 720, 722, 724, 738; conquista da Frísia em 733-734; redução do ducado independente da Baviera em 725. Estas conquistas militares são seguidas por uma enérgica evangelização sob a orientação de Bonifácio. Por outro lado, os Árabes penetram pouco a pouco na Gália romana. A Septimania e depois a Aquitânia (defendida vigorosamente pelo duque Eudes — os Árabes são vencidos em batalha travada sob os muros de Tolosa em 721 pelo exército

da Aquitânia) correm o risco de ser absorvidas por estes recém-chegados. A Borgonha e a Provença olham cada vez menos para a Gália setentrional: toda a Gália meridional tende, desta forma, a escorregar para a órbita de uma outra civilização. Após a batalha de 732 (Poitiers), que provoca um refluxo — mas não a retirada completa — dos Árabes, os Francos durante anos descem em direcção ao sudoeste ou ao sudeste da Gália para aí estabelecer a sua autoridade sem o conseguir realmente, apesar das campanhas militares muito violentas. Só em 741 a Borgonha conhecerá as suas últimas perturbações. Simultaneamente, Carlos fica com os meios de cimentar a sua obra, tornando a tomar posse de uma parte dos imensos territórios que a Igreja tinha tomado: dispõe, assim, de um espaço geográfico e de um poder económico sobre os quais a dinastia se poderá apoiar.

A geração que se segue confirma a sua obra e leva-a à sua conclusão lógica: depois de ter partilhado o poder alguns anos com o seu irmão Carlomano, Pepino torna-se único senhor da Gália setentrional em 747, faz-se eleger rei pela Assembleia dos Grandes — de acordo, no fundo, com a velha tradição tribal —, em Suessião, e sagrar em seguida por Bonifácio segundo um ritual que fora buscar à Espanha visigótica. A partir deste momento desencadeia-se o processo que levará na Gália carolíngia os soberanos a retomarem a antiga tradição da última parte do Império Romano. Soberano ilegítimo, Pepino tem necessidade da investidura pontifícia. Depois de Zacarias, o papa Estêvão II concede-lha uma segunda vez (sagração de 28-7-753 em Saint-Denis). Mas em troca obtém que os Francos entrem em Itália e «restituam» ao papa os territórios de Ravena e de Roma que os Lombardos ocupam ou cobiçam (fabrico de falso documento pelo qual Constantino teria dado

estas terras ao papa, enquanto elas pertencem legitimamente ao imperador do Oriente), com duas campanhas, em 754 e 756. Esta expansão para sul é reforçada pela tomada da Septimania (Narbona, 759) e da Aquitânia. Este ducado, habituado à independência, não sofre menos de seis invasões militares e só não é completamente reduzido devido ao assassínio de Gaifier (768). A fronteira norte do reino exige menos esforços: a Baviera está já profundamente cristianizada. Finalmente, Pepino estabelece relações diplomáticas regulares com Constantinopla: tudo agora está preparado para o restabelecimento de um império decalcado sobre o velho modelo romano.

Com efeito, durante o longo reinado (768-814) de Carlos Magno a história parece seguir na Gália uma evolução totalmente oposta ao período merovíngio. Parecem suprimidas todas as bases de conflitos. Já não há blocos geográficos divididos ao acaso; já não há poderes misturados e incoerentes. Verifica-se, pelo contrário, uma unificação contínua dos homens, das terras, das instituições e das mentalidades; uma expansão ininterrupta do espaço carolíngio, que acaba por cobrir um território imenso, penetrando para oriente mais do que alguma vez o tinha feito o Império Romano: Frísia (*Lex Frisionum,* 802-803); Saxónia (*Capitulare Saxonicum,* 797); Baviera (exílio de Tassilon, 794); Caríntia, Panónia (derrota dos Ávaros, 796). Seguidamente, a Itália passa, em consequência de algumas campanhas, para a autoridade dos Francos (*Carolus, gratia Dei, rex Francorum et Longobardorum atque patricius Romanorum,* Julho de 774). Autoridade limitada: o papado vai-se dotando pouco a pouco de um Estado privado compreendendo Roma, a Campânia, uma parte do antigo exarcado de Ravena; a Itália meridional nunca estará verdadeiramente submetida (ducado de Benevento); a Itália bizantina e a Sicília continuam na órbita de Constantinopla

e sobretudo sob a ameaça constante dos sarracenos (pilhagens da Córsega e da Sardenha). No sudoeste da Gália, a Aquitânia está disciplinada (Luís, rei da Aquitânia em 781); a Gasconha escapa pouco ou muito à autoridade (revoltas de 790, 800, 812, 813, golpe de 778). A partir da «Marcha» de Tolosa, o conde Guilherme (chamado na lenda Guilherme de Orange) organiza a descida para a Espanha (campanhas em 795, 796, 797, 800, 809, 810, 811, 812 ...), que tem resultados muito medíocres com a constituição de uma Marca da Espanha, que se estende de Barcelona até ao Ebro. O Ocidente, de que Carlos Magno é sagrado imperador (25-12-800) em Roma, não abrange, por conseguinte, exactamente os mesmos territórios do antigo Ocidente romano. O seu centro de gravidade situa-se nitidamente mais a nordeste.

A África desapareceu do mapa; a Espanha só aí se encontra representada numa pequena parcela; a Itália também escapa em mais de metade. Pelo contrário, o eixo Reno-Danúbio, já tão importante no Baixo Império, recebe uma consagração plena. Carlos Magno reside de melhor vontade na região renana do que em qualquer outra região do seu império. A espinha dorsal do Ocidente medieval afirma-se; apaga-se o antigo centro mediterrânico da civilização antiga. Esta mudança decisiva efectuou-se em duas gerações. Uma outra geração basta para mostrar que o Império não existe enquanto estado duradouro (rebelião de 830 contra Luís, *o Piedoso;* partilha de 831; rebeliões de 831 e de 832; etc.). As forças centrífugas conseguem vencer as forças centrípetas: começou a primeira idade feudal.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA

I — A herança do Baixo Império

Juntamente com os problemas linguísticos, as questões económicas são, sem dúvida, as mais difíceis que levanta a Alta Idade Média. As fontes da História são muitas vezes indigentes e, ainda mesmo quando se tornam bastante ricas, a sua interpretação continua sempre a ser muito delicada. Escritas (relatos de historiadores, crónicas, vidas de santos, capitulares, polípticos) ou não (toponímia, numismática, arqueologia — urbana ou rural), deixam um tal campo de dispersão à interpretação que puderam desta forma nascer, entre os historiadores modernos, teorias completamente contraditórias entre si. Procuraremos fazer realçar sobretudo os elementos de mudança, através dos quais sucessivas clivagens na evolução deixam pressentir ou discernir um ou vários momentos importantes desta mesma evolução. Sem pretender descobrir datas decisivas propriamente falando, não é talvez ilegítimo referir-se a fases críticas. Com efeito, se a «história se ri das datas», é preciso ter cuidado com o excesso oposto, ou seja, o de uma periodização demasiado larga: insistir exageradamente nos factores de continuidade a tal ponto que épocas nitidamente distintas, em virtude de constituírem sistemas contrastantes, se fundem numa corrente comum em que as mudanças profundas desaparecem em persistências artificialmente privilegiadas.

Salviano, padre de Marselha, deixou uma descrição indirecta, mas exacta, no seu panfleto *Sur le gouvernement de Dieu* (cerca de 450), das caracterís-

ticas essenciais da economia romana no final do Império no Ocidente: um conjunto de meios jurídicos que permitem ao Estado obrigar a sociedade a produzir em determinadas condições, apesar de uma tendência profunda e geral para a recessão. Na realidade, a partir das reformas de Diocleciano, o Império Romano tornou-se uma enorme burocracia: tem como finalidade encerrar todos os produtores no sistema de produção em que estão metidos e assegurar a recolha, sobre esta produção, da parte necessária ao funcionamento das instituições estatais, ou seja, ao pagamento do exército e dos funcionários (laicos ou religiosos, após o triunfo do cristianismo). Toda a legislação dos finais do século III, do século IV e do século V é testemunha desta preocupação. Significa isto que a quantidade de bens que ficam disponíveis no Ocidente tende a diminuir e que a organização coercitiva que se põe em funcionamento tenta remediar esta tendência depressiva.

O legislador visa, antes de mais, a produção agrária. Esta é causa ou consequência de uma certa regressão demográfica do Império? Não se sabe. Em qualquer caso, é certo que a *Romania,* a partir do século IV, tem falta de homens (como a Grécia helenística sofreu de oligantropia), que a mão-de-obra, cada vez mais rara, é mais cara (diminuição do «material» servil?) e que esta carência afecta em primeiro lugar a agricultura. Esta a razão pela qual o Estado contribui para constituir pouco a pouco uma classe de camponeses meio livres, os colonos *(coloni adscripticii)* fixos hereditariamente à terra que cultivam. Esta terra *(sors, colonica)* faz, em geral, parte de um grande domínio, privado ou imperial. Todas estas parcelas cultivadas se integram, durante o século IV, num conjunto mais vasto, ainda que de tamanho variável, a *villa* ou *praedium.* O apoio do Estado (leis, polícia, funcionários) contribui para dar

a estes conjuntos uma fisionomia particular no Ocidente: a *villa* torna-se «uma ilha de estabilidade» (Dohehaert [1]). Os proprietários dos maiores destes conjuntos são muitas vezes altos funcionários (laicos ou religiosos) do Império e residem voluntariamente na cidade.

As cidades do Baixo Império, apesar do brilho do «renascimento constantino-teodosiano» (J. Bayet), sofrem a mesma tendência para a redução. A sua superfície diminui nitidamente (necessidade de se fortificarem após as invasões do século III) em relação àquela que tinham sob o Alto Império e a sua população já não é nem tão densa nem tão activa como no século II. É nelas que residem e é delas que partem os funcionários encarregados de cobrar os impostos *(iugatio, capitatio).* Tarefa difícil: estes funcionários (os *curiales*) formam em cada cidade um grupo que é solidariamente responsável perante o *tesouro* imperial das entradas fiscais (em natureza e/ou em numerário); a eles incumbe garantir a sua regularidade. Bem depressa o Estado tem de nomear oficialmente estes *curiales* e, sobretudo, publicar leis cada vez mais duras para os obrigar a ficarem no seu lugar (obrigação de residir na cidade, 396). Da mesma forma, as profissões indispensáveis à vida (padeiro, carniceiro, barqueiro ...) tornam-se hereditárias: os operários ficam aí metidos pelo sistema das corporações.

De facto, a única liberdade que o Estado imperial pode de uma forma duradoura assegurar (e o serviço mais importante que ele, por conseguinte, assumiu) foi a da circulação dos homens e dos bens. A rede viária do Império Romano ocidental é mantida; as estradas continuam abertas. Até aos últimos dias do Império, as comunicações continuam, no seu conjunto, fáceis de um extremo ao outro do Ocidente romano (Sidónio Apolinário desloca-se sem dificuldade e várias vezes de Clermont-Ferrand a Roma, até 467). Da mesma forma, enquanto o Império conserva alguma força, a moeda (moeda de ouro ou moeda fiduciária) circula normalmente e segue um curso relativamente estável. Estes dois factores con-

tribuem durante muito tempo para manter funcional o sistema económico do Baixo Império e, de uma outra maneira, o próprio Império, na medida em que, graças a eles, perduram laços orgânicos no conjunto do Estado.

II — As dificuldades da produção

Após o século v, a parte mais naturalmente estável desta dupla herança manteve-se em boas condições. Mas, uma vez que toda a superstrutura institucional deixou de exercer a sua pressão coerciva sobre a produção de uma maneira contínua e uniforme em todo o Império (não se desmoronou nem se apagou por toda a parte e ao mesmo tempo), as tendências económicas profundas seguem de um modo mais contínuo a sua natural evolução. Quer isto dizer que a recessão se acentua em todo o Ocidente latino segundo uma metamorfose bastante lenta, cujo sentido só começa a mudar nitidamente no século VIII. Verificar isto equivale a recusar em grande parte a tese segundo a qual as exigências excessivas dos conjuntos urbanos teriam sido um encargo demasiado pesado para os campos, que, esvaziados pouco a pouco da sua substância, teriam por esse mesmo motivo sofrido a tendência para se desertificarem em homens e em bens (A. Aymard [2]). Na realidade, o declínio acelerado da vida citadina e a dissolução das superstruturas estatais não foram seguidas, de modo nenhum, de um rápido levantamento da produção.

Se o panfleto de Salviano deixava entrever, desde o século v, os graves problemas de subsistência que encontravam os *humiliores*, o Baixo Império não parece ter sido presa de grandes fomes. A partir do século VI estas parecem, pelo contrário, fazer parte da vida quotidiana das populações humildes do Ocidente. Nenhum ser humano que tenha vivido pelo

menos uma geração pode deixar de ter sido tocado pelo menos uma vez por uma dessas fomes. E, de qualquer forma, «a raridade dos bens de consumo» impunha à existência quotidiana um carácter marcado de insegurança. A maior parte dos homens não possui qualquer reserva que lhes permita fazer face a momentos críticos. Acontece-lhes então, frequentemente, serem obrigados a vender-se como escravos. Uma das virtudes essenciais dos santos, que os *Vitae* merovíngios e mais tarde carolíngios nos apresentam, é alimentar: os relatos dos milagres são muitas vezes transposições da «multiplicação dos pães». É certo que é preciso modular o suposto impacte desta pobreza. Toca sobretudo com toda a força as massas camponesas. Mas não poupa completamente os indivíduos mais abastados (proprietários fundiários, monges, bispos ...). Será igualmente oportuno julgar que houve importantes variações consoante as regiões? Nada permite supor que a Itália, devastada pela reconquista bizantina e depois pela invasão lombarda, tenha usufruído de uma situação melhor. Antes da invasão muçulmana, talvez a Espanha sofresse menos com esta penúria endémica. (A *Laus Spaniae* de Isidoro, nos princípios do século VII, sugere uma relativa prosperidade agrícola, pelo menos na Bética!)

As causas disto são mal conhecidas. Não existiu um recuo significativo no campo das técnicas a partir do século V. Rotação das terras e das culturas, emprego da charrua (charrua de roda, *aratrum, ploum, carruca*), técnica de estrumação, da ceifa (foi empregada na Gália um tipo de máquina de ceifar, mas não se conhece em que proporções), criação de gado (especialmente porcino e ovino), escolha das espécies em função do clima: nenhum hiato entre o Baixo Império e o início da alta Idade Média. Entretanto, algumas mudanças: a criação de gado toma uma importância cada vez maior de um ponto de vista proporcional (cavalos para a cavalaria pesada a partir do século VIII); as ferramentas, sempre mais raras, custam cada vez mais; do século VI ao século IX, a cultura da vinha estende-se na di-

recção do norte e atinge o extremo norte da *Romania*. Isto não é suficiente para modificar o curso da evolução. Seria talvez necessário admitir como causa essencial a fraqueza demográfica, já sensível nos últimos séculos do Império, mas fortemente agravada nos séculos VI e VII. É certo que a grande vaga de invasões do século V não pode ter um impacte importante sobre o conjunto dos habitantes da *Romania:* os efectivos dos invasores foram sempre muito pequenos. Pelo contrário, a Itália, a partir da segunda metade do século VI, e a Gália, a partir da primeira metade do século VII, estão submetidas a tais perturbações pela história política e militar que as repercussões são, sem qualquer dúvida, duramente sentidas pelas camadas mais humildes da sua população. A morte (violência, fomes, doença) e o decréscimo de natalidade (sabe-se actualmente que a natalidade diminui espontaneamente em períodos de insegurança e de crise, como o mostrou nomeadamente um estudo de E. Leroy-Ladurie [3] acerca da «amenorreia das fomes») fazem os seus efeitos e os «desertos humanos» vão aumentando. Na realidade, há falta de braços para cultivar a terra: por esta razão, o monge torna-se ele próprio trabalhador agrícola (regra beneditina, regra de Columbano); fazem-se esforços para manter no mesmo campo os camponeses semilivres *(coloni, leti);* a mão-de-obra servil é de novo muito procurada e os múltiplos conflitos oferecem a possibilidade de constituir uma massa importante dessa mão-de-obra (mas a amplidão deste fenómeno é muito discutida, porque o sentido das palavras empregues pelas fontes — *mancipia, serui* — é muito difícil de estabelecer com toda a clareza). Na realidade, todas estas explicações deixam o historiador muito insatisfeito: parece mais descreverem o aspecto mais visível das causas do que o seu encadeamento profundo.

Porque ao lado destes factores negativos operam seguramente, a partir da época merovíngia, factores positivos que por si sós dão conta da lenta mas inegável inversão deste movimento depressivo a partir do século VIII. Encontra-se um testemunho seguro disto mesmo em duas novidades concomitantes e ligadas: o arroteamento das florestas e o aumento demográfico. Com efeito, a «Europa» antemedieval está coberta de imensas florestas. O avanço ou o recuo destas extensões depende essencialmente da acção

humana (podem ter-se como desprezíveis os factores devidos às variações climáticas, mas será conveniente dar um lugar à mortalidade provocada pela peste, como sugere J. Le Goff?). A repartição entre espaços cultivados e espaços cobertos de floresta não mudou no século V: os invasores, em geral, instalaram-se em terras já ocupadas pelo homem. As florestas privadas (reais, laicas, eclesiais) são objecto de uma regulamentação que se elabora pouco a pouco desde o século VI ao século IX (*Lex Wisigothorum,* capitulares carolíngias), na medida em que os camponeses (sobretudo pequenos proprietários) as aproveitam para aí engordarem os seus porcos ou utilizando alguma parte para cultivo depois de os terem arroteado. Além disto, desde a época merovíngia que se criam mosteiros em plena floresta: é preciso arrotear (abadias de Fontenelles, Saint-Riquier, Saint-Denis) e alargar as culturas. Mas, apesar destes testemunhos, completados por indicações esporádicas (Touraine, Reno), este destinar a terra para cultura não corresponde a um aumento demográfico que necessite de um ganho de terras férteis, mas corresponde simplesmente a deslocações de grupos humanos. Pelo contrário, na época carolíngia a floresta diminui cada vez mais de superfície. As fontes escritas e toponímicas dão testemunho da efectivação sistemática e prolongada de uma política de arroteamentos *(exsartum, stipatum, aprisio, captura ...).* Fora do Ocidente latino (Flandres, Baviera), as terras cultivadas estendem-se rapidamente. O mesmo desenvolvimento se verifica na *Romania.* Na futura terra occitana (?) são numerosos os indícios de uma tal recuperação: a partir do século VIII, para a baixa Alvérnia (G. Fournier); no final desse mesmo século na Narbonense e na Septimania. No princípio do século VIII há indícios reveladores de ter mudado a rotação das culturas: começa-se a semear sistematicamente na Primavera. Esta tendência tor-

na-se manifesta e geral no fim do século (evolução para o afolhamento trienal). No princípio do século IX a agricultura cerealífera tende a desenvolver-se à custa da criação de gado: o número de bocas a alimentar aumenta. As terras ocupadas pelos camponeses *(mansi)*, superpovoadas, fraccionam-se. Estabelece-se, por conseguinte, um corte muito nítido entre o final do período merovíngio e o princípio da época carolíngia: a partir do ano 750 verifica-se um aumento demográfico ligado a uma certa recuperação económica. Esta mudança traça uma primeira linha de clivagem nítida desde a depressão sofrida pelo Baixo Império no Ocidente.

III — As explorações e os exploradores

Em que medida as *uillae* (ou *praedia*), que se estendiam no Império no Ocidente (como no Oriente), se perpetuam durante os séculos VI e VII e prefiguram as grandes *uillae* clássicas dos séculos VIII e IX? As lacunas da documentação entre o século V e o século VIII deixaram o campo livre a teorias contraditórias. Parece, contudo, difícil negar que o regime dominal conhecido pela Antiguidade tardia não continue a desenvolver-se segundo um processo sensivelmente idêntico após as invasões. As diferenças entre a propriedade rural que nos descreveu Sidónio Apolinário na Alvérnia, por volta do ano de 450, e o que nos deixam entrever os textos de Gregório de Tours, um século mais tarde, não são essenciais. A arqueologia confirma esta impressão. No tempo do Império, a grande propriedade tendia a aumentar sem cessar graças à prática do patronato (*patrocinium*, protecção concedida por grandes proprietários, *patroni*, a pequenos ou médios proprietários, contra o fisco imperial). Até ao seu desaparecimento o Estado esforça-se

por entravar esta evolução (criação do *defensor ciuitatis*, 364). O desaparecimento destes travões não pode senão favorecer uma tal evolução. Esta não deve ser uniforme nem no tempo nem no espaço. A pequena exploração mantém-se melhor na Espanha mediterrânica e na Gália do Sul: a Aquitânia conserva uma fisionomia original, onde domina o fraccionamento da propriedade. Acontece talvez a mesma coisa numa parte da Itália.

É provavelmente entre o Loire e o Reno que o regime dominial carolíngio, dito «clássico», se constitui. A esta diferença geográfica acrescenta-se uma distinção cronológica: no século VIII torna-se claro, segundo fontes de todas as espécies, que se manifestam mudanças tão importantes no espaço em que vivem as *uillae* merovíngias e nas suas estruturas, que se assiste ao nascimento de um sistema agrícola desconhecido até então. A sua novidade caracteriza-se, antes de mais, por um quádruplo ponto de vista. Em primeiro lugar, as *uillae* aumentam em números absolutos. Quer isto dizer que elas representam uma parte proporcionalmente maior dos diferentes tipos de exploração (numerosas transformações de *uici*, aldeias, em *uillae*). Mas este aumento proporcional não é acompanhado por uma redução em superfície. Pelo contrário, e é a segunda característica, esta última tende geralmente a crescer sem cessar. Apesar das incertezas que impedem que se proponham números médios, é certo que o domínio carolíngio aumenta também no espaço desocupado (arroteamentos, cortes de árvores). Em terceiro lugar, a natureza dos trabalhos pedidos à mão-de-obra muda em parte, assim como a composição desta. A partir do século VIII — os testemunhos são, contudo, mais probatórios no princípio do século seguinte — parece que a mão-de-obra servil se tornou insuficiente para fazer face às tarefas pedidas pelos proprietários. Daqui resultou um

apelo crescente às corveias impostas a mão-de-obra livre *(coloni casati)*. Por fim, intervém uma mudança importante na percepção das rendas: estas tornam-se fixas e independentes, por conseguinte, da colheita. O desenvolvimento de uma administração escrita a partir da segunda metade do século VIII cristaliza estas mudanças.

> Quer ela seja a única possessão do proprietário, ou quer ela forme um simples fragmento da fortuna fundiária, a *uilla* constitui a unidade de exploração, a célula económica de base, praticamente autónoma. (E. Perroy [4].)

Distinguem-se aí nitidamente duas partes. Em primeiro lugar, o domínio senhorial *(terra indominicata, terra salica)*, explorado directamente pelo proprietário (laico ou religioso), no qual se encontra construída a sua habitação *(curtis)*, rodeada por construções de exploração agrícola, por alojamentos para os escravos e incluindo jardim, pomar e vinha. À volta deste núcleo estendem-se as terras aráveis *(culturae)*, que ocupam uma proporção muito variável do solo (de 75% em Coyecques, no Artésia, a 98,5% em Leernes, no Brabante), e terras para pastagem *(pratum, pascua)*, cuja importância varia igualmente muito. Nestas extensões, situadas em função das comodidades, encontram-se os anexos da exploração agrícola: moinho, lagar, igreja, capela ... Bem entendido, havia também terras desocupadas, florestas submetidas a regulamento *(siluae)*, matas de corte *(minutae siluae)* ou terras incultas *(deserta)*. Em seguida, claramente distintas da *terra indominicata* (a «reserva») mas vivendo em estreita relação com ela, encontram-se as terras ocupadas pelos camponeses *(mansi)*, que têm como função fornecer a «reserva» em mão-de-obra. Na realidade, quer os séculos VII e VIII vejam ou não um declínio relativo da escravatura (*pro*, E. Perroy; *contra*, R. Dohehaert), o proprietário *(dominus)* deixa pouco a pouco de manter directamente uma família de escravos encarregados da exploração da *terra indominicata* e entrega-lhes terras *(mansi)*, em que eles passarão a viver, assim como as suas famílias, com o encargo de pagarem ao senhor em corveias efectuadas na reserva e/ou levantamentos sobre as suas colheitas. Estes *manses*[1] são de estatuto ingénuo ou servil. Originariamente, esta denominação correspondia ao estatuto jurídico dos ocupantes, escravos *(mancipia)* ou não escravos, mas fixados ao solo *(coloni casati, serui)*, mas esta correspondência encontrava-se em parte confundida no século IX. De qualquer forma, o importante era a natureza das corveias *(operae)* pedidas às duas categorias de *mansi*. As mais pesadas pertenciam aos *mansi seruiles:*

[1] Medida de terra considerada originariamente necessária para a vida de um homem e da sua família. *(N. do T.)*

> Um *manse* servil serve geralmente três dias por semana; um *manse* ingénuo executa trabalhos e corveias delimitadas e de forma descontínua. (Dohehaert.)

Dizem respeito a todo o trabalho do domínio (lavoura, transporte, jardinagem ...). Acrescentam-se a isto levantamentos sobre a produção destes *manses* (cereais, legumes, aves de capoeira ...).

Apesar da abundância dos documentos a partir do fim do século VIII, o problema da origem dos *manses*, a história do seu desenvolvimento, a geografia da sua implantação continuam mal conhecidos. Com efeito, o tamanho dos *manses* é muito desigual, consoante as regiões, consoante o seu estatuto jurídico e consoante as épocas; e estas variáveis podem combinar-se entre si. Numa mesma região e numa mesma época (*uillae* d'Epinay, Thiais, Verrières e Palaiseau), o maior *manse* ingénuo cobre 15 ha, o menor o décimo dessa extensão; o maior *manse* servil 9 ha, o menor menos de um trigésimo (E. Perroy)! O tempo passa, a população cresce: estes *manses* fraccionam-se. Variações quase tão grandes no espaço e no tempo afectam a superfície da *terra indominicata* (1000 ha em Annapes, contra 14 ha em Saint-Amand) e, por isso mesmo, a superfície total das *uillae* (18 000 ha em Leeuw-Saint Pierre contra 200 ha em Leernes). É portanto, antes de mais, de um ponto de vista tipológico que se pode falar de uma *vila carolíngia*. Mas, o que quer que seja, pelo seu papel económico e pelo seu impacte político, são os domínios verdadeiramente extensos que importam. Constituem a

base sobre que se operam as mudanças históricas essenciais.

É que, muitas vezes, estas *uillae*, mesmo repartidas em regiões diferentes, integram-se em conjuntos muito mais vastos. Estes representam por vezes patrimónios imensos nas mãos de particulares laicos, de instituições religiosas (bispados, abadias, mosteiros) ou de soberanos (domínios reais). Proteger, manter, aumentar o seu património, tal é a preocupação principal destas três categorias. Os particulares ricos, em primeiro lugar, «ameaçam por toda a parte os homens livres, porque reconstituir o património é [para eles] uma absoluta necessidade se querem continuar na sua classe» (Dohehaert). Ora, as grandes propriedades laicas estão incessantemente submetidas a consideráveis forças de erosão (partilha para as heranças, conflitos familiares, lutas locais ...). Em segundo lugar, o domínio real não constitui excepção à regra entre os merovíngios. Para além das causas gerais, acrescem ainda as razões particulares devidas ao próprio modo de governo e de vida adoptado pelos reis: dotação dos condes em terras fiscais; doações de terras aos fiéis; partilhas familiares; ofertas à Igreja. Delapidado, o património real dissolve-se no século VII e reduz-se, sem dúvida, a algumas *uillae* em 751, quando Pepino depõe Quilpérico III. Ora, enquanto a dinastia merovíngia se enfraquece deste modo, a família donde saem os carolíngios constitui um enorme património na Austrásia durante os séculos VII e VIII. O centro de gravidade do poder oscila, portanto, depois de ter mudado de mão a base deste poder. Unicamente a Igreja não tem problemas. A partir do século IV o seu património aumentou regularmente. Porque não está em causa nenhum dos factores de erosão antes citados. A partir do século VI a propriedade eclesiástica dá à Igreja um imenso poder material. Os dados numéricos são prova desta amplidão no século IX (a abadia de

Saint-Germain-des-Prés possui 25 *uillae* repartidas por 30 000ha!). Quando chegam ao poder, os carolíngios retomam em parte, ao património eclesiástico, os domínios sem os quais o poder real permaneceria fraco.

A este propósito também, o século VIII representa na Gália um momento de descontinuidade: as terras mudaram de mãos e a dinastia mudou, por conseguinte, da mesma forma; a estabilidade da Igreja permitiu-lhe alargar os seus domínios em proporções tais que é inevitável um conflito aberto.

IV — **Artesanato, comércio, moeda**

Se a produção agrária não muda bruscamente de características no momento da ruptura do século V, já as coisas se passam de um modo um pouco diferente com os outros domínios da actividade económica: artesanato, comércio, moeda. Estes são mais imediatamente sensíveis às deformações que afectam as estruturas do Estado antigo. Ora, se estas não desapareceram nem totalmente nem em toda a parte, estão contudo desconjuntadas. Num primeiro período, a Antiguidade deixa-se reconhecer em cada um destes sectores (não agrícolas) da economia, mas sob uma forma degradada. Isto é muito verdadeiro acerca do artesanato, sobretudo elementar. A sociedade continua normalmente a ter necessidade de instrumentos de base: utensílios de casa, panos, vestuário, materiais de construção. Todos os grandes domínios tendem a abastecer-se em oficinas que assegurarão os fornecimentos essenciais. Além disso, as comunidades rurais têm os seus ferreiros, os seus oleiros, os seus tecelões. Na realidade, cada família não produz todos os objectos de que tem necessidade. Olhando melhor para este problema, assiste-se durante os séculos VIII e IX a algumas especializações na pro-

dução artesanal: cerâmica de Badorf (Colónia); armas francas (fábricas de Eifel, do Reno, das Ardenas); têxteis da Provença; vestuário da Frísia. Isto implica um comércio feito de transportes e de trocas através de todo o Ocidente. Além disto, as corporações do Baixo Império perduram sob formas diversas (mestres pedreiros na Itália; oficinas de ourivesaria em Limoges no século VII). A sua actividade aumenta no século VIII e são mencionados frequentemente no século IX. Não parece ter havido descontinuidade profunda a todos estes níveis, mas simplesmente uma sensível redução das diferentes produções, talvez aqui e ali e de tempos a tempos, «manchas brancas» no mapa, mas nunca, sem dúvida, desaparecimentos gerais. Por vezes este tipo de produção muda simplesmente: novos produtos (espadas e armas francas especialmente) ou novas regiões de fabrico (vestuários do Norte). A produção artesanal da Alta Idade Média continua a ser a do Baixo Império sem linhas de clivagem. É talvez ultrapassado um limiar quantitativo em favor do incremento económico e demográfico do século VIII, mas nesse ponto ainda não foi realizado um tratamento apropriado das fontes, o que permitiria julgar a realidade e a amplitude desta eventual mudança.

Pelo contrário, estamos melhor informados acerca das condições e das possibilidades de transporte por estrada. É actualmente admitido que a rede de estradas, construída e mantida com cuidado pelo Estado antigo, continua utilizável e, por conseguinte, é percorrida nos séculos VI, VII e VIII, talvez mesmo ainda durante mais tempo (Fourquin [5]). Bem entendido que a qualidade das construções romanas explica em parte esta duração. Mas, além disto, os novos ocupantes do espaço ocidental compreendem rapidamente a importância desta infra-estrutura: na Itália ostrogótica, na Gália franca, na Espanha visigótica, os so-

beranos tentam assegurar a sua conservação e preocupam-se em protegê-la contra as tentativas de apropriamento por parte dos particulares. Os carolíngios acentuam este esforço. Todas as vezes que se fala de uma viagem, verifica-se que a deslocação terrestre é sempre materialmente possível. São na realidade os perigos provenientes da insegurança (salteadores) que levam a preferir frequentemente os trajectos fluviais. Além disto, a mediocridade das técnicas de transporte terrestre torna mais custosa a deslocação em grandes distâncias de mercadorias pesadas. Também neste ponto não há qualquer mudança notável em relação à Antiguidade (mas actualmente as teses de Lefèvre des Noettes acerca desta fraqueza são muito discutidas, G.-Charles Picard [6]). Por estas razões, rios e ribeiras são utilizados de preferência para o encaminhamento das cargas importantes e o tipo de embarcações utilizadas é o mesmo utilizado no Baixo Império. No mar ou no oceano (sabe-se já que as costas atlânticas têm uma actividade marítima importante a partir da Alta Idade Média), «são geralmente os barcos de tipo romano que se continuaram a utilizar» (G. Fourquin).

Também aqui as possibilidades reais do transporte marítimo na Alta Idade Média continuaram as do Baixo Império, mas fica aberta a discussão. Com efeito, a marinha antiga teria sofrido carências, denunciadas por Lefèvre des Noettes (navegação unicamente diurna, mau manejamento, pequena tonelagem): mas estas afirmações são inteiramente controvertidas (J. Rougé [7]). Ora, se as teses contrárias estão actualmente em vantagem, isto obriga a pôr em questão a continuidade entre o século V e o século VI: dificilmente se vêem os estaleiros navais da Alta Idade Média produzir com regularidade tão grandes unidades como os do Baixo Império. O material sofreria, por conseguinte, com falta de renovação nos séculos VI e VII. Desta forma, explicar-se-ia melhor a adopção de novos tipos de barcos a partir dos séculos VIII e IX na *Romania* ocidental: os *drak-*

kars (*langskips* ou *kaupskips*) vikings vêm dar ao Ocidente uma indispensável reserva técnica.

Os forasteiros por um lado, os *domini* por outro, não consomem toda a sua produção agrária. Alguns dos traços essenciais do Baixo Império encontram-se, por conseguinte, na Alta Idade Média; os produtos agrícolas em excesso circulam sempre, quer localmente, quer a nível inter-regional, mesmo se os volumes e as velocidades das trocas diminuíram e estão submetidos a flutuações já muito grandes.

Todas as cidades cujo espaço comercial foi duramente atacado pela invasão muçulmana têm uma regressão do ponto de vista económico a partir do século VIII: caso especialmente das cidades do sudeste da Gália e da Espanha. Ao norte da *Romania* a evolução é muito diferente, pelo menos num primeiro período: especialmente entre o Líger e o Reno — na antiga Gália «bárbara» —, verifica-se no século VIII uma deslocação dos centros de actividade económica que se traduz pelo aparecimento de *portus* («pontos especialmente activos de trânsito», H. Pirenne [8]). Os centros de actividade deslocam-se para o norte e tendem a ultrapassar as antigas fronteiras da *Romania:* grupo renano (Mogúncia), grupo do Mosa (Verdum, Namur), do Escalda (Valenciennes), grupo Mancha-mar do Norte (portos fluviais e marítimos onde desembocam o Reno, o Mosa e o Escalda: Ruão, Quentovic — que se não sabe já localizar —, Duurstede). Tudo indica que o aparecimento destes *portus* — mesmo que a sua vida tenha sido por vezes efémera (Duurstede) — coincide nos séculos VIII e IX com um desenvolvimento modesto, mas real, das actividades de troca. Isto não quer significar qualquer coisa acerca da situação da vida urbana nas cidades da Alta Idade Média, que continuam directamente as cidades do Baixo Império.

Esta deslocação do centro de gravidade comercial no Ocidente foi uma das consequências da rápida expansão do Islão no século VII? Sem ir até retomar todas as teses de H. Pirenne (*Maomé e Carlos Magno* [9]), parece impossível, depois de cerca de meio século de controvérsias sobre o problema, não responder em grande parte pela afirmativa. Recentes trabalhos sobre a história do mar e da marinha (H. Ahrweiller) mostraram com toda a certeza que a expansão muçulmana não foi tão rápida no mar como em terra. Quer isto significar que nos séculos VII e VIII, enquanto toda a parte mais ocidental das terras que rodeiam o Mediterrâneo passa a estar sob a autoridade — ou se encontra sob a ameaça — do Islão, a parte correspondente da bacia Mediterrânica, contrariamente ao que Pirenne defendeu, escapa a esta autoridade e a estas ameaças. Mas quer isto dizer que o eixo de comunicação este-oeste continua aberto? Sim, até 717; mas, em seguida, é a frota bizantina, senhora dos mares — o que salva o Império no Oriente —, que bloqueia o tráfego entre as duas metades da bacia mediterrânica. A partir desta data, a um eixo de comunicação marítima horizontal — e nisto o sistema antigo foi continuado efectivamente até ao século VIII —, substituiu-se um eixo vertical que vai desde Tarento, ao longo do Adriático, para encontrar as antigas vias Reno-Danúbio e Ródano-Reno. Dito por outras palavras, «era o Sul [da Gália] que dominava o movimento, agora é o Norte que imprime à época o seu carácter» (H. Pirenne). Contudo, Pirenne tirou desta mudança conclusões sem dúvida excessivas:

> Depois do século VIII [...] o mar fechou-se. O comércio desapareceu. Encontramo-nos em presença de um Império de que a terra é a única riqueza e em que a circulação dos bens se encontra reduzida ao mínimo [...]

Na realidade, o grande comércio continua a sua actividade. Mas a natureza dos produtos, as rotas seguidas e os seus agentes mudam claramente entre o século VIII e o século IX. Assim, em Corbia cessam as importações de frutos, de legumes secos e de cereais exóticos; no Norte do Império o azeite desaparece como condimento ou como meio de iluminação: o papiro é substituído pelo pergaminho. A rota do Norte torna-se, se não preponderante, pelo menos essencial: da Rússia chegam, pelo Don e pelo Volga, produtos de luxo, muitas vezes bizantinos ou muçulmanos, que os Normandos orientais (suecos ou varegues) vendem aos comerciantes

francos nos portos do mar Báltico. A partir do último quartel do século VIII a conquista do reino lombardo «integra a Itália no contexto económico carolíngio» (E. Perroy) e dá a sua oportunidade histórica aos portos do Véneto e da Friulia, abertos para o coração político e económico do Império, protegidos pela frota bizantina, mas também plataforma de acesso para o tráfego com o Oriente muçulmano. Finalmente, a partir dos anos 750, os *negociatores* (comerciantes profissionais) já não são na sua maioria orientais, enquanto era esse o caso há mais de um século (os textos falavam de *Syri*).

É portanto inegável que a conquista muçulmana teve um impacte profundo sobre as estruturas económicas do Ocidente latino — na medida em que contribuiu de uma forma brusca para deslocar os seus centros de gravidade comerciais. É evidente que, olhando os acontecimentos de perto e perscrutando os textos, podem-se sempre encontrar elementos de continuidade entre o século VII e o século VIII do ponto de vista estritamente económico. Mas nem por isso deixa de ser certo que o Ocidente latino ficou diminuído rapidamente no século VIII: também neste domínio esta época representa um momento crítico.

CAPÍTULO III

AS INSTITUIÇÕES

I — Permanências e eclipses da instituição escrita

Admite-se, em geral, que uma das características essenciais da Idade Média foi a predominância do direito oral (direito consuetudinário) sobre o direito escrito (direito «romano») nas instituições. Ora, vimos que as instituições do Baixo Império baseiam-se inteiramente sobre um direito escrito omnipresente e (em princípio, e isto é largamente e durante muito tempo verdadeiro) omnipotente. É portanto durante a Alta Idade Média que se teria produzido o seu desaparecimento. Ora, o escrito é ao mesmo tempo testemunho e fonte. A permanência e os eclipses da instituição escrita após 476 são na realidade testemunho de mudanças, na medida em que a rarefacção da escrita enquanto tal ou, pelo contrário, a sua multiplicação são um sinal de civilização. Além disto, os textos jurídicos quando estão presentes — e chegaram até nós — trazem o sinal da evolução em curso, mesmo se a sua interpretação é sempre difícil. Permitem descobrir em cada país do Ocidente latino o aparecimento de estruturas pré-feudais.

Num primeiro período (séculos V e VI), o acto escrito conserva uma grande importância no conjunto do Ocidente «bárbaro». Em consequência, conhece uma sorte diversa consoante os países. Em 440, em 546, os soberanos fazem afixar decretos em Roma; em 595, um libelo hostil a Gregório Magno é afixado em Ravena. Vendas, doações, testamentos,

> não se concebem sem a redacção de um acto. [Desta forma se explica que], instalados em países onde, há muito tempo, a vida política, social e económica não pode passar sem o direito escrito, os soberanos germânicos compreenderam a necessidade de fazer redigir os costumes dos seus povos, costumes até então transmitidos oralmente [...] (P. Riché [1].)

Estes costumes, mesmo uma vez codificados, não se substituem às instituições romanas. Na realidade, justapõem-se a estas. Com efeito, as instituições da *Romania* sobrevivem em grande parte à queda do Império: Vândalos, Visigodos e Burgúndios inicialmente não mudam nada à divisão em províncias e em *ciuitates*. Um *comes* continua a comandar cada província (mesmo se acumula agora as funções civis e militares). A organização financeira não muda a sua organização (mas os Bárbaros escapam aos impostos directos). Apesar das perturbações profundas provocadas pela queda do poder imperial, o direito romano não desapareceu porque ele próprio admite desde sempre a legitimidade do direito peregrino e este princípio coincidiu com o costume bárbaro que determina o direito individual em função da pertença tribal. Quando os Bárbaros se instalaram no Império, foram aceites com as suas próprias leis pelos imperadores. Uma vez desaparecidos estes últimos, tinha ficado o hábito de deixar coexistir dois sistemas: é o regime dito da «personalidade das leis» (a lei aplicada é-o em função do indivíduo implicado). Assim, na Gália os Galo-Romanos são julgados em função do direito romano; os Francos de acordo com os seus próprios costumes. Levantam-se, evidentemente, problemas espinhosos quando, em caso de processo, as duas partes em presença não dependem do mesmo regime jurídico. É por esta razão que no século V e

no século VI são editados nos reinos bárbaros textos destinados a permitir uma rigorosa jurisdição em que se possa ler claramente a lei bárbara e a lei romana.

O reino burgúndio, o mais romanizado no que se refere ao direito público, publica em primeiro lugar a sua lei bárbara em 502 (lei Gombeta, 88 títulos), depois a sua lei romana (o Papiano, 47 títulos), em que se encontram textos tomados do Código teodosiano e passagens de Gaio e de Paulo. A influência romana é, sem dúvida, ainda mais forte na legislação visigótica. Desde o reinado de Eurico (466-485) é promulgada uma legislação bárbara. É completada em 506 por uma legislação romana (breviário de Alarico) que comporta novas interpretações de certas leis: isto prova que ainda existem juristas. Estes textos não serão substituídos senão dois séculos mais tarde pelo código de Recesvindo (654, 12 livros), que representa uma verdadeira suma e cuja existência mostra que «o acto escrito continua, como no direito romano, o intermediário das relações sociais» (P. Riché). Esta impressão é confirmada pela abundância dos actos notariados e das inscrições. O emprego do acto escrito toca mesmo nas camadas sociais menos cultas entre os leigos: provam-no os documentos redigidos em ardósia numa língua muito vulgar (século VII); as fórmulas encantatórias e sem dúvida mágicas que eles contêm indicam que mesmo então uma contracultura não se concebe sem o prestígio do suporte escrito. Este beneficia da muito longa trégua que à Itália traz o reinado de Teodorico. Até às guerras de reconquista, a Itália permanece quase inteiramente antiga: a administração funciona no princípio do século VI exactamente como em meados do século V. Os desgastes provocados pelo conflito com o Império Romano do Oriente são em parte reparados pela obra legislativa de Justiniano (manutenção do estudo teórico do direito, pelo menos nas repartições imperiais). Assim, mesmo

em pleno século VII, após a agitação lombarda, é promulgado um importante *corpus* de leis (Édito de Rothari, 634) que «nos revela um povo ainda muito ligado aos costumes bárbaros; mas, aqui e além, vemos que o acto escrito começa a ser utilizado, o que marca a passagem para uma outra forma de civilização» (P. Riché). Esta observação é confirmada pela língua do texto: na realidade, longe de copiar as fórmulas clássicas, reveste uma forma muitas vezes bem vulgar, ou seja, viva: está adaptada a uma prática de que ela própria se alimenta. Finalmente, a partir do século VIII aparece em Pavia uma verdadeira escola de Direito. O contraste com a Gália merovíngia não é tão forte como por vezes se disse. É certo que a lei sálica (lei dos Francos salianos) é «a que menos sofreu a influência romana» (J. Ellul [2]). Mas também não deixa de ser verdade que os 65 títulos que a compõem no momento da sua promulgação (cerca de 500) são incessantemente remodelados, completados, enriquecidos durante os séculos VI e VII e até mesmo durante o século VIII.

Ressalta daqui que eles representam uma forma viva do acto escrito, em proporção, aliás, da notável vulgaridade da sua língua. Além disto, se a Nêustria e a Austrásia nos séculos VI e VII parecem pobres em monumentos da civilização escrita, já é muito diferente o que acontece com a Aquitânia, a Burgúndia e a Provença.

O emprego de um duplo sistema legislativo levanta numerosos problemas: o juiz deve conhecer todas as leis possíveis. Além disto, a partir do século VI é admitido o casamento entre bárbaros e romanos. Desta forma, como se pode distinguir ao fim de duas ou três gerações a origem étnica de um indivíduo? Finalmente, no século VII as classes dirigentes tendem cada vez mais a assimilar-se reciprocamente. Desta forma, ainda que tenha sido mantido em princípio até ao século VIII inclusivamente, o sistema jurídico fundado na personalidade das leis mostra-se cada vez mais impraticável. Nos séculos VIII e IX, mesmo no Ocidente latino, a civilização da escrita tende a ceder progressivamente o lugar ao «império do costume», como escreveu M. Bloch [13]. O desaparecimento, alargado no espaço e no tempo, da civilização da escrita (do ponto de vista institucional) no Ocidente latino está ligado a uma mudança total de organização das relações sociais. Não é portanto razão para uma grande surpresa ver que é na Gália carolíngia, apesar do intenso esforço de legislação realizado em meio século (sobretudo sob o reinado de Carlos Magno), que o desaparecimento dos textos legislativos é mais completo (o último capitular editado por um carolíngio é de 884). Porque foi neste país que mais cedo apareceram as estruturas pré-feudais e será também aí que essas estruturas irão tomar a sua forma mais acabada.

II — Nações em busca da sua identidade

1) O retraimento carolíngio e o seu fracasso na Gália

Dum et omnibus habetur percognitum, qualiter ego minime habeo, unde me pascere uel uestire debeam ...: Considerando que é perfeitamente conhecido de todos que não tenho de que me alimentar ou vestir, pedi à vossa piedade — e a vossa vontade concedeu-mo — poder entregar-me ou recomendar-me à vossa protecção *(en votre mainbourg);* o que fiz: ou seja por forma que deveis ajudar-me e manter-me tanto quanto ao alimento como quanto ao vestuário, na medida que vos possa servir e merecer de vós. E durante todo o tempo em

que eu viva deverei servir-vos e respeitar-vos como o pode fazer um homem livre e durante todo o tempo em que eu viva, não terei o poder de me subtrair ao vosso poder ou *mainbourg,* mas deverei, pelo contrário, continuar todos os dias da minha vida sob o vosso poder ou protecção. Como consequência de tudo isto ficou convencionado que, se um de nós quisesse subtrair-se a estas convenções, ficaria obrigado a pagar ao seu concontratante determinada quantia em dinheiro e a convenção continuaria da mesma forma em vigor. Por este motivo, pareceu conveniente que as partes em presença façam redigir e confirmar duas cartas do mesmo teor; o que fizeram.

Este texto data do primeiro quartel do século VIII; foi redigido em Túrones, num latim que é um decalque da língua falada corrente; faz parte de uma colectânea de fórmulas e reproduz aqui o modelo de uma *commendatio* pela qual dois indivíduos contraem uma aliança de tipo vassálico. É, por conseguinte, o testemunho escrito de mudanças que afectam tão profundamente as estruturas da sociedade merovíngia que a Alta Idade Média vai aí buscar características, através das quais se opõe de maneira radical à Antiguidade, mesmo agonizante. Na realidade, ainda que datado do princípio do século VIII, este monumento permite seguir ainda mais para trás, no decurso do tempo, o aparecimento de características essenciais pelas quais se vai forjando um sistema social pré-feudal. Outros formulários, talvez da geração anterior, como o de Marculf (mas o seu último editor, A. Uddholm [4], situa-o entre 688 e 732), deixam entrever o aparecimento bastante generalizado de relações do mesmo tipo. Além disto, estes vestígios escritos, por muito significativos que sejam na sua existência, permitem

muitas vezes compreender — traçam frequentemente sinais explícitos — que tais relações vassálicas se estruturaram com muita frequência sem que tenha havido redacção de documentos a isso referentes — sem contar igualmente com a imensidão das perdas que sofreram os arquivos privados, laicos ou eclesiásticos. Tudo isto permite recuar até aos séculos VI e VII, para seguir neles o lento desenvolvimento de um novo modo de relações sociais.

Na realidade, a partir do Baixo Império existia um sistema de patronato *(patrocinium)* que anunciava, através de certas características, a *commendatio* merovíngia. Com efeito, nos imensos domínios *(latifundia)* da Antiguidade tardia, os grandes proprietários *(potentes)* colocavam-se voluntariamente à margem da cidade *(ciuitas),* ou seja, do Estado: a partir de 383, o proprietário é autorizado a receber ele próprio os impostos nas suas terras e a entregar o montante ao governador; é responsável do cadastro; faz comércio — sobretudo agrícola — e escapa ao imposto relativo a esse comércio; possui uma capela particular; acaba por ter um exército privado. Por este motivo, torna-se o protector natural *(patronus)* de todos os membros do Império em ruptura com os encargos sociais a que o Estado os obriga. (É o caso muito especialmente dos *curiales,* acerca dos quais uma lei de 371 organiza a perseguição.) Em contrapartida, o *patronus* adquire sobre estes indivíduos um verdadeiro direito de jurisdição. Além disto, encontra-se aqui um meio cómodo de alargar indefinidamente o seu domínio. De facto, quando um «patrono» recolhia sob a sua protecção um pequeno proprietário, desejoso de gozar também ele do regime fiscal de favor de que beneficiava o seu futuro *patronus,* era preciso que este último se pudesse apresentar como proprietário das terras do seu protegido. Este entregava-lhas portanto; e, a seu pedido (donde o nome de *precaria,* «precário» — que deu a palavra francesa *prière*), o grande proprietário tornava-lha a entregar mediante o pagamento de um módico censo em dinheiro. Por esta razão, a terra do novo protegido beneficiava de privilégios fiscais ilegais (tornava-se «imunizada»). Mas o *patronus* podia à sua vontade confiscar esta nova propriedade porque, juridicamente, o facto de pagar uma renda em dinheiro era a prova de que o verdadeiro proprietário era o *dominus,* o novo «patrono».

Este sistema de relações humanas constitui o modelo e o embrião de uma sociedade vassálica. Na realidade, coloca em presença um poderoso e um menos poderoso, entre os quais se estabelece uma convenção de serviços recíprocos — em princípio igualitária, mas de facto hierarquizada —, fora das estruturas estatais oficiais e, na maioria das vezes, contra estas mesmas estruturas. Entretanto a situação não é ainda medieval, porque não corresponde nesta data a uma organização pré-feudal. Com efeito, até meados do século V, ou seja, enquanto houve uma administração imperial em condições de funcionar, estas práticas continuaram ilegais e foram combatidas pelo Estado. Por este motivo, correspondem a uma marginalização crescente de grupos sociais importantes, acompanhada de uma alienação de imensos territórios incessantemente aumentada. A instalação dos reinos bárbaros foi facilitada por este processo. Seguidamente, na Gália merovíngia os poderes reais tentam retomar à sua conta — adoptando cada um por seu lado, mas de uma forma «regionalizada», excepto nos poucos momentos em que a Gália encontra uma certa unidade, a legislação romana — a luta contra esta evolução. Mas, em primeiro lugar, os seus meios são muito mais fracos e a evolução parece continuar com bastante liberdade. Em segundo lugar, com a chegada ao poder dos carolíngios, dá-se uma dupla mudança, quantitativa e qualitativa: a vassalagem torna-se uma instituição estatal organizada e desenvolvida pelos soberanos; constitui, por esta razão, a armadura de todo o sistema social.

> Imaginemos a sociedade merovíngia. Nem o Estado nem a linhagem ofereciam já abrigo suficiente. A comunidade camponesa não tinha força senão para a sua organização interna. A comunidade urbana mal existia. Contudo, o

> fraco experimentava a necessidade de se entregar a um mais forte do que ele. O poderoso, por sua vez, não podia manter o seu prestígio ou a sua fortuna, nem sequer assegurar a sua segurança, senão procurando por persuasão ou pela força o apoio de inferiores obrigados a ajudá-lo. Havia, por um lado, fuga para o chefe; por outro lado, atitudes de comando muitas vezes brutais. E como as noções de fraqueza e de força são sempre relativas, via-se muitas vezes o mesmo homem fazer-se simultaneamente dependente de um mais forte e protector de outros mais humildes. Deste modo se começou a construir um vasto sistema de relações pessoais [...] (M. Bloch.)

Este sistema, análogo ao patronato *(patrocinium)* praticado no Baixo Império, desenvolve-se portanto durante os séculos VI e VII, independentemente da origem étnica (galo-romana ou germânica) dos indivíduos, como o demonstra a equivalência dos termos que o designam, quer eles sejam latinos ou germânicos. Nos códigos (Código de Eurico), nas colectâneas de leis (Lei dos Alamanos), nos textos literários (Gregório de Tours, Fredegário), nas cartas, as palavras *commendatio* (latim) e *mundeburdis* ou *mundium* (germânico latinizado) têm um sentido e um emprego equivalentes: designam o acto pelo qual se entra na protecção de um superior. Com excepção dos mais desfavorecidos que se tornam escravos, a maior parte dos indivíduos conserva a sua condição de homens livres. Continuam a fazer parte do povo franco (*populus Francorum* — esta denominação engloba as duas etnias), donde o sentido que toma pouco a pouco a palavra *franco,* «livre» (sabe-se que, por definição, o escravo está excluído de todo o corpo social). Por volta do ano 700 os textos começam assim a falar de homens livres ao

serviço de outrem *(ingenui in obsequio)*. Reconhecem-se diferentes classes de *ingenui*. Os grandes que rodeiam e servem directamente o rei constituem o corpo dos antrustiões (de *trustis*, «fidelidade» em germânico). As personagens de menor nível, que estão elas próprias ao serviço de um grande, são denominadas os *pueri* (latim), ou os *gasindi* (germânico). A partir do século VIII esta clientela é designada pelo termo *uassi* (talvez por intermédio do céltico *gwas*, que teria sido sinónimo do latim *puer*); ele próprio será suplantado pelo duplo *uassallus*. Do século VI ao século VII distingue-se uma classe de subordinados de entre todas as outras: a classe dos guerreiros privados, que se constitui quer em volta dos grandes, quer em volta do próprio rei. A sua constituição tem como finalidade preencher as lacunas que deixa o antigo sistema do levantamento em massa feito pelo Estado, e sobretudo fazer face às dificuldades cada vez maiores impostas por uma arte da guerra em plena evolução (apelo continuamente aumentado, sobretudo a partir do século VIII, à cavalaria).

Paradoxalmente, é, após a explosão completa do reino merovíngio no final do século VII, o esforço da dinastia carolíngia para se guindar ao poder e, seguidamente, para estender a sua autoridade no Ocidente que favorece a implantação geral e irreversível de uma sociedade vassálica que se torna muito rapidamente pré-feudal. Com efeito, a família dos Pepinos pode desde a Austrásia aproveitar, no último quartel do século VII, do enfraquecimento do poder real, porque ela própria se constituiu já uma sólida clientela privada e pouco a pouco adquiriu imensos domínios, ao lado dos quais o património real parece muito modesto (cf. supra, p. 53). A conjunção destes dois dados dá a sua configuração definitiva à sociedade vassálica. As condições económicas são na realidade tais que a posse da terra é a condição indispensável

e exclusiva que permite exercer um poder, qualquer que ele seja (cf. supra, p. 47).

> Como não existem outros bens para além da fortuna fundiária, todos os serviços e todas as fidelidades devem necessariamente ser pagos em terras ou em produtos da terra, e isto em todos os escalões da hierarquia social (E. Perroy).

O pagamento em géneros pode fazer-se de duas maneiras. Directamente: o senhor mantém no local os seus fiéis, os «alimentados» *(nutriti)*; mas esta solução é pouco prática; não se podem concentrar perpetuamente muitos fiéis e, de qualquer modo, estes têm um património a gerir, por vezes longe da corte. Indirectamente: o senhor paga aos seus soldados, aos funcionários, aos servidores importantes colocando-os numa terra que separa dos seus domínios. Neste caso são possíveis dois métodos: dar a terra ou emprestá-la. É recorrendo à primeira forma que os soberanos merovíngios delapidam o seu património. Os Pepinos, em plena ascensão, começam por fazer o mesmo. É por este motivo que, logo que alcançam o poder com Carlos Martel, têm de reconstituir o seu capital: isto explica a brusquidão e a amplidão das espoliações com que o «intendente» atinge as propriedades eclesiásticas. O segundo método administra melhor os interesses a longo prazo da dinastia: conceder a terra a título temporário; é o mecanismo do «benefício» *(benefactum, beneficium)*. Não é por um simples acaso que, testado esporadicamente no tempo dos merovíngios, se desenvolve consideravelmente a partir de Pepino, *o Breve*. Deste modo se constitui, de qualquer forma, uma associação automática entre a situação de fiel (serviço prestado ao soberano) e a ocupação de uma terra (serviço prestado pelo soberano). Daqui

nasce, no século VIII, a sociedade vassálica. Porque, além disto, os carolíngios fazem neste momento passar do nível privado para o nível estatal o sistema social fundado na instituição de relações pessoais: aplicam naturalmente as soluções que os levaram ao poder ao exercício deste mesmo poder. As dificuldades culturais juntam-se às dificuldades económicas para provocar rapidamente a implantação. No século VI, e sobretudo no século VII, o que restava das estruturas administrativas imperiais na Gália acaba de se desagregar.

Que resta da antiga rede que permitia à prefeitura das Gálias comandar vários milhares de funcionários?

> A principal dificuldade [que encontram portanto os primeiros carolíngios] é atingir os indivíduos para exigir deles os serviços devidos e exercer sobre eles as necessárias sanções. Donde a ideia de utilizar para os fins do governo a rede de relações de subordinação já tão fortemente constituídas; o senhor, tornando-se em todos os graus da hierarquia o responsável do «seu homem», seria encarregado de o manter no dever (M. Bloch).

Desta forma, cristaliza-se no século VIII um novo sistema de relações sociais. Os soberanos carolíngios não só participam desta cristalização, mas empreendem mesmo a sua codificação: através de uma legislação apropriada, Carlos Magno sobretudo tenta construir um verdadeiro Estado fundado numa pirâmide hierarquizada de relações privadas, uma sociedade vassálica. Mas ao irredentismo natural dos indivíduos (a aristocracia do século VIII tinha-se habituado já há dois séculos a uma crescente independência) acrescentam-se os bloqueamentos devidos ao emprego da terra. Todas as funções administrativas — condado *(comitatus)*, ministério *(ministerium)*, honra *(honor)* — são pagas em benefícios, ou seja, em terras. Para que este modo de pagamento dure, é preciso engrandecer o património real: donde a imperiosa necessidade de conquistas territoriais. Mas a extensão dos territórios arrasta por sua vez um crescente apelo ao serviço pessoal, e como estes serviços são exercidos cada vez mais longe

do poder central, são eles próprios um novo factor de explosão. Este sistema de governo, fundado no emprego exclusivo do sistema vassálico, impõe a «fuga para a frente» e traz em si mesmo as causas do seu próprio desmembramento. A legislação de Carlos Magno representa um breve momento privilegiado em que a centralização carolíngia parece dever resultar. Mas já em 812 uma capitular de Carlos Magno verifica que há senhores que entre si se põem de acordo para fazer passar domínios concedidos a título de benefício, ou seja, provisoriamente, para o seu património hereditário. É desta forma que no século IX se produz a deslocação da autoridade imperial (ela própria já enfraquecida por querelas dinásticas). Todo o esforço dos vassalos (sobretudo dos vassalos directamente dependentes do imperador, os *uassi dominici*) consiste no futuro, de uma maneira ou de outra, em transformar em propriedade pessoal e familiar as dotações vitalícias (benefícios) que lhes são atribuídas, quer enquanto «combatentes» *(milites)*, quer enquanto bispos, condes ou abades: assim, todas as honras tendem a ser consideradas e tratadas como tantos outros benefícios; estes, por sua vez, deixam pouco a pouco o domínio real. Um modo cómodo para os vassalos imperiais conseguirem estas mudanças é voltar contra a autoridade imperial aqueles mesmos cuja obediência ao imperador deviam garantir, os quais efectivamente só prestam juramento de fidelidade a si mesmos (vassalos privados). A sociedade vassálica não se tornou, por conseguinte, uma instituição legal e funcionando como tal senão durante um período muito breve (menos de um século). A partir do momento em que a sua expansão geográfica ultrapassa um certo ponto (e isto consegue-se a partir de Carlos Magno), tende cada vez mais a transformar-se numa sociedade em que predomina uma tendência para a marginalização. Combater esta tendência exige uma poderosa autoridade centralizadora, ou seja, uma dinastia muito sólida e uma administração competente e omnipresente. Faltam tanto uma condição como a outra. O desenvolvimento dos actos escritos na época de Carlos Magno não deve criar ilusões: a aplicação das *capitulares* depende da boa vontade dos grandes. A criação do corpo dos legados imperiais *(missi dominici)* devia colmatar esta lacuna (capitular de 789). Mas são poucos numerosos; o seu recrutamento liga-os à classe social que devem vigiar; a sua competência é pequena: a educação dos laicos é ainda muito fragmentária (vê-se como o renascimento carolíngio está longe de restaurar, mesmo de maneira aproximada, um sistema educativo que preste os mesmos serviços que o sistema em vigor no Baixo Império).

As estruturas sociais evoluem, por conseguinte, de forma rápida:

> Na altura em que desaparece o último imperador carolíngio em 888, a sociedade vassálica está em condições de se tornar a sociedade feudal (E. Perroy).

É nesta época que pára a legislação: a última capitular carolíngia é de 884. Pode, por conseguinte, traçar-se um quadro cronológico relativamente preciso desta mudança: século VII, esboço do sistema vassálico; século VIII, sistematização; século IX, desenvolvimento e passagem para uma sociedade pré-feudal.

2) Formação da Catalunha

Esta apresentação será aplicável universalmente a todo o Ocidente latino? Pode dizer-se que se instaura aí *uma* sociedade de tipo feudal? Em que período (o aparecimento deste sistema social dá-se ao mesmo tempo em todas as regiões ou será conveniente tomar em consideração diferenças cronológicas importantes?)? Quais são as causas de uma tal (ou tais) evolução? Em suma, pode falar-se de uma tipologia, de uma cronologia e de uma lógica do fenómeno? Só muito recentemente a historiografia esclareceu perfeitamente esta problemática. Como consequência, depois de um período bastante longo que tinha tendência a privilegiar os aspectos gerais da passagem para a sociedade feudal (mas tomava-se então sobretudo como base estudos da Gália e da «Europa do Norte e do Leste»), a tendência actual é insistir mais nas suas características particulares em função das regiões consideradas. É talvez a propósito da Catalunha

que foram postas em destaque as características diferenciadoras mais originais. P. Bonnassié [5] acaba de demonstrar a falsidade de muitos lugares-comuns.

> O primeiro consistia em apresentar a Catalunha, ainda anteriormente ao Ano Mil, como um país de regime «feudal»: regime importado pela «conquista» carolíngia e, aliás, perfeitamente adaptado à economia «dominial» da época ... [Mas] a Catalunha do Ano Mil não é uma terra feudal. As grandes pulsões geradoras do sistema feudal (decomposição do conceito de propriedade, desagregação da autoridade pública, desenvolvimento da arbitrariedade dos grandes, procura de protectores por parte dos humildes, multiplicação dos laços de homem para homem) nem sequer se encontram aí. Pelo menos nessa altura. E as instituições «feudais» mais elementares são praticamente ignoradas. A noção carolíngia de benefício desapareceu. Quanto ao *feudum*, identifica-se com o *fiscus* e mantém-se exclusivamente nas mãos das «pessoas públicas», ou seja, dos representantes da autoridade. O feudo privado — tenência especializada entregue ao vassalo — ainda não nasceu. Finalmente, quase se não vê aparecerem laços especiais de fidelidade a não ser no imediato círculo de relações dos condes e, ainda neste quadro restrito, não fazem senão reforçar para os agentes directos do poder a sujeição natural devida pelos súbditos aos detentores da soberania. A ideologia que inspira tanto a prática do governo como as relações sociais é muito anterior à intervenção franca, que, aqui, não introduziu qualquer modificação essencial [...]

Esta síntese diz respeito ao século X: pode daqui concluir-se que a Catalunha do século IX não é, *a fortiori,* uma sociedade vassálica. A ruptura entre Antiguidade e Idade Média não se verificou portanto aqui, nem no mesmo momento, nem da mesma maneira, que na Gália do Norte. De facto,

> o fenómeno mais notável é o de uma grande continuidade. Desde a época visigótica, o corpo social parece dominado pelo mesmo grupo de grandes famílias, ele próprio ordenado por uma hierarquia aparentemente imutável. A população no seu conjunto não conhece outras regras senão as que foram ditadas pelos reis de Toledo e transmitidas de geração em geração por um código intangível. Isto não vai até aos modos de expressão — especialmente até à escrita —, em que se não observa a mesma permanência.

O autor sublinhou longamente a abundância, excepcional para a época, da documentação escrita (arquivos privados): a Catalunha não deixa, em momento algum, de ser uma civilização da escrita. As causas desta originalidade são difíceis de esclarecer. Um factor essencial parece ter sido — como no reino das Astúrias e mais tarde em Leão e em Castela — «a obrigação, perante o perigo muçulmano, de apresentar uma frente solidária e de dispor de um centro de decisão eficaz»: a Catalunha encontra-se, desta forma, simultaneamente obrigada e capaz de preservar e de valorizar as forças centrípetas que o seu passado lhe lega. Mas o equilíbrio das forças no seio da sociedade é frágil. A partir da altura em que o movimento de expansão territorial causado pela reconquista diminui ou pára, «esse equilíbrio quebra-se. Então, mas

unicamente então, iniciar-se-á um processo de feudalização ...».

A dinâmica interna que dirige a passagem para uma sociedade pré-feudal não parece, pois, forçosamente obedecer a leis diferentes das encontradas a propósito da Gália do Norte: a Catalunha, tal como o Império carolíngio perde a sua coesão ao mesmo tempo que se esgota a sua força conquistadora. O espaço social e o espaço geográfico tendem então para se fragmentarem rapidamente. Mas esta analogia é unicamente parcial. É conveniente ter em conta a relação desta evolução geral com as estruturas agrárias (quem possui o solo e qual o valor deste), com as estruturas estatais (presença ou ausência de uma administração centralizadora), etc. Não se pode neste lugar pôr em questão todos estes problemas. A título de hipótese, digamos que, de uma forma geral, com uma diferença cronológica de cerca de dois séculos, alguns dos mecanismos postos em evidência na Gália do Norte desempenham também o seu papel na passagem da Catalunha para uma sociedade de tipo feudal.

3) A Espanha entre a monarquia e o feudalismo

As instituições da Espanha da Alta Idade Média evoluem igualmente segundo um ritmo original, como o mostram os trabalhos de Cl. Sánchez-Albornoz [6]. Este historiador sublinha um nítido contraste que opõe a evolução da Espanha visigótica e a do reino das Astúrias (mais tarde de Leão). Na realidade, enquanto dura a monarquia visigótica, rapidamente se organizam estruturas vassálicas pré-feudais. Este desenvolvimento, que deveria conduzir a uma explosão, é travado brutalmente pelas limitações sociais impostas pela *reconquista.* Sánchez-Albornoz demonstrou, em primeiro lugar, que, a partir do momento em que se encontram completamente instalados em Espanha e

únicos senhores desta (ou seja, a partir do reinado de Eurico), os soberanos visigóticos recorreram por si mesmos ao sistema de relações privadas para garantirem o seu poder sobre o conjunto do reino *(beneficia)*. As terras são concedidas a título revogável *(iure precario)*, como na Gália carolíngia no tempo de Carlos Magno. Podem assim constituir territórios imunes, submetidos unicamente à jurisdição do fiel real (dificilmente se pode utilizar aqui a palavra vassalo, que só aparece mais tarde e é um empréstimo da Gália — mas o conceito existe desde o século VII, como se vê). Perante estes grandes que dota de direitos, de possessões (precárias) e de poderes, a monarquia visigótica encontra-se em situação de conflito; hesitando «entre o arbitrário e a impotência», ela «deve fazer frente contra a arrogância anárquica de uma poderosa aristocracia ou com o espírito rebelde de algumas regiões ...» Desta forma, como o sublinha o próprio historiador, o desenvolvimento de uma sociedade pré-feudal verifica-se em Espanha com um século de avanço sobre a Gália merovíngia. (Pelo menos, é a cronologia sugerida pelos monumentos escritos.) E é notável que esta evolução esteja sempre ligada durante um certo tempo à existência de um poder central (relativamente) activo, mas que, precisamente, não pode desenvolver a sua acção senão canalizando forças de que acabará por ser vítima. Além disto,

> na segunda metade do século VII desapareceu qualquer perigo exterior grave, a partir do momento em que Suíntila retomou aos Bizantinos as suas últimas possessões na Espanha e em que foi destronado por Sesinando com a ajuda dos Francos, e as fronteiras do reino não foram ameaçadas por qualquer inimigo exterior até ao aparecimento dos Árabes [...]

Por conseguinte, o dinamismo conquistador parece não ter de se exercer mais: a situação a partir desta altura é propícia à passagem das estruturas vassálicas para instituições propriamente pré-feudais. A violência dos conflitos que enfraquecem a Espanha no início do século VIII e a tornam vulnerável ao choque da invasão muçulmana mostra que atingiu um estádio de evolução avançado com estruturas institucionais e sociais de tipo pré-medieval, portanto com um século de avanço sobre a Gália do Norte.

Entretanto, esta evolução pára após a ocupação. Passada a primeira tormenta, o reino das Astúrias organiza-se e

> no duelo de morte contra os muçulmanos, a realeza organizou e dirigiu a resistência, mas, em contrapartida, esta resistência assegurou e fortificou esta realeza (Sánchez-Albornoz).

Desta forma, duas causas que favoreciam a explosão das instituições e da sociedade desaparecem para dar lugar ao seu próprio antídoto: regresso a um período de tensão militar extrema nas fronteiras; contracção do espaço geográfico do reino. Além disto, os combates que opõem durante gerações muçulmanos e cristãos desenrolam-se num quadro geográfico em que a cavalaria não desempenha um papel essencial (supondo que a necessidade de empregar, antes de mais, uma cavalaria pesada tenha tido uma parte importante na passagem para a sociedade vassálica entre os primeiros carolíngios). Nota-se que a inversão das causas (supostas) produz uma inversão dos efeitos:

> Ninguém poderá negar que, da mesma maneira que as relações dos sucessores de Pelágio com as massas populares devem ter travado a

desintegração feudalizante, sempre possível, da mesma forma o carácter colossal e dilatado dos territórios governados pelos sucessores de Carlos Martel provocará a sua explosão.

Sánchez-Albornoz torna-se aqui eco de Marc Bloch (cf. supra, pp. 70-71). Sob a variabilidade das evoluções permanecem esquemas evolutivos que não são irredutíveis uns aos outros.

4) Na Gália do Sul

A) Narbonense

Entre a Gália do Norte, as Astúrias e a Catalunha, de acordo com que processo se transformaram as instituições na Gália do Sul? Os recentes trabalhos de E. Magnou-Nortier [7] e de Michel Rouche [8] obrigam também aqui a medir de novo a adequação dos esquemas tradicionais. De facto, põem-nos em causa profundamente. No final de um inquérito minucioso (essencialmente fundado em estudos de vocabulário), E. Magnou-Nortier defende uma tese extrema. Efectivamente, segundo o autor,

> se nos prendemos aos esquemas tradicionais acerca da sociedade da Alta Idade Média, fornecidos pelos manuais do ensino secundário e do ensino superior, não existe uma característica que se possa conservar.

Em resumo, a sociedade laica (falta aqui lugar para retomar as ideias do autor acerca da sociedade religiosa) não se organiza em nenhum momento segundo os modelos característicos das regiões entre o Loire e o Reno.

A) No que se refere aos humildes:

1) O camponês raramente é não livre;

2) Se o é (foreiro, colono), as corveias que sobre ele pesam são diminutas;

3) De qualquer forma é, além disso, quase sempre proprietário de pequenos bens fundiários isentos de corveia *(alleus)*;

4) São numerosos os camponeses livres.

B) No que se refere ao grupo aristocrático:

1) «A trilogia senhor-vassalo-feudo não aparece em nenhuma parte. Não existe pirâmide, não existem laços vassálicos;

2) A fidelidade, as *conuenientiae* estabelecem entre os membros da aristocracia relações mais horizontais do que verticais [...]»

Uma análise destas coloca-se absolutamente no oposto das apresentações clássicas e parece irredutível a uma tipologia do feudalismo. Mas, pelo seu próprio radicalismo, obriga investigadores — e curiosos — a esperarem que as controvérsias provocadas estejam suficientemente desenvolvidas — e publicadas! — antes de as integrarem nos seus conhecimentos. Fica-se certamente surpreendido: como é que a Espanha visigótica e tão profundamente «romana» teria conhecido estruturas pré-feudais, mas nada teria acontecido, ainda que de longe, com esta província Narbonense? Seria preciso renunciar a encontrar aí o menor denominador comum? A resposta sairá, sem dúvida, do debate iniciado. Enquanto se espera, notemos em primeiro lugar que é conveniente talvez desconfiar mais do que o faz o autor das palavras: «escondem por vezes a realidade das coisas que pretendem designar». Em seguida sublinhemos que a originalidade das estruturas sociais na Narbonense na Alta Idade Média (em relação pelo menos aos esquemas tradicionais dos historiadores das instituições) coincide com duas características particulares: não há, pelo menos até ao século VIII, verdadeiro poder centrípeto; a superfície geográfica desta espécie de «principado» é pequena. Mas não passam de esboços. Os arcanos da História estão, sem dúvida, muito mais escondidos.

B) Aquitânia

As investigações de Michel Rouche sobre a Aquitânia iluminaram a Alta Idade Média desta parte do Ocidente latino. O autor centra a sua atenção sobre a região tal como Roma a recebeu e tal como se constituiu e manteve durante toda a Antiguidade: um espaço original que vai dos Pirenéus ao Líger e do oceano aos Cevenas. Sublinhando a sua forte originalidade em todos os domínios (político, religioso, económico, linguístico, psicológico), M. Rouche considera que a causa geral e profunda desta originalidade é a ligação dos habitantes da Aquitânia à sua romanidade (por oposição à barbárie e especialmente à barbárie dos Francos):

> Com efeito, a romanidade da Aquitânia continua forte, ligada como ela está à distinção entre direito público e direito privado. Esta capacidade de reflexão abstracta dá-lhe uma superioridade tanto mais indubitável sobre os merovíngios para a afectividade e para os instintos mal dominados, quanto é reforçada pela cultura religiosa do corpo episcopal. Não somente conserva intactos os seus contratos escritos, as contabilidades agrícolas, os registos de cadastro, os funcionários remunerados e os bárbaros federados, mas pede emprestado à verdadeira pátria romana, a Itália tornada bizantina, as suas últimas reformas administrativas, como o duque ou o patrício, o sustento dos soldados pelo rédito de uma terra (através da Espanha visigótica) e a conversão dos soldados de infantaria de Belisário em cavaleiros ligeiros [...]

Os habitantes da Aquitânia chamam-se a si próprios «Romanos» até ao século VIII. Faltavam portanto na Aquitânia os factores constitutivos de uma sociedade vassálica e pré-feudal. Isto explica, sempre de acordo com M. Rouche, que os laços de homem para homem não se tenham formado segundo os modelos pré-feudais. A homenagem não suplanta o juramento de fidelidade; o *beneficium* não toma o lugar dos precários. Na realidade, a homenagem repousa sobre uma mentalidade primitiva. Entre os Germanos, os poderosos rodeiam-se de uma coorte de jovens *(uassi, pueri regis)* que dependem deles, e estão sob a força do seu poder mágico *(mundium, mundeburdium)*. Mas a Aquitânia

> continua ligada ao antigo conceito do juramento, simples fidelidade prometida a um poderoso. Eloi recusou-se a entrar na fidelidade qualificada de Dagoberto. Como os seus compatriotas, não podia aceitar o conceito germânico, mesmo suavizado, do juramento em presença do rei, laço religioso e afectivo reforçado, e ainda menos o colocar-se sob o *mundium* real, pela imposição das mãos.

Entre o poderoso e o seu fiel não existe mais que uma relação de igualdade em nome da qual o fiel não permanece ligado senão juridicamente ao seu «protector». M. Rouche opõe, por conseguinte, fidelidade e vassalidade. A Aquitânia da Alta Idade Média não conhece a vassalidade. Esta põe em jogo sistemas de relações interpessoais, um tipo de mentalidade, concepções jurídicas estranhas aos membros da aristocracia da Aquitânia. O que é mais, quando as limitações económicas levam os príncipes da Aquitânia a remunerarem os seus fiéis em terras, o processo de açambarcamento não se verifica.

A Aquitânia não concebe a existência de um encarregar de funções sob a forma de uma

oferta de terras. Graças à distinção entre *proprietas* («propriedade» no sentido moderno) e *possessio* (= gozo sem propriedade), utiliza o contrato de *precarium* para pagar a clérigos, soldados e funcionários. Mesmo quando a *precaria* tem origem num confisco de terras da Igreja, o príncipe da Aquitânia não se serve disso senão a título de salário dos seus *optimates* ou dos seus *gasindi*.

De acordo com esta tese, a Aquitânia dos anos 500-700, na cronologia da história institucional, situa-se nitidamente mais do lado da Antiguidade tardia do que a Idade Média (e mesmo da Alta Idade Média).

Notar-se-á então a ligação estreita que liga esta parte da história na Aquitânia aos outros pedaços do edifício. Para Michel Rouche, existe interacção constante entre a permanência de estruturas antigas tardias e o atraso (relativamente à Gália de entre Loire e Reno) no aparecimento das estruturas medievais. E a oposição: estruturas sociais e institucionais vassálicas /// estruturas sociais e institucionais vassálicas corresponde de muito perto à antinomia: Antiguidade (tardia) /// Alta Idade Média.

Não é de surpreender que três investigadores, conduzindo cada um por seu lado trabalhos recentes, tenham mostrado a originalidade profunda das regiões estudadas. A Catalunha, a Aquitânia, a diocese de Narbona apresentam instituições e uma história institucional muito diferentes das da Espanha e da Gália do Norte (e também — mas não temos lugar para o mostrar — da Itália do Norte). Além disto, os trabalhos de J.-P. Poly [9] mostram que, sempre do mesmo ponto de vista, o caso da Provença é análogo ao das três regiões anteriormente citadas. Ora, é notável que nesta área geográfica se tenha desenvolvido um conjunto de dialectos que constituem um

vasto conjunto linguístico, o occitano-romano. Além disto, para nos limitarmos à Gália do Sul, basta acrescentar os três domínios considerados por M. Rouche (mas é preciso tirar a parte norte da Aquitânia), E. Magnou-Nortier e J.-P. Poly para ver aparecer a quase totalidade do que actualmente se chama a Occitânia [10].

5) Na Itália central

Está a começar um estudo regional sistemático da história da Alta Idade Média na Itália. Os trabalhos de P. Toubert [11] mostram que, nesta época, as condições económicas e sociais são, segundo as regiões consideradas, mais ou menos avançadas numa evolução que leva, a prazo, à constituição de uma sociedade feudo-vassálica. Esta evolução caracteriza sobretudo a Itália do Norte, lombarda e mais tarde carolíngia. A instituição vassálica é aí em parte importada. Mas a sua aceitação rápida explica-se porque corresponde a transformações indígenas das instituições e das relações sociais. E o seu desenvolvimento na Itália (onde apesar de tudo a tradição do uso da escrita e do direito escrito continua em geral vivaz) corresponde também à necessidade de aliviar as carências de uma administração central que se esforça para seguir a expansão do espaço social franco. O Lácio meridional e a Sabina ficam à margem destas correntes. Em primeiro lugar, «os elementos constitutivos do grande domínio clássico: a *curtis*, a *casa dominicata* e os *mansi*» existem, mas a sua articulação e a sua repartição recíprocas são mais fluidas do que no domínio carolíngio clássico. Não existe

laço robusto, ao nível mesmo da propriedade, entre as reservas dominiais cultivadas — quando existem — e as tenências, entre a *pars dominica* e a *pars colonica*.

Por este motivo, os colonos foram submetidos a execuções menores de corveias *(operae)*. No final do século VIII e no primeiro quartel do século IX a grande propriedade parece fragmentar-se. As *curtes* decompõem-se. No século X os próprios senhores tomam a iniciativa de reagrupar os trabalhadores agrícolas em novos lugares, os *castra* («centros permanentes do *habitat* agrupado e fortificado»). É o processo do *incastellamento*. Mas este movimento realiza-se

> fora de qualquer recurso às instituições feudo-vassálicas ... No último quartel do século X, no interior mesmo do mundo senhorial, os gestos simbólicos da *comendatio* são ainda desconhecidos. Os juramentos de fidelidade também ainda não entraram no uso. A própria noção de feudo não conseguiu ainda impor-se a uma sociedade sempre dominada pelo conceito romano da propriedade.

De facto, no último quartel do século VIII, só «a franja setentrional da Sabina [...] conheceu [...] um tímido esboço dos laços de dependência».

Mas, mesmo no Reatino a atribuição pelos reis lombardos e pelos duques de Spoleto de concessões que retribuem *seruitia* pelos quais particulares tomam a seu cargo funções normalmente entregues ao Estado (terras fiscais) não permite fazer directamente referência a relações vassálicas. Depois da conquista carolíngia, «a feudalidade não conseguiu implantar-se no Lácio senão numa data tardia (último terço do século XI)». E fê-lo no momento em que esta instituição chegou à maturidade no Ocidente. O Lácio e a Sabina economizaram portanto fracassos e criaram uma forma original desta instituição, que se introduziu em primeiro lugar através da abadia de Farfa, cuja

estrutura geográfica explica o contacto permanente com regiões feudalizadas há mais tempo.

«Não existe *um* modelo feudal», escreve P. Toubert. Não é aqui lugar de experimentar sínteses que espessas obras realizadam. Falou-se de uma tipologia, de uma lógica e de uma cronologia no aparecimento das instituições feudais no Ocidente latino. À maneira de conclusão, eis um quadro em que se procurou um reagrupamento sistemático em função das 1) regiões; 2) períodos; 3) características consideradas:

A) PAÍS OU REGIÃO (do Ocidente para o Oriente):

I) Espanha (visigótica); II) Astúrias; III) Catalunha; IV) Aquitânia; V) Narbonense; VI) Gália franca; VII) Itália carolíngia; VIII) Lácio, Sabina.

B) ÉPOCAS.

A) Século VII; B) Séculos VIII-IX; C) Séculos X-XI.

C) CRITÉRIOS.

1 { *a* — Conservação da escrita.
  b — Desaparecimento da escrita.

2 { *a* — Conservação do direito escrito.
  b — Preponderância do direito consuetudinário.

3 { *a* — Conservação do conceito de *proprietas/possessio*.
  b — Perda do conceito.

4 { *a* — Conservação de uma autoridade pública (Estado).
  b — Desagregação desta autoridade.

5 { *a* — Conservação da disciplina dos grandes.
  b — Desenvolvimento da arbitrariedade dos grandes.

6 { *a* — Espaço social extenso.
  b — Espaço social reduzido.

7 { *a* — Preponderância do sistema dominial clássico.
  b — Preponderância da pequena propriedade alodial.

8 { *a* — Economia em circuito fechado.
  b — Economia de trocas.

9 { *a* — Circulação monetária regular.
b — Rarefacção da circulação monetária.

10 { *a* — Conservação dos guardas «públicos».
b — Predominância do sistema dos guardas privados (reais ou senhoriais).

11 { *a* — Pagamento dos *seruitia* em dinheiro.
b — Pagamento dos *seruitia* em terras *(beneficium)*.

12 { *a* — Permanência a título precário dos *beneficia (possessio)*.
b — Açambarcamento dos *beneficia* hereditários *(proprietas)*.

13 { *a* — Ritos de homenagem clássica.
b — Simples juramento de fidelidade.

14 { *a* — Testemunhos sobre a conservação do latim como língua de comunicação geral.
b — Testemunhos sobre o desaparecimento do latim como língua de comunicação geral.

D) QUADRO GERAL:

	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12		13		14		
	a	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	*a*	*b*	
I	+	—	+	—	—	+	+	—	+	—	+	—	+ ?	? —	+	—	+	—	—	+	—	+	+	—	—	+	+	—	A/B
II	+	—	—	+	?	?	+	—	—	+	—	+	—	+	+	—	—	+	+	—	+	—	+	—	?	?	—	+	B
III	+	—	—	+	?	?	—	+	—	+	—	+	+	+	+	—	—	+	—	+	?	?	+	—	—	+	—	+	A, B
III	+	—	+	—	+	—	+	—	+	—	—	+	—	+	—	+	+	—	—	+	+	—	—	—	—	+	~		C
IV	+	—	+	—	+	—	+	—	+	—	—	+	—	+	—	+	+	—	+	—	—	+	+	—	—	+	+	—	A/B
V	+	—	+	—	+	—	+	—	—	+	—	+	—	+	—	+	?	?	—	+	—	+	—	+	—	+	—	+	A, B, C
VI	— A + + B —		—	+	—	+	—	+	+	—	+	—	+	—	+	—	—	+	—	+	—	+	—	+	+	—	+ A — — B +		A/B
VII	+	—	+	—	?	?	—	+	—	+	+	—	+ (?)	—	+	—	—	+	—	+	—	+	—	+	+	—	+ A, B — — C +		A, B, C
VIII	+	—	+	—	+	—	+	—	—	+	—	+	+	—	+	—	—	+	+	—	—	+	+	—	—	+	+	—	C

III — As forças centrípetas na Igreja

1) Linhas de explosão

É somente no caso da Igreja católica que uma história das instituições pode encontrar — pelo menos em parte — o quadro do Império Romano do Ocidente. Com efeito, do século V ao século IX as forças centrípetas têm maior importância do que os factores centrífugos: a continuidade é mais evidente do que as rupturas. Isto não significa que a Igreja não tenha de ultrapassar enormes dificuldades. Em primeiro lugar, desde o seu reconhecimento oficial, tinha desenvolvido estruturas absolutamente paralelas às instituições administrativas do Império. Então, com efeito,

> em cada *ciuitas* tem sede um bispo; em cada província um metropolita. Os bispos tornam-se muitas vezes os verdadeiros representantes políticos das *ciuitates*. Os sínodos provinciais são adoptados pelos imperadores para substituir as assembleias provinciais do suprimido culto imperial. E o imperador convoca os concílios ecuménicos para terem um meio de impor a sua autoridade sobre todas as províncias [...] (J. Ellul.)

As instituições estatais e as instituições eclesiásticas eram portanto, no século V, dois conjuntos simultaneamente distintos e complementares que contribuíam mutuamente para quadricular o Ocidente latino de uma rede tutelar e limitativa. A Igreja, através das suas instituições, procurava para o imperador os fundamentos de uma nova legislação. O imperador, graças à administração estatal, ajudava a Igreja a manter (ainda que à força) a unidade religiosa em todo o Império. Ora, a partir do final do século V deixou de haver no Ocidente unidade administrativa. E a restauração justiniana é ao mesmo tempo efémera e limitada (entretanto contribui para o renascimento do catolicismo em África). Uma vez caída a armadura administrativa romana, podia esperar-se uma fragmentação religiosa. Tanto mais que, em segundo lugar, as primeiras vagas de invasões bárbaras fazem cair sobre o Ocidente populações convertidas ao cristianismo, é certo, mas a um cristianismo muito particular: o arianismo. Cerca do ano de 500, a Espanha, a África, a Itália e 3/4 da Gália tiveram de aceitar a autoridade de povos arianos. Ora, o arianismo não tinha sido expulso um século e meio antes do Império senão pela força. Nada impede presentemente os bispos arianos de se apoiarem no novo poder para mudarem o curso da História. Se se manifesta que, com excepção da África, os conflitos internos são de facto pouco violentos, as invasões dos séculos seguintes são muito mais agressivas. A expansão muçulmana varre a África e a Espanha. Uma está irremediavelmente perdida. A outra não pode continuar a ser por muito tempo uma cidadela católica. Os invasores do século IX (Normandos, Vikings, Húngaros) põem a saque o Ocidente latino e reintroduzem nele, de uma forma brutal, o seu paganismo. Além disto, o espaço cristão (católico) é por momentos muito restrito: olhando superficialmente, parece em certos períodos em vias de apagamento completo (séculos VI e VII). Finalmente, a interpenetração entre o poder laico e o poder eclesiástico torna-se tão profunda a partir dos séculos VI e VII, nos países católicos, que a Igreja corre o risco de perder aí a sua própria identidade.

2) Forças de coesão

Mas quando o Império se desagrega, a Igreja tornou-se uma verdadeira entidade para-estatal autónoma, cuja coesão e dinamismo asseguram a sobrevivência sem preocupação irreversível. Em primeiro lugar, as instituições de que se tinha dotado no tempo do Império sobrevivem à sua ruína. Ora, o Ocidente bárbaro tem precisamente necessidade de um quadro administrativo, qualquer que seja. Mas como falta o Estado romano, volta-se para o seu substituto natural: a Igreja. A sua influência é tanto maior e mais estável quanto se revela, pouco a pouco, que é o depositário exclusivo da tradição escrita. Além disto, na Alta Idade Média a propriedade eclesiástica, graças a uma gestão regular, representa uma base económica imensa, estável e poderosa. Finalmente, o atractivo de um quadro administrativo único e eficaz, de uma tradição cultural em toda a parte, aliás, em declínio, quando não desaparecida, mesmo nos seus aspectos mais práticos, de um património sólido, suficiente, para lhe garantir o recrutamento das melhores individualidades neste período difícil.

No mais difícil da crise e da dúvida (não pode ver sem desespero a queda no século V, no Ocidente, de um Império tornado inteiramente cristão), a Igreja soube e conseguiu encontrar uma reserva preciosa no desenvolvimento do monaquismo. Desde o século IV, Martinho tinha trazido do Oriente para Poitou esta forma original de vida religiosa. A «crise de civilização» do século V favorece a sua extensão: os mosteiros do Ocidente oferecem rapidamente um refúgio, mas também um reservatório de cultura e de homens (bispos, missionários). Voltando-se para si próprias (tanto económica como espiritualmente), estas comunidades religiosas escapam muitas vezes às correntes destruidoras e conservam reservas vitais para

a Igreja em períodos difíceis. Paradoxalmente, podem por esta razão tornar-se bases de expansão sob forma de conquistas missionárias, como o mostra bem o caso da Irlanda. Ao abrigo dos conflitos e das invasões, prosperam na ilha, desde o século V, mosteiros sujeitos à regra original (a disciplina é muito rude e o nível cultural elevado), que fazem da Irlanda no século VI «uma espécie de oásis católico original e fervoroso (J. Chélini)» [12]. Esta atitude regeneradora dá à Igreja irlandesa as forças necessárias para a expansão que começa realmente com as fundações monásticas que Columbano e os seus discípulos vêm estabelecer na Gália merovíngia (Luxueil, Coutances, Faremoutiers ...). O seu entusiasmo continua no século VII (Dadon funda o mosteiro de Rebais, Eloi o de Soulignac). Em sentido inverso, é na Itália, no Monte-Cassino, que, cerca dos anos 520-530, Bento de Núrsia redige a regra beneditina. O papa Gregório I, cinquenta anos mais tarde, torna popular o homem, a regra e o exemplo nos seus famosos *Diálogos*. Quando envia Agostinho evangelizar a Inglaterra pagã (597), este leva até aí a regra beneditina, cuja difusão dá origem a mosteiros importantes (Westminster, Peterborough). Estes tornam-se, por sua vez, activos lares culturais e religiosos, precisamente na altura em que a Igreja do continente entra no seu período mais negro (perda da Espanha, interrupção das reuniões conciliares e sinodais na Gália de 680 a 744, desorganização completa da Itália ...).

3) Fases de desenvolvimento

Os êxitos da Igreja no século VI são a consequência natural das relações de força herdadas do século precedente: conversão dos Francos, retomada da Gália, conversão dos Visigodos. O mesmo não acontece se-

guidamente e, durante pelo menos um século, não pode contar senão com as suas próprias forças para defender a sua influência nos lugares onde se encontra implantada e para tentar aumentá-la noutros lugares. Os êxitos deste período são extraordinários, sobretudo sob o pontificado de Gregório (590-604), que consegue, numa Itália a ferro e fogo, cristalizar as possibilidades missionárias da Igreja e orientá-las onde podem produzir. Finalmente, a partir do século VIII a Igreja católica encontra o apoio e o enquadramento materiais poderosos que lhe faltam desde o desaparecimento do Império no Ocidente: O Império carolíngio.

Na realidade, é uma verdadeira mudança das alianças políticas que se produz na primeira metade do século VIII. Até então, o papa apoiou-se sobretudo no poder do Império Romano do Oriente. Mas este é praticamente inoperante em face dos empreendimentos dos Lombardos de Liutprand: Constantinopla torna-se cada vez mais longínqua. Além disto, a capital oriental encontra-se dilacerada pela questão iconoclasta: o imperador Leão III é de facto excomungado por Gregório III. Pelo contrário, a Gália carolíngia, forte com o prestígio que lhe valeu a vitória de Poitiers, está simultaneamente próxima, poderosa e ortodoxa (apesar das espoliações cometidas por Carlos Martel à custa do património eclesiástico). A partir de 739, na altura em que Liutprand está às portas de Roma, Gregório III implora a ajuda de Carlos Martel. Chega o momento em que a nova dinastia tem necessidade de uma sanção religiosa que a legitime (Novembro de 751). Desde então, os destinos da Igreja no Ocidente latino encontram-se ligados aos destinos da dinastia carolíngia, mais tarde do Império. A *dilatatio Christianitatis* não se faz sem uma expansão militar do Império e inversamente: as suas fases mais brutais e mais importantes são o esmagamento dos Ávaros (campanha de 791, missão do bispo Arn de Salzburgo sobre o Danúbio) e dos Saxões (cf. supra, p. 41). Assim, depois da Inglaterra no século VII, a cristandade instala-se na Germânia e na «Boémia»: é um pouco o sonho de Germanicus, que se encontra assim realizado oito séculos mais tarde. Esta dupla abertura modifica o centro de gravidade natural da cristandade ocidental. Perdeu a África e durante muito tempo a Espanha. Em contrapartida, aumentou largamente no norte e no oriente do antigo Ocidente latino. Numa certa medida, este Ocidente só parcialmente é latino. Uma parte das forças vivas da cristandade vem actualmente de territórios até então pagãos e que nunca participarão da herança latina (os dialectos germânicos ou eslavos impõem-se como línguas «nacionais»). Não se deve exagerar esta perturbação: o papado, forte com os seus estados privados, e a Itália preservam uma tradição latina ampla e dinâmica. Mas esta dupla mudança contribui para dar a impressão de uma ruptura profunda com a Antiguidade: a sociedade humana e o Estado não se pensam mais do que no enquadramento de uma ordem cristã (Alcuíno); deslocou-se o centro de gravidade espiritual do Ocidente e coincide com o novo centro de gravidade económico (regiões Reno-Danúbio). Além disto, a ligação obrigatória entre a cabeça da Igreja e os novos territórios cristãos é a Gália do Norte, onde se impõe no século IX uma original forma de sociedade, fundada nas relações de dependência de homem para homem: esta solução institucional pode tornar-se um modelo para o Ocidente. Já se não reconhecem aí traços antigos. As características principais da Idade Média estão no seu lugar.

CAPÍTULO IV

A SOCIEDADE

I — Situações geográficas

1) As cidades

Acontecimentos, economia, instituições: vimos a Alta Idade Média definir-se sob estas diversas categorias. Gostaríamos de o ver de mais perto nos seus rostos concretos, a partir de uma análise da sociedade. Examinemos em primeiro lugar a situação geográfica desta. Que se torna em primeiro lugar a cidade na Alta Idade Média? A vida urbana representa ainda no século V, no Ocidente latino, uma das características importantes da civilização antiga. De uma certa maneira, na medida em que os seus traços essenciais se mantêm ou se apagam, assim perdura ou perece a herança romana. Pode julgar-se segundo quatro critérios: topográfico, demográfico, institucional, económico. Os arqueólogos têm portanto um lugar essencial nesta investigação. Mas, aí como noutros lugares, nenhum resultado bruto pode levar a conclusões automáticas. A nossa visão da vida urbana na Alta Idade Média variou, por conseguinte, muito desde o século XIX. No conjunto, estas flutuações seguiram o interesse geral e a concepção da Alta Idade Média que gerações de investigadores construíram. As controvérsias foram suficientemente vivas e longas a este propósito (H. Pirenne, F. Lot), para que os pontos da situação realizados há uns vinte anos (F. Vercauteren, J. Hubert, M. Rouche, J.-M. Lacarra ...) permitam estabelecer um ponto actual da investigação com muitas aquisições bastante sólidas. Aí também convém examinar de acordo com as regiões e com as épocas.

Tomemos em primeiro lugar o caso da Gália. É já aceite que

> a paisagem urbana quase não mudou aí desde o Baixo Império e que os actos essenciais da administração real, condal e episcopal se desenrolam no século VI e talvez ainda no século VII, num ambiente essencialmente urbano (F. Vercauteren, a propósito da Gália do Norte [1], mas esta análise aplica-se também à Gália do Sul).

No século III as cidades da Gália deixaram de ser cidades abertas. O choque espantoso das invasões bárbaras perturbou para sempre a paisagem que tinha permitido construir a «paz romana». O horizonte mudou. Daqui para o futuro as cidades têm medo e construíram muralhas que as colocassem ao abrigo de agressões sempre imprevisíveis, mas que são, como se sabe presentemente, possíveis. Seguiu-se daí uma retracção das extensões urbanas: nem tudo pode ser encerrado no sistema de defesa. Estas protecções de época romana (muralhas de 2 m a 4 m de espessura, de 8 m a 9 m de altura) constituem o enquadramento tradicional e vivo da Alta Idade Média. Encontram-se numerosas menções, até descrições pormenorizadas em Gregório de Tours (caso de Dijon). Além disto, este autor indica que, no seu tempo, muros e torres são mantidos e reparados. O quadro urbano continua portanto muito antigo. Mas a demografia? Nenhum documento da época recenseia directamente a população citadina. Como avaliá-la? É verdade que este problema já tinha dividido os historiadores da Antiguidade (vejam-se as diferenças na estimativa da população da Roma do Alto Império: de 200 000 segundo F. Lot a mais de 1 milhão segundo J. Carcopino!). Durante muito tempo os investigadores (especialmente F. Lot) fundaram os seus cálculos na ideia que haveria relação estreita entre a superfície muralhada e a população total das cidades da Alta Idade Média. Ora esta superfície é, no conjunto, muito pequena

(A Grenier, F. Lot): Auxerre não tem mais de 1082 m de perímetro, Paris 1300 m, Remos 1400 m. Desta forma, na Gália do Norte, «estamos em presença de cidades muito pequenas, em comparação com as cidades antigas e as cidades modernas (F. Vercauteren)». Isto é verdade também a propósito da Gália do Sul: Rodez e Angolema não cobrem cada uma mais de 14 ha, Auch 3,60 ha, Bordéus 32 ha, Limoges 11 ha a 12 ha ... Tréveros (275 ha) e Tolosa (90 ha), entre outras, são excepção. Mas, precisamente, Tréveros perde toda a importância no século V (pilhagens) e Tolosa vegeta entre os séculos II e VII (M. Rouche). É grande o contraste com o Império Romano do Oriente, onde prosperam importantes metrópoles urbanas (J. Hubert) [2]. Entretanto tiraram-se demasiadas conclusões destas medidas. Na realidade, a demografia urbana não é estritamente proporcional a estas, como está agora provado. Porque se no interior mesmo das muralhas se podem desenvolver espaços vazios mais ou menos vastos que deixam lugar a actividades agrícolas (caso de Narbona no século V — Sidónio Apolinário), por um lado, pode aí verificar-se, pelo contrário, uma notável contracção do *habitat* e da população (F. Vercauteren, A. Gieyzstor) [3], por outro lado, junto da «cidadela do Baixo Império (M. Roblin) [4]» assim continuada, surgem arrabaldes onde se elevam, em primeiro lugar, construções religiosas (mosteiros, igrejas, cemitérios), onde se instala muitas vezes em seguida uma população laica. Dito por outras palavras, a cidade da Alta Idade Média compõe-se não somente de um burgo fortificado *(castrum, castellum),* mas também de um arrabalde *(suburbium)* não fortificado. Em Dijon, no século VI, encontram-se no exterior da muralha bairros construídos sobre cemitérios antigos e providos de basílicas funerárias. Arqueologia e testemunhos históricos mostram o mesmo fenómeno de extravasar para fora

dos muros do Baixo Império em muitas outras cidades: Reimos, Le Mans, Lião, Túrones, Limoges, etc. (J. Hubert). Estes arrabaldes são, sem dúvida, povoados menos densamente do que a própria cidade. Mas a sua existência prova que a retracção demográfica não é completa, pelo contrário, no meio urbano e que a cidade da Alta Idade Média continua a ser um lugar de povoamento privilegiado (num contexto geral de depressão). Sendo assim, as cidades não contam senão alguns milhares de habitantes. Paris, com 20 000 habitantes (M. Roblin), é uma excepção.

Qual é a força unificadora da comunidade urbana? Já não um representante normal do «Estado» (no século VI, contudo, o conde ainda aí aparece algumas vezes como um administrador activo), mas sem qualquer margem para dúvidas o bispo. Isto é tão verdade que

> as cidades que durante a Alta Idade Média perderam o seu bispo, estiolaram e desapareceram; todas as localidades que, embora não sendo antigas cidades, beneficiaram da sua presença [...] impuseram a sua superioridade às outras aglomerações populacionais do país (R. Dohehaert).

Deste modo, a cidade da Alta Idade Média é uma cidade santuário, até mesmo uma cidade santa, na medida em que é um centro de peregrinação (Túrones, Poitiers). Estas características opõem-na muito claramente à cidade da Antiguidade, mesmo da Antiguidade tardia. É certo que o episcopado mantém vivos nas cidades os conceitos antigos, como o conceito de «bem público», e instrumentos igualmente tradicionais, como o uso dos actos escritos. Verdadeiramente não se sabe, nos nossos dias, em que medida sobreviveram nos séculos V, VI e VII as instituições municipais

romanas, sobretudo na Gália entre o Mosa e o Líger. Parece que alguns dos seus aspectos mais práticos se mantiveram nessa região bastante bem. O registo dos actos da cidade *(gesta municipalia)* está a cargo de um funcionário, o *defensor ciuitatis,* cujos vestígios ainda encontramos no século VII em Paris e em Orleães. Este *defensor* (ou *curator*) assumia o policiamento dos mercados e dos géneros. Porque

> nas cidades há mercadores de profissão e [elas] são lugares permanentes de comércio. Será quando o comércio desaparecer que serão organizados todos esses pequenos centros económicos de reabastecimento, com o seu ar restrito e só frequentados por mercadores ocasionais. Pelo contrário, tem-se a impressão, lendo Gregório de Tours, que nos encontramos numa época de comércio urbano (H. Pirenne).

Algumas cidades são especializadas neste ou naquele comércio. Verdun deve a sua fortuna ao tráfego de escravos. Marselha «dá perfeitamente a impressão de um grande porto. É uma cidade cosmopolita ...» Os mercadores são orientais muitas vezes (sírios, judeus, gregos); encontram-se as suas «colónias» em toda a Gália. A cidade merovíngia oferece a imagem de uma vida em que frequentemente se reconhecem — ainda que deformadas — algumas das características essenciais da época romana.

Nos séculos VIII e IX produz-se, em primeiro lugar, um declínio e, seguidamente, uma transformação geral e profunda. É impressionante o contraste entre o Líger e o Mosa (mas a análise aplica-se a outras regiões). Em primeiro lugar, degrada-se o quadro material urbano. Os séculos, as intempéries, as guerras civis alteraram muitas vezes muralhas e monumentos do Baixo Império. As perturbações da segunda metade

do século VII tornam aleatória a sua manutenção. Na realidade, multiplicam-se as ruínas: já se não fazem reparações e, por vezes, procede-se mesmo ao desmantelamento. As muralhas urbanas servem muitas vezes de pedreira para se construírem igrejas (casos de Remos, de Beauvais, de Langres). A unificação do Império favorece esta tendência pelo menos nos primeiros tempos: as cidades fortificadas já não têm razão de ser quando as fronteiras recuam incessantemente. Além disto, o poder central já não tem qualquer razão para as favorecer (excepto nas Marchas). Desta forma, o quadro monumental antigo que os habitantes das cidades têm sob os seus olhos transforma-se profundamente: sinal, causa de consequência de uma mudança de horizonte. Até mesmo do seu aspecto mais evidente e mais maciço, a Antiguidade apaga-se. Em seguida, muda a composição da população: no interior dos muros da *ciuitas* episcopal (a antiga cidadela do Baixo Império) quase não há mais que clérigos e religiosas (J. Hubert). Esta transformação, anunciada desde o século VII (Cahors, Landuno, Estrasburgo), acentua-se com a reforma do clero episcopal nos séculos VIII e IX (caso de Métis no tempo de Crodegango). As possessões da Igreja (imunidades) aumentam, as suas construções cobrem cada vez mais espaço (capítulos de cónegos) e, desta forma, a população laica encontra-se em minoria; ela parte e vai instalar-se nos arrabaldes (J. Hubert, F. Vercauteren), enquanto o carácter clerical da vida urbana é cada vez mais marcado depois do ano 800, dentro do próprio espaço em que se tinha mantido uma certa actividade laica. Estas modificações encontram-se nas instituições: o que ainda conseguiu subsistir das instituições romanas desaparece completamente (da mesma maneira que no Império se decompôs «a administração merovíngia [que conservava] mais ou menos bem o carácter burocrático da administração

romana» (H. Pirenne). No século IX desapareceram igualmente as colónias de mercadores orientais: já não há vestígios deles nas cidades em que se encontravam em grande número nos séculos VI e VII. Na realidade, as cidades propriamente galo-romanas (no sul da região que vai do Mosa ao Líger) da Gália do Norte entram em declínio. As inter-relações entre regiões situadas de um lado e do outro do Líger tornam-se cada vez mais raras: declínio comercial e diminuição do ritmo das trocas.

Este esquema evolutivo encontra-se na Aquitânia, apesar das importantes diferenças cronológicas e quantitativas, como o mostrou M. Rouche. A vida urbana conserva aí um brilho mais vivo e um carácter mais romano do que no norte do Líger, nos séculos V, VI e VII. É capital o papel dos *suburbia* na expansão de cidades como Clermont, Rodez, Albi ... ou então é ocupado pouco a pouco o espaço interior das muralhas (Tolosa, Poitiers).

> A repartição cronológica das construções revela o verdadeiro ritmo da expansão económica da Aquitânia. Do século II ao século V, apesar da ocupação visigoda, essa expansão multiplicou-se por quatro; do século V ao século VI, por onze; em seguida torna a cair, no século VII, quase ao nível do último século do Império [...] a época dos filhos e dos netos de Clóvis constitui o máximo da curva; interrompidas um pouco pelas guerras civis, as construções recomeçaram no século VII [...] (M. Rouche).

A recessão aparece com toda a força no século VIII; as dificuldades devidas ao confronto entre os Francos e os Árabes explicam-na em parte. Mas o que é notável é que as datas coincidem com as da Gália franca. Além disto, entre os Pireneus e o Garona a vida urbana muito cedo se mostrou periclitante: só entre o Garona e o Líger ela se desenvolve. Há portanto também aí uma «nítida deslocação do fenómeno urbano para o Norte ...». A rutura entre um quadro urbano ainda antigo no século VII e já pré-medieval no século VIII é, sem dúvida, mais brutal na Aquitânia que noutras regiões da Gália, precisamente na medida em que sobrevive uma profunda romanidade e em que surgem posteriormente provas mais duras (as invasões normandas não tocam na Gália do Norte senão um século depois das expedições francas na Aquitânia).

Mas, de qualquer maneira, na Gália do Norte como na Gália do Sul — estes diferentes critérios distinguem-se simplesmente com mais ou menos dificuldade — o declínio do quadro antigo é acompanhado com três mudanças essenciais. Em primeiro lugar, sob o choque das invasões do século IX, «as cidades tornam-se em autênticas fortalezas». Isto é verdade no Norte em face dos Normandos (F. Vercauteren), mas também no Sul, e a partir do século VIII, perante os Árabes (mais tarde em face dos sarracenos e dos Normandos): os *suburbia* da Narbonense são incendiados em 793; a cidade de Fréjus é destruída; Nice já não tem relação episcopal em 788. A consequência destes perigos é «acentuar com muita força o carácter militar da vida urbana na Gália do Sudeste ...» (G. Duby) [5]. As cidades fecham-se sobre si próprias. A sua função comercial, sem contudo desaparecer, diminui (uma oposição Norte/Sul, sublinhada por G. Duby, baseia-se no número das cidades-fortalezas na Gália do Sudeste: elas formam uma rede tão densa que tornam inúteis, como noutras regiões, a construção de castelos rurais). Seguidamente, acontece muitas vezes que os *suburbia* no século IX recebem eles próprios muralhas fortificadas: Saint-Denis e Saint-Bertin são desta forma dotados no século IX com um *castellum* ... Porque a muralha merovíngia, mesmo restaurada, já não está adaptada à guerra de cerco. A consequência destes trabalhos suplementares de fortificação é modificar completamente o rosto das cidades: a arqueologia antiga já se não deixa contemplar directamente. Finalmente, e é uma característica dominante, se as antigas cidades propriamente galo-romanas ficam periclitantes, o mesmo não acontece nos confins do Nordeste do Ocidente

latino. Nessa região aparecem núcleos urbanos completamente novos, os *portus*, como Saint-Omer, Quentovic (Mancha), Valenciennes e Gante (Escalda), Namur e Huy (Mosa). Ora estas cidades novas já nada devem à tradição antiga, mesmo no domínio económico.

Observa-se nos outros países do Ocidente latino uma (r)evolução análoga? Por outras palavras, poder-se-á falar de uma clivagem entre a Antiguidade e a Idade Média nos séculos VIII e IX no que se refere à vida urbana? Falta lugar para responder e os trabalhos de investigação nem sempre estão na origem de sínteses tão claras como no caso da Gália (e da Bélgica). Digamos muito simplesmente que se a nossa preocupação é encontrar situações estritamente identicas em momentos estreitamente síncronos, se deve renunciar a toda e qualquer ideia geral (Dupré-Theseider) [6]. Mas se nos baseamos prevalentemente em esquemas directores e em cronologias flexíveis — sem excesso —, é lícito afirmar que a evolução do quadro urbano é tipologicamente análoga na Espanha e na Itália e que a oposição entre a Antiguidade e a Idade Média se coloca de maneira semelhante nessas regiões. Sublinhemos, entre outras coisas, o facto que na Espanha visigótica a vida urbana entra de uma forma geral em recessão no século VIII, em condições muito próximas das que se observam na Gália do Norte (J.-M. Lacarra). Contudo, a Espanha estava mais romanizada e o impacte do ocupante germânico tinha sido muito mais fraco do que para além do Líger. O estiolamento da vida urbana começou ainda antes da invasão árabe. A contraprova é muito simples de dar. Na realidade, é na Espanha muçulmana que a partir da segunda metade do século VIII se pode de novo falar de uma verdadeira civilização urbana: a entrada nos prósperos circuitos comerciais do mundo árabe traz às cidades da Espanha uma irrigação que as cidades da Europa do Norte ainda ficam esperando. Uns cerca de 30 000 habitantes animam Toledo, Almeria, Granada (J.-M. Lacarra) [7]; Córdova conta pelo menos com 100 000, talvez mesmo 200 000 habitantes:

> Entre a Córdova do tempo dos califas e as cidades da cristandade ocidental, existe no século X a mesma diferença que se pode encontrar nos nossos dias entre Nova Iorque e qualquer pequeno centro urbano de qualquer nação da Europa actual (Cl. Sánchez-Albornoz) [8].

Na Espanha cristã nada de semelhante: a recessão urbana não cessa senão no século X, no preciso momento em que a vida económica renasce nas cidades entre o Líger e o Reno (Sánchez-Albornoz). Na Itália observa-se um fenómeno análogo. São as cidades que permanecem em contacto estreito com o Império Romano do Oriente que dão a imagem menos infiel de uma vida urbana à maneira antiga. Noutras regiões, pelo contrário, a ruralização da cidade e a urbanização do campo (P. Toubert) realizam-se no século VIII.

2) O campo

Contentar-nos-emos com algumas observações a propósito do quadro rural: falta lugar para isso e ainda não apareceram sínteses a este propósito. A Itália e a Espanha não nos deram o equivalente da *Histoire de la France rurale*. Comecemos por um vivo contraste: no Verão de 465, Sidónio Apolinário descreve ao seu amigo a sua *villa* situada nas margens do lago Aydat (20 km a sul de Clermont). Toda a carta indica que a aristocracia galo-romana vive num quadro natural completamente organizado em função das suas necessidades e dos seus gostos:

> Na direcção de sudoeste encontram-se os banhos que se situam junto de uma falésia coberta de vegetação, de forma que, se acontece proceder-se no alto dela a um corte de árvores, os pedaços de madeira vêm cair, numa queda por assim dizer espontânea, dentro do próprio forno. Neste lugar situa-se a sala dos banhos quentes, a que está contígua a sala dos perfumes, de dimensões idênticas, com excepção da grande banheira semicircular, em que a água quente sai em jactos depois de ter circulado num labirinto de pequenos tubos de chumbo que atravessam o muro [...] (Trad. A. Loyen).

Muito rapidamente os espaços naturais perdem o seu carácter agradável que conservavam no século V nas cartas de Sidónio Apolinário. A natureza é, cada vez mais, vista como um meio hostil. O tecido social encontra-se aí demasiado disperso. Primeiro sintoma desta mudança, a presença da floresta.

> Pela sua espessura, pela sua massa, pela sua própria existência, a floresta desempenhava, no primeiro milénio como nos tempos mais antigos, um papel estático de fronteira e de refúgio (Ch. Higounet) [9].

A Floresta *(silua)* e os espaços que lhe são aparentados (*saltus,* extensões incultas de pântanos, de moitas ...) invadem, pois, a geografia humana da Alta Idade Média. A floresta ocupa as terras, isola os homens, alimenta-os (criações de porcos), aquece-os (direito de *lignage*). É um lugar de refúgio para os marginais: eremitas, mais tarde comunidades de monges — tornava-se, na realidade, necessário um substituto para o autêntico deserto, fácil de encontrar no Oriente! —; escravos e colonos que rompiam com o patrão; cultos pagãos perseguidos pelas missões cristãs (em 641, em Noyon, Eloi manda incendiar, pelos recém-convertidos, árvores sagradas); vencidos da guera e da política (Waïfre, duque da Aquitânia, vencido por Pepino, refugia-se na floresta de Vergt).

> A Europa ocidental da Alta Idade Média era ainda um mundo da floresta. O peso desta enorme sombra espalhava-se por todo o lado. Tinha de se pensar, de agir e de viver como ontem, *mutatis mutandis,* nos países pioneiros do hemisfério americano [...]

A floresta não cede terreno senão quando um certo impulso demográfico provoca arroteamentos (cf. supra, p. 48). Localização, datação, amplidão destes são ainda matéria para investigação. Modificarão sensivelmente o quadro rural nos séculos VII e VIII no Ocidente? Em qualquer caso, de uma maneira suficiente para que esta mudança seja percebida pela colectividade? Perguntas ainda sem respostas certas. Há o direito de admitir, pelo menos em certas zonas privilegiadas, que os indivíduos tiveram consciência destas modificações, uma vez que a toponímia mostra vestígios (exemplo, *essarts: exarta* [1]).

Segundo sintoma: a frequência das catástrofes naturais, quer afectem o clima ou a saúde. Nem a peste nem a fome poupam os *potentes*. Mas sem dúvida que não se trata, evidentemente, de um acaso se a doença se difunde com tanta facilidade entre os desprotegidos: o terreno é propício a isso porque os corpos, mal alimentados, resistem pouco. Deste lado é radical a oposição entre as gentes comuns (leigos ou não) e os aristocratas (religiosos ou não). Os camponeses não têm direito ao pão branco e frequentemente «papas de cevada ou de aveia substituíam o pão» (P. Riché) [10]. Os ascetas não fazem muitas vezes mais do que imitar pelos seus regimes alimentares os dos pobres: a admiração que suscitam entre os pobres provém menos desta forma de viver — eles próprios estão habituados a isso — do que do mérito de terem sabido renunciar às vantagens das mesas reservadas aos *potentes*. A clivagem entre *pauperes* e *potentes* da Alta Idade Média será mais marcada neste domínio do que entre *honestiores* e *humiliores* no Baixo Império? Ter-se-á atenuado um pouco por ocasião do ressurgimento dos séculos VIII e IX? Medir estes dados do quadro da vida rural exige uma história quantitativa que, por falta de dados, talvez nunca chegue a ser feita. Não somente o pobre é vulnerável

1 Trata-se de terrenos recentemente arroteados. *(N. do T.)*

— mesmo em meio «natural» —, mas trata-se mal ou, pelo menos, de modo diferente do rico. Os grandes guardaram, na realidade, junto deles — ou fizeram vir do Oriente — médicos que mantêm tratamentos e remédios da tradição antiga (é um médico grego, Anthimus, que escreve em meados do século VI um *De correctione ciborum* para o rei Thierry). Nos campos nada de semelhante: curandeiros e feiticeiros usam receitas mágicas e encantos de que alguns santos se vêem pouco a pouco providos. O velho fundo da cultura popular primitiva ressurge muitas vezes, mesmo vagamente misturado com cristianismo (vejam-se os santos e as fontes taumaturgas ainda hoje no Limousin) e opõe-se de uma forma radical à cultura aristocrática sempre mais ou menos influenciada pela tradição romana.

Terceiro sintoma — mas também simultaneamente causa e efeito —, correlativo à amplidão das florestas e dos *saltus*, o solo é pouco ocupado pelo homem. A depressão demográfica do Baixo Império *(penuria hominum)* agravou-se. Isto é verdade acerca do Ocidente latino de uma forma geral. Ph. Jones [11] fala na Itália alto-medieval do aumento dos *agri deserti* devido muitas vezes a uma superexploração das terras agrícolas. Relativamente à Gália, G. Fourquin descreve na época merovíngia «sementeiras de povoamento». R. Dohehaert insiste na «raridade da mão-de-obra agrícola». A diminuição demográfica é seguida muitas vezes por uma mudança na ocupação do solo: na Catalunha (P. Bonassié), na Aquitânia (M. Rouche), na Gália do Sudeste, na Estrúria (J. W. Perkins), no Lácio (P. Toubert) verifica-se um regresso a um modo pré-romano de ocupação dos solos:

> A decomposição do tecido conjuntivo romano tornou a pôr, por assim dizer, a nu a ossatura do Lácio pré-romano. Foi no interior das suas muralhas megalíticas que se refugiou a vida da Alta Idade Média ... A carta do povoamento do Lácio meridional por volta do século VII deve assim ler-se à maneira de um palimpsesto: ressurgimento do velho fundo itálico [...] Aqui e além o quadro geral é o mesmo: deserção das zonas baixas; abandono dos *habitats* que se tinham estendido na época romana ao longo das artérias de circulação; retracção da ocupação humana por reocupação ou reanimação dos antigos locais dos cimos [...] (P. Toubert).

Da mesma forma os «Catalães» fecham-se nas montanhas no século VIII, para em seguida repartir à conquista das costas e das planícies marítimas. O tecido humano não ocupa senão em largas malhas o espaço no Ocidente latino: as dificuldades da circulação e a retracção do comércio contribuem para isolar as comunidades humanas umas das outras.

Com efeito, nos séculos VI e VII chega ao seu termo uma outra modificação importante do quadro rural. Uma larga parte das actividades de transformação e de trocas dos produtos manufacturados vem da cidade para a *curtis* dominial ou para os mercados das aldeias, no princípio regionais (séculos VI e VII), depois mais estritamente locais (séculos VIII e IX). Esta evolução foi claramente observada na Itália da Alta Idade Média por P. Jones, e P. Toubert encontra-a terminada no Lácio e Sabina dos séculos VIII e IX. O mesmo acontece na Gália merovíngia e mais tarde carolíngia (cf. supra, p. 109). Os campos recolhem, por conseguinte, uma parte das actividades urbanas. Mas estas brilharam e fragmentaram-se e depois provavelmente estiolaram. Os mercados multiplicam-se no século VIII, mas «não são frequentados senão por camponeses dos arredores, por bufarinheiros e bar-

queiros (H. Pirenne)». O enquadramento dos rurais diminui na medida em que os «campónios» vão menos abastecer-se às feiras e mercados urbanos, por sua vez bastante fracos e em que a sua própria área de trocas é muito apertada. Desta forma, a tendência para a constituição de uma economia dominial autárquica, mesmo se não suprime completamente as correntes de trocas, causa uma modificação profunda do quadro rural.

Em que medida o curso desta evolução foi modificado nos séculos VIII e IX? Ilustrar-se-á pelo caso concreto do Lácio, que oferece um quadro rural profundamente modificado no século IX, como o mostraram os trabalhos de P. Toubert. O autor sublinhou certamente que o sistema dominial não se apresentou aí de uma maneira rigorosamente «clássica» (cf. supra, p. 92). Mas aceitando uma definição mais larga, pode admitir-se que o Lácio conheceu também, por seu lado, um movimento característico de toda a Itália. P. Jones defendeu, na realidade, que «logo a seguir ao desmoronamento do mundo antigo, o sistema dominial tinha não somente nascido aí mas atingido a maturidade». Estamos portanto nos séculos VI e VII: primeiras perturbações do quadro camponês. P. Toubert mostra que o sistema dominial entra em decomposição nesta época, para dar lugar a um sistema agrícola completamente novo: o *castrum* substitui a *curtis*. Causas desta decomposição? Reconquista agrária, expansão demográfica, reinício das actividades de trocas, mobilidade social aumentada pela mão-de-obra agrícola (já não é necessário fixar o colono à terra para encontrar quem a trabalhe), perturbações provocadas pelo estabelecimento de uma aristocracia importada e cuja chegada acelera a decadência da aristocracia lombarda ... Daqui surge como resultado uma independência aumentada e generalizada das tenuras *(partes colonicae)* em relação à reserva *(casa dominicata)*: o senhor já não pode obter dos foreiros as prestações de que necessita para fazer valer a sua própria *pars*. Além disto, os domínios rebentam em fragmentos cada vez mais diminutos porque

> as fortunas laicas, a partir da segunda metade do século IX, estavam repartidas e diminuídas. À parte de algumas menções de *curtes* inteiras, nas mãos da camada superior franca, [...] mesmo entre os grandes proprietários fundiários, a *curtis* [...] não constituía já a estabilidade normal das fortunas fundiárias [...]

Levanta-se portanto um duplo problema de reajustamento espacial e de reemprego humano. As senhorias eclesiásticas desempenham um papel essencial na concepção e na realização de um novo sistema. Em primeiro lugar, abastecidos incessantemente com dons territoriais díspares, organizam após 850 «um trabalho intenso e obstinado de reagrupamento *(congregatio fundorum)*», a exemplo da abadia de Farfa. Em seguida, favorecem a mobilidade da mão-de-obra. Os escravos manuais *(serui manuales)* são libertos e recebem lotes; os outros escravos são libertados: a Igreja constitui deste modo

> uma classe única de camponeses livres quanto à sua pessoa e igualmente submetidos a um *usum*, a uma *consuetudo loci*. Esta massa indistinta [...] está madura, no início do século X, para um reagrupamento.

O *incastellamento* pode começar. Pode, por conseguinte, afirmar-se que entre 750 e 850 o quadro rural mudou mais profundamente e mais largamente do que entre 450 e 650.

3) A circulação dos indivíduos

Entre cidades e campos, entre aldeias, entre centros urbanos, é importante a circulação dos indivíduos? Será preciso também aqui efectuar, sem dúvida, classificações em função das regiões e das épocas e, sobretudo, das classes sociais. Mas, por agora, os nossos conhecimentos são fragmentários e os estudos já realizados raramente são harmónicos entre si: os recenseamentos não são gerais e, por esta razão, fica-se reduzido a algumas impressões, em vez de se ser capaz de uma descrição precisa. É certo que os poderosos se deslocam sem grandes dificuldades, muitas vezes, e em distâncias frequentemente consideráveis. Basta seguir a biografia de Gregório de Tours para nos darmos conta de que viagens de várias centenas de quilómetros não representam nada de excepcional para ele. Dois séculos mais tarde, Alcuíno atravessa toda a «Europa» e dirige-se por várias vezes a Itália. À Gália vêm Paul Diacre da Itália e Teodulfo da Espanha. A mobilidade dos reis merovíngios é ultrapassada pela dos reis carolíngios. E. Perroy nota que a unidade do Império se enfraquece a partir da altura em que Carlos Magno deixa de o percorrer em todos os sentidos. E que dizer dos *missi dominici?* Enquanto as estruturas eclesiásticas funcionam normalmente, os bispos fazem deslocações regulares: visita de paróquias, de mosteiros, assistência aos sínodos e aos concílios. Os mercadores viajam igualmente sem cessar, por terra e preferentemente por mar — com os seus riscos e perigos, mas nunca param. Prelados, senhores, comerciantes, sem terem realmente horizontes tão vastos como os seus predecessores do Baixo Império, nunca ficaram encerrados num espaço geográfico estreito. Sem imaginar deslocações de indivíduos que fariam do Ocidente latino uma terra percorrida em todos os sentidos à imagem da Europa moderna, há que

admitir que, só por si, as campanhas militares e as viagens episcopais mantêm uma rede permanente de comunicações que os mais negros momentos da história nunca interrompem completamente.

Já é muito diferente o que acontece com os humildes (leigos pobres ou baixo clero). Guy Fourquin sublinhou quanto a vida camponesa durante toda a Alta Idade Média é moldada em estruturas que favorecem um imobilismo geral [12]: isto tanto no que se refere à técnica agrícola como no que se refere aos grupos humanos. Perante uma natureza hostil e dominadora, enquadrada num sistema dominial constrangedor, fechado nos laços familiares, o camponês pouca possibilidade tem de mudança. A mobilidade geográfica é-lhe, por conseguinte, pouco natural, menos em razão da dificuldade material das viagens do que por causa de limitações sociopsicológicas. Porque, apesar de tudo, existem movimentos relativamente importantes de gentes do povo. Em primeiro lugar, todos os marginais se deslocam: monges errantes, escravos fugitivos, ladrões e salteadores representam uma parte inumerável, mas real, das classes populares cujo raio de acção não é limitado. Em segundo lugar, as peregrinações favorecem uma corrente contínua de trocas. Certamente que nos escapa a sua importância (número de indivíduos, frequência, distâncias percorridas). Sabemos, por exemplo, que na época merovíngia os peregrinos que vinham venerar S. Martinho a Túrones o faziam, na sua maioria, do máximo de 200 km (Ch. Lelong). A instauração do império carolíngio aumenta o possível raio de acção das peregrinações. Roma atrai de uma maneira muito especial os cristãos de todo o Império. Conservamos guias da cidade destinados aos forasteiros *(Notitia ecclesiarum urbis Romae).* Entretanto, estes documentos escritos não podem dirigir-se senão a indivíduos que saibam pelo menos ler, ou que tenham

um criado letrado, ou, pelo menos, que possam pagar um leitor (que custam muito caro, à medida da raridade da instrução escrita): isto exclui do seu público a grande maioria dos peregrinos. Se houvesse necessidade, a fragmentação da *Romania* — não só em grandes conjuntos linguísticos, mas também em pequenos subconjuntos dialetais — confirmaria a modéstia do raio médio de mobilidade possível (ou seja, a sua probabilidade relativamente a uma determinada massa de indivíduos vivendo numa determinada região) do povo humilde na Alta Idade Média.

II — Repartição social

Gostaríamos de estabelecer algumas correlações a propósito da repartição e da composição dos grupos sociais na Alta Idade Média. Em que medida estes sofrem transformações internas e em que proporção se modificam as relações recíprocas entre eles? Poder-se-á sobretudo lançar algumas pontes entre os ensaios de periodização realizados e as evoluções (ou as revoluções) observáveis? É a problemática de uma difícil história social da Alta Idade Média. O investigador encontra aqui maiores dificuldades do que relativamente à história das instituições, dificuldades provenientes da opacidade dos textos: o seu vocabulário encontra-se cheio de lacunas, em atraso sobre a realidade, ou em contradição consigo mesmo em proporções verdadeiramente inesperadas (e estas carências podem acumular-se). Esta situação é, sem dúvida, devida ao facto de a documentação escrita ser totalmente produzida por clérigos que, pela cultura e pela mentalidade, estão pouco aptos a apanhar com exactidão as *realia* da vida social. Tendo em conta isto, compreende-se melhor a disparidade das teorias apresentadas pelos historiadores modernos. Ela é tanto

mais clara quanto estes partem de modelos de análise muitas vezes antitéticos. Alguns de entre eles recusam-se a falar de classes sociais na Alta Idade Média porque, nessa época da História, «a sociedade se encontar dividida não em classes mas em ordens». Mas esta tomada de posição implica que se tenha de recusar a pôr em prática na investigação histórica conceitos aparecidos muito depois do período sujeito a análise. Ora, que a mobilidade social tenha sido nula, fraca ou grande entre as diferentes classes da sociedade da Alta Idade Média, que as relações entre estas e as suas estruturas internas se tenham transformado ou não, nenhuma destas considerações impede que se tente apreender a realidade da época à luz de uma repartição em classes sociais em sentido amplo. E será ocasião de nos perguntarmos então quais são os elementos e as datas decisivos — se os há — do corte cronológico que vai do século V ao século IX.

Compondo a maior parte da sociedade, ainda que não ocupem muitas vezes senão um lugar menor nos tempos, os leigos pobres estão presentes no século IX tal como no século V. Mas, antes de mais, o seu espaço social mudou completamente. Na oposição cidade/campo, é, a partir do século VI, pelo menos, o campo que tem maior importância e de longe. O proletariado urbano desaparece, levado pelo desfalecimento da vida citadina. O número dos pequenos artesãos e dos pequenos ofícios diminui. Além disto, a ruralização do espaço urbano completa esta evolução. A classe dos leigos pobres tem a partir de agora o seu centro de gravidade no campo.

Segunda oposição importante: livres e não livres. Há muito tempo que os eruditos procuram uma aproximação quantitativa deste problema. Começa-se a admitir, hoje em dia, que a Itália Romana dos séculos II e I a. C. contava pelo menos tantos escravos como homens livres e talvez duas ou três vezes mais

(Cl. Nicolet) [13]. Esta proporção não teria mudado nos séculos I e II d. C. Mas, a partir do Alto Império, os grandes proprietários fundiários procuram substituir a produção agrícola de tipo esclavagista, fundada na exploração directa do trabalho, por um modo de exploração mais rendível com os colonos livres rendeiros nos seus *latifundia* (E. Staerman) [14]. Tem-se aqui o princípio de uma evolução que conduz de uma economia de tipo antigo a uma economia de tipo feudal. Mas como e quando se efectua a mudança decisiva? Neste ponto as teses e os números são completamente contraditórios. Na realidade, os historiadores contemporâneos admitiram durante muito tempo que a escravatura tinha claramente entrado em recessão no Baixo Império e na Alta Idade Média (séculos IV a VIII), até se tornar secundária: as forças produtivas essenciais teriam deixado de ser constituídas por uma mão-de-obra formada de escravos no sentido antigo da palavra, mas por uma mão-de-obra parcialmente livre, os servos (M. Bloch). Uma tal periodização é, de alguns decénios a esta parte, fortemente posta em questão. Alguns insistem com força na manutenção integral da mão-de-obra escrava sem solução de continuidade do século V ao século IX e para além deste (R. Dohehaert). Parece contudo que esta reconstituição deve ser afastada e que os trabalhos que insistem na persistência maciça da escravatura estejam fundados em insuficientes estudos léxicos. Na realidade, é a partir de leituras irreflectidas dos textos em que se trata de escravos que estas teses puderam ser defendidas. As palavras *seruus* e *mancipium* são contadas como se o seu sentido permanecesse imutável em diacronia. Ora, se o termo *seruus* significa indubitavelmente «escravo» no século V, já o mesmo não acontece no século X. O campo semântico mudou. Eis a tábua de oposições, construída de acordo com o F. E. W. [15]:

Antiguidade	*seruus*	//	*dominus*
	seruus	//	*ingenuus, libertus*
Idade Média	*seruus*	//	*senior (uassallus)*
	seruus	//	*francus*

A partir de uma época a determinar, *seruus*, mesmo nos textos latinos, pode significar não «escravo», mas «servo».

A palavra passa justamente com este sentido para as línguas latinas. O mesmo acontece com *mancipia* (cf. o nome próprio occitano Massip). Como consequência, a contagem total das palavras não pode bastar, a menos que nos queiramos servir justamente do que deve ser provado como prova. Estudos léxicos iluminarão sem dúvida o problema. Além disto, mesmo os que defendem uma existência tardia da produção esclavagista admitem que a partir dos séculos VIII e IX a tendência para a exploração directa das propriedades agrícolas se torna minoritária. Ora, o aparecimento da exploração indirecta não se concebe sem uma mudança do estatuto sociojurídico dos trabalhadores agrícolas.

Nestas condições, propor-se-á em grandes linhas o seguinte esquema de transformação. Do século V ao século IX, na classe dos leigos pobres, essencialmente representada pelos camponeses, a linha de divisão entre livres e não livres tende a apagar-se no enquadramento de uma mudança de classe geral dos *rustici*. Deixamos de lado os camponeses livres que formam comunidades de importância não desprezível, mas de qualquer modo secundária (caso dos *uici* da Baixa Alvérnia — G. Fournier [16] e dos pequenos proprietários das Astúrias — Cl. Sánchez-Albornoz). No final do Baixo Império havia, por um lado, os escravos rendeiros *(serui casati)*. Estes, não livres, dependiam de um senhor *(dominus)*, cultivavam terras a que se encontravam ligados mas donde podiam ser tirados, terras servis *(terras seruiles)*. Por outro lado, os livres rendeiros *(coloni)*. Estes são juridicamente livres (não têm senhor) e a terra de que dispõem é-lhes hereditariamente atribuída, mas não estão inicialmente fixos a ela. No final da época merovíngia, a condição destes *coloni* degradou-se de um modo sensível. Já não têm há muito tempo o direito de abandonar a terra em que se encontram. Por esta razão, a sua tarefa tornou-se hereditária. Encontram-se muitas vezes em *terrae seruiles*. Ainda que em princípio livres, são excluídos da vida social normal (não

são «francos») e a progressiva confusão dos conceitos jurídicos antigos leva a considerar que estes *coloni* não são verdadeiramente livres: são dependentes do senhor cujo serviço não podem deixar na realidade (e isto os distingue completamente dos vassalos). Inversamente, outros escravos obtêm, pouco a pouco, que a terra por eles cultivada lhes seja hereditariamente atribuída. Esta pode ser, ao sabor dos arroteamentos e das perturbações, uma terra livre *(terra ingenuilis)*. Colocando-se ao serviço directo do seu senhor, há escravos que conhecem uma certa «promoção» nas *uillae*. Já se não distinguem muito bem dos colonos: o esbatimento das práticas jurídicas antigas joga aqui a seu favor e pouco a pouco o seu estatuto social passa gradualmente da escravatura propriamente dita (não posse absoluta da sua pessoa) para o colonato (posse parcial da sua pessoa). Os termos *colonus* e *seruus* (e *mancipium?*) tornam-se correspondentes e eles próprios podem ainda comutar-se com *uilanus* ou *rusticus*. *A priori*, todo o camponês é servo. Nasce assim a classe dos servos pré-feudais.

Por seu lado, os *potentes* leigos do século IX já quase se não assemelham aos seus predecessores do final do Baixo Império.

Durante a Alta Idade Média instala-se uma estrutura social que não deixou senão os indivíduos em condições de exercerem plenamente o poder real. Uma aristocracia militar inculta ocupa, ela só, o alto da hierarquia social. A partir do século VIII as velhas famílias de estirpe senatorial desaparecem (K. F. Strohener [17], M. Rouche) e está realizada a fusão étnica romano-bárbara.

Finalmente, o domínio leigo e o domínio religioso estão ainda relativamente separados, na medida em que o poder político não pode agir directamente sobre a hierarquia católica. No século VIII o estatuto social das ordens religiosas transformou-se. Em primeiro lugar, não há a breve trecho senão estas, para oferecerem à aristocracia tradicional uma carreira integrada numa estrutura organizada que recorda um pouco o *cursus honorum* da Antiguidade. Isto verifica-se a partir do século VI na Gália; um pouco mais

tarde na Espanha e na Itália (excepto, como facilmente se entende, nas zonas sob domínio do Império Romano do Oriente). O monaquismo, por outro lado, conheceu uma extraordinária expansão. De certo modo, o seu desenvolvimento correspondeu à ruralização da sociedade e, com ele, a Igreja criou espaços sociais que a Antiguidade clássica ignorava completamente: territórios sagrados, lugares de piedade e de poder privilegiados e reservatórios materiais (graças às ofertas), espirituais (são lares missionários) e culturais (mesmo se a cultura antiga aí é salvaguardada com exactidão). Finalmente, pouco a pouco, os domínios leigos e religiosos interpenetram-se, por vezes em benefício, mas muitas vezes em detrimento dos dois.

Um balanço, ainda que muito rápido, de todas estas mudanças põe em evidência a amplidão das transformações vividas pelas classes sociais entre o século V e o século VIII. São sobretudo as superstruturas hierárquicas que conhecem uma rápida modificação, terminada a partir do final do século VIII. A aristocracia leiga mudou de natureza. Os lugares de poder religiosos deslocaram-se. A infra-estrutura produtiva parece sofrer modificações mais lentas, como é natural. Mas encontram-se realizadas a partir do século IX. Na época dos *missi dominici*, existem os servos (embora existam ainda escravos), uma aristocracia militar iletrada, uma aristocracia religiosa letrada e poderosa graças à sua organização, quase estatal, dos meios monacais em que se forjam novos recursos.

III — Evoluções mentais

As ruínas do universo, elas próprias, proclamam que o não devemos amar. Se na realidade uma casa, em consequência de vários tremores, ameaçasse ruína, todo o ocupante

> dela fugiria. Ele, que a tinha amado quando sólida, retirar-se-ia num clima de catástrofe por ocasião da sua queda. Se, por conseguinte, o universo se afunda e por causa do nosso amor a ele nos apegamos, é porque desejamos o desastre [...] Eis que a sequidão invadiu o universo. Mas nos nossos corações encontra-se ainda em flor. Por toda a parte reina a morte, o luto, a desolação, a agressão, por toda a parte se estende um mar de amargura [...]

Estas são as palavras com que no final do século VI Gregório Magno se dirige aos habitantes de Roma. O texto é extraído das homilias sobre o Evangelho que o papa escreveu e pronunciou (ou mandou ler) em intenção do comum dos fiéis. Dá bem a medida, ao mesmo tempo, da profunda inquietação sentida pelo orador, da orientação pessimista da sua função psicológica e da amplidão sociológica desta mesma função, em toda a medida em que acentua a ansiedade de um público popular que tem sob os seus olhos o espectáculo de desolação dado pelos bairros em ruína da Cidade Eterna. A eloquência pastoral cristã da Alta Idade Média contribui portanto para provocar modificações profundas nas mentalidades populares. A partir do final do século IV era perceptível uma mudança do mesmo tipo no espírito da aristocracia. A percepção do tempo muda profundamente sob a influência dos modos e das categorias do pensamento judeo-cristão. Em primeiro lugar, o tempo já não é cíclico mas linear: por outras palavras, a Antiguidade pagã considerava o tempo vivido como um momento acidental num retorno permanente. Já não é a mesma coisa com o triunfo do cristianismo. Cada instante de uma vida é único e cada período da História não corresponde a nada de idêntico no

passado nem no futuro. Ora o Tempo está orientado. A sua passagem é o quadro em que se realiza um destino. O culminar deste coincide com a chegada do apocalipse; o final dos tempos é o final do tempo humano: depois dele, tudo deve cair e deve instaurar-se o reino dos céus, sem que haja alguma vez um retrocesso. Os desastres sofridos pelo Império no Ocidente são interpretados por toda uma parte das elites culturais cristãs como o anúncio de que o fim do Tempo está próximo. Cria-se, por conseguinte, nos seus espíritos uma corrente de pensamento angustiado em que a esperança na vinda do reino dos céus está longe de compensar o medo do desconhecido. À crise do Estado corresponde uma crise escatológica. Mas, e isto é novo, a crise de consciência das elites culturais vai ser substituída junto das massas por um poderoso organismo e que soube adaptar-se às necessidades da comunicação geral, a Igreja. O medo do futuro material, a resignação perante um presente catastrófico, uma certa nostalgia também do passado penetram pouco a pouco as mentalidades populares, cuja condição precária tornou perfeitamente permeáveis a estes modos de percepção e de concepção. Ora, há poucas hipóteses de que, de uma maneira global, a sorte dos camponeses tenha sido muito mais miserável no século VI do que no século IV (ver Salviano). Que função social e política ocupa portanto o discurso escatológico na Alta Idade Média? Novo objecto de investigação. Mas é provável que nos séculos VII e VIII a maior parte das classes populares o tenha interiorizado.

Serão elas igualmente tocadas pelas novas atitudes mentais das elites a seu respeito? A partir da Alta Idade Média, o camponês,

> personagem importante da literatura latina antiga [...] que aparecia aí quer nos tratados económico-morais

do período republicano (*De Re Rustica* de Varrão, *De Agricultura* de Catão), quer sob uma forma idealizada na poesia bucólica (sobretudo em Virgílio e nos seus discípulos), desaparece da literatura da Alta Idade Média (J. Le Goff) [18].

É muito delicado apreendermos as razões desta exclusão: ideologia desfavorável ao trabalho, «desclassificação» dos camponeses livres, regressão geral do realismo em proveito do simbolismo na arte. Além disto, a produção literária, aqui como muitas outras vezes, desempenha o papel de um espelho deformador e a aristocracia procura aí não uma representação da realidade (importância crescente da produção e do meio rurais nos séculos V e VI e dependência crescente dos *potentes* em relação a estas forças de produção), mas uma máscara desta que possa tolerar para si própria e apresentar, quando convier, a essas massas rurais. Ora, precisamente, nos relatos de milagres e nas vidas de santos, o camponês deixa-se reconhecer, mas sob traços que, uma vez forjados, lhe são impostos. Recebe portanto de si próprio um reflexo cujos traços distintivos vai progressivamente interiorizar. Sofre deste modo uma remodelagem do seu universo social, no termo do qual lhe é imposta uma hierarquia de valores: uma vez esta bem estabelecida, o camponês está persuadido de que não tem de procurar nem de abandonar o seu lugar na sociedade. Na realidade, o camponês da Alta Idade Média é (no retrato que lhe é apresentado de si próprio) um pagão maculado de superstições maléficas, condenado pelos seus vícios a suportar as piores taras físicas. Através deste último critério, a aristocracia cultural transforma em interpretação moralizadora as doenças devidas à desnutrição, que tocam, como é evidente, com maior dureza os deserdados.

O camponês da Alta Idade Média é um monstro quase humano, reaparecido, e que a literatura da Idade Média posterior continuará a fazer surgir diante dos jovens e dos cavaleiros perdidos na floresta onde o camponês-lenhador se encontra no seu ambiente obscuro e selvagem, vilãos de cabeça grande e olhos de animal, aparecidos a Aucassin e a Lancelote (J. Le Goff).

É evidente que nos devemos interrogar igualmente acerca do nascimento de uma contracultura popular nascida do confronto entre as representações aristocratizantes e as aspirações populares (este problema toca então o nascimento dos folclores). Mas é notável que em francês antigo, por exemplo, o camponês (em latim *rusticus*) tenha recebido o nome de *vilain*. A denominação é significativa, tanto mais que se trata de uma palavra pertencente ao registo popular. É uma das provas da eficácia da produção literária da Alta Idade Média. Pôs em relevo maneiras de sentir e de pensar em que estão representados temas medievais dos mais importantes. Ruptura também neste ponto com a Antiguidade. Enquanto existiu em Itália uma distinção absoluta entre o escravo que trabalha nos campos e o pequeno camponês livre, este podia servir de referência e de modelo ideológico (mesmo se, de facto, desde Varrão, o verdadeiro fundamento da economia e do poder já aí se não encontrava). Mas, a partir do momento em que, na sua maior parte, os trabalhadores da terra se misturaram no Ocidente latino numa massa indistinta, os *servos*, o modelo ideológico deixou de poder funcionar. É precisamente a partir do século VI que começa esta passagem e não seria de surpreender que se tivesse precisamente terminado no momento da extensão da servidão.

Uma tal modificação não se deixa facilmente perceber e analisar, e a sua apresentação pormenorizada exigiria tanto maiores cuidados quanto os juízos de valor estão longe de ser monovalentes no que se refere ao mundo do trabalho.

> Quase nunca existe uma mentalidade «pura», ou seja, um sistema de apreciações coerente; encontra-se quase sempre um elemento de uma outra tradição, ou não sei que contradição do espírito humano que se representa ao mesmo tempo o contrário do que ele próprio valoriza (J. Le Goff).

Os trabalhadores das profissões referentes ao artesanato e à técnica sofrem nas mentalidades e na ideologia da Alta Idade Média uma mudança de classe um pouco menos profunda (mas de qualquer modo nítida) do que os camponeses. A redução quantitativa do trabalho artesanal — ou seja, do trabalho especializado — a partir do século V dará conta desta evolução?

Convém considerar também a parte cada vez maior que na hierarquia dos valores ocupa, por um lado, a vida contemplativa (elogio do monge orante) e, por outro lado, a vida guerreira (o bárbaro prefere realizar os seus lucros, como dizia Tácito, mais pelo sangue *[sanguine]* do que pelo suor). Este novo contributo ideológico vai buscar, em parte, a sua argumentação a uma antiga tradição (o *ótium*), tradição esta modificada pelo contributo judeo-cristão. É verdade que ao lado deste desprezo, marcado pelo silêncio das fontes escritas, existe um certo prestígio dos artistas metalúrgicos (armeiros, ourives). Pode ver-se aqui uma dinâmica positiva impressa à evolução das mentalidades no Ocidente pelo contributo das etnias germânicas. É preciso, na realidade, remontar a Virgílio e ao escudo de Eneias para que uma arma seja apresentada num texto literário como um objecto de arte sagrado e pode duvidar-se de que esta cópia um pouco artificial da *Ilíada* tenha correspondido a uma evolução da mentalidade colectiva romana. Convencer-nos-emos disto ao

verificarmos que Tito Lívio não faz qualquer descrição do armamento das legiões enquanto objecto técnico. *A fortiori*, seria em vão que nele procuraríamos uma descrição das armas enquanto objectos de arte. O poder e a dominação militares romanas não são de modo algum explicados pelo seu emprego: as causas desta superioridade são, aos olhos do historiador, morais e políticas. Esta maneira de ver é partilhada por todo o público contemporâneo. É, por conseguinte, vivo o contraste com a mitologia da metalurgia guerreira que aparece no Ocidente latino no século VI, trazida pelos ocupantes germanos e cujo modelo começa por influenciar as mentalidades latinas (veja-se como Cassiodoro descreve nas suas *Variae* o fabrico da famosa espada franca). Estes caracteres, aparecidos no princípio da Alta Idade Média, estão em ruptura completa com os caracteres da Antiguidade. Na realidade, desenvolvem-se e amplificam-se nas tradições tanto aristocráticas como populares para aparecerem em toda a sua beleza nas canções de gesta, nos contos e nas lendas da Idade Média.

Esta parte privilegiada do artesanato vê a sua supremacia consagrada pelas legislações que os reis bárbaros fazem promulgar. Estas introduzem uma regra completamente diferente dos princípios romanos: nestas legislações já não são infligidos castigos, no sentido estrito do termo, mas indemnizações do prejuízo. Qualquer que seja o delito cometido, o culpado pode sempre cumprir pagando uma soma compensatória *(Wergeld)*, cujo montante é fixo pela lei escrita. Este *Wergeld* dá uma escala de avaliação do preço dos homens segundo a sua etnia (romana ou não), o seu estatuto social (livre ou escravo), a sua função (funcionários reais ou simples guardadores de porcos). Como é evidente, as tarifas variam em valor absoluto de um século para outro e de uma região para outra. Mas, no seu conjunto, a grelha dos valores indicados continua estável e pode-se, por conseguinte, verificar que, enquanto os outros trabalhadores estão na base da escala, «os ferreiros *(fabri ferrarii)* sobem a 50 soldos, e só os ourives se elevam a um nível superior (150 soldos para os *aurifices* e

100 soldos para os *argentarii*)» (J. Le Goff). Este procedimento jurídico, fundado na composição financeira introduzida progressivamente nas práticas — e a partir daí nas mentalidades — do Ocidente latino, representa uma ruptura radical com as atitudes mentais da Antiguidade clássica.

CAPÍTULO V

CULTURA E ARTE

I — Educação e cultura

Se no que se refere à história das mentalidades na Alta Idade Média as investigações ainda estão no início, começa-se a conhecer bem os caminhos seguidos pela cultura e pela arte na passagem da Antiguidade para a Idade Média, pelo menos no que diz respeito ao aspecto «aristocrático» desta. Efectivamente, estes séculos obscuros (*The Dark Ages*, de acordo com a expressão hoje reconhecida como imprópria de E. K. Rand) foram iluminados nestes últimos trinta anos por numerosos trabalhos (R. Bezzola, J. Fontaine, J. Le Goff, H. I. Marrou, P. Riché ...). Entretanto é preciso reconhecer que só a parte mais acessível deste campo de investigações foi verdadeiramente estudada, ou seja, a que toca no saber ligado à cultura escrita sob todas as suas formas; dito por outras palavras, à educação e à cultura antigas sob as suas duas faces, pagã e cristã. Esta última, a partir de finais do século IV (abolição do paganismo) está no conjunto (não obstante as suas origens) ligada às elites da sociedade romana, porque é em todos os aparelhos de Estado que encontra de que se alimentar e exprimir, quer seja sob a forma de uma legislação relativa ao domínio laico, de um édito que diga respeito à vida religiosa, de uma obra polémica ... Pelo contrário, as tentativas para determinar os elementos de uma (ou de) cultura(s) popular(es) são muito mais raras. É verdade que este aspecto é em princípio muito mais difícil de investigar. Não pode revelar-se senão através dos testemunhos e estes, quando se situam na Alta Idade Média, passam sempre necessariamente pelo filtro da educação aristocrática e da escrita que lhe está naturalmente ligada, a escrita latina.

Mas, por grandes que tenham sido os recursos da educação e da cultura aristocráticas, sofreram, do século V ao século IX, perturbações no termo das quais a paisagem antiga (mesmo tardia) já se não consegue reconhecer. Hoje em dia, está-se de acordo em reconhecer várias fases nesta evolução, as quais se podem resumir a quatro no Ocidente latino.

Em primeiro lugar, no século IV a infra-estrutura cultural e o aparelho educativo são pagãos. Só a superstrutura é cristã. Para assegurar a educação dos seus próprios servidores, padres ou bispos, a Igreja nem sequer se preocupa em mudar o sistema pedagógico tradicional. A escola antiga forma indiferentemente todos os alunos. Os futuros servidores da Igreja contentam-se em receber este ensino muito tradicionalista — o seu modelo remonta às escolas helenísticas — com todo o conveniente espírito crítico (H. I. Marrou) [1]. Aliás, os professores destas escolas são, muitas vezes, eles próprios cristãos. A renovação das classes sociais no Baixo-Império favorece a dinâmica cristã e as superstruturas estatais passam muito naturalmente para as mãos de uma aristocracia cada vez mais cristianizada. As controvérsias ideológicas do século III estão encerradas e as lutas praticamente já não passam de combates de vanguarda por parte da aristocracia pagã (controvérsias entre Símaco — cf. J.-P. Callu [2] — e Ambrósio, paganismo nacionalista de Claudiano e Rutilius Namatianus). Na realidade, a osmose entre as duas culturas, greco-romana e judeo-cristã, durante o século IV (Santo Agostinho é talvez a sua ilustração mais perfeita), terminou no século V. No momento em que desaparece o estado romano, encontra-se no Ocidente latino um equilíbrio entre estes diferentes aspectos. É quebrado pela deslocação deste estado e pelo desaparecimento do sistema educativo antigo, no início do século VI.

Porque, no Ocidente latino, com a entrada na Alta Idade Média, produz-se uma primeira importante retracção quantitativa no sentido que a superfície social do sistema educativo diminui bruscamente (segunda fase). Na realidade, as escolas públicas desaparecem por volta do final do século V na Gália, sem dúvida um pouco mais tarde na Itália e na Espanha; não se sabe exactamente qual é a sua sorte na África. A restauração justiniana só muito brevemente e num espaço muito exíguo corrige esta degradação. Os resultados não se fazem esperar. Toda aquela parte da população que não tinha acesso à instrução elementar senão graças aos cursos públicos, fica agora completamente abandonada. Isto significa que, enquanto na Antiguidade o número de indivíduos capazes pelo menos de ler era bastante importante, este mesmo número vai diminuir de geração em geração e que, de um ponto de vista global, a sociedade da Alta Idade Média é uma sociedade de analfabetos *(illitterati)*. Na Antiguidade, clássica ou tardia, saber ler e escrever e receber um mínimo de instrução complementar podia oferecer um meio de ascensão social. Os gabinetes da administração do Alto Império recrutavam o seu pessoal entre os libertos, ou seja, antigos escravos que tinham, apesar do seu estatuto social, podido ser instruídos. No Baixo Império, homens livres, mas de nível muito modesto, aprendem estenografia e têm assim acesso a invejados lugares de funcionários (os professores de estenografia em Antioquia suscitam rivalidade num professor de retórica como Libânio). Quando toda a rede pedagógica se desfaz, só as famílias poderosas e abastadas podem continuar a dar à sua descendência uma educação tradicional, recorrendo quer a preceptores privados, quer muito simplesmente aos membros instruídos da sua própria linhagem: Gregório, o futuro bispo de Túrones, nascido em Clermonte por volta de 538, foi instruído a partir da idade de oito anos pelo seu próprio tio-avô Nizier, por sua vez bispo de Lião em 552. Este estado de coisas favorece naturalmente a perenidade do prestígio das grandes famílias indígenas junto dos reis bárbaros, na medida em que estes (como acontece na maior parte dos casos) tentam manter uma administração decalcada sobre o modelo romano. Por

outro lado, a administração eclesiástica, que, por sua vez, continua a funcionar exactamente como no passado, tem necessidade absoluta desta elite. Mas esta não consegue responder numericamente a todas as necessidades: o serviço da Igreja comporta ordens menores, entre as quais algumas supõem um mínimo de instrução (o *lector* deve saber ler em voz alta os textos do ofício, de maneira a ser compreendido pela assistência), e o sacerdócio exige também um nível mínimo de educação. Ora, pelo próprio facto do desaparecimento das escolas públicas, a Igreja não encontra já pessoal qualificado: torna-se necessário para ela criar os seus próprios centros de formação. Serão as escolas episcopais e, mais tarde, presbiterais. É assim que na Espanha, no concílio de Toledo de 527, é promulgado — e é o primeiro testemunho oficial — um regulamento que prevê a instrução de crianças destinadas pelos seus pais à classe clerical, instrução dada na residência episcopal sob a vigilância do bispo até à idade de dezoito anos (passada esta idade, devem escolher entre o regresso ao estado laico e a entrada nas ordens menores). Em seguida, na Gália, no concílio de Vaison de 529, decide-se que «todos os padres de paróquias rurais tomem em sua casa leitores e lhes ensinem o saltério, os textos santos e a lei divina (P. Riché)». A Igreja aplica assim às suas ordens seculares uma prática já experimentada nas ordens regulares. Na realidade, já há muito tempo que os mosteiros têm as suas próprias escolas em que são educados os novos monges. Ora, nos mosteiros a educação e a cultura são exclusivamente religiosas. Não há lugar para a literatura, os pensamentos e as formas da tradição pagã (casos dos mosteiros de Lérins, na Provença, de Monte-Cassino, na Itália, de Asan, na Espanha ...) O exemplo dos modelos orientais é aí seguido. Entretanto a Igreja já não pode, a partir do século VI, no Ocidente,

dar-se ao luxo de deixar, como acontecia muitas vezes com os anacoretas do Oriente, os seus monges sem instrução. A extensão da barbárie circundante proíbe este género de concessão ao ascetismo místico. Assim, a partir da constituição e da difusão da regra de S. Bento (525), encontrava-se pronto o protótipo de uma educação exclusivamente cristã.

Por conseguinte, a formação cultural e a instrução dos seus servidores, uma vez tomados a seu cargo pela Igreja, acabam de se despojar de toda a tradição clássica, pelo menos enquanto esta é, por um lado, herdeira do paganismo e, por outro lado, inútil para a aquisição dos conhecimentos cristãos. Em segundo lugar, já não há, entre os leigos, classe média que continue a oferecer um refúgio, mesmo medíocre, à cultura antiga: este processo está terminado a partir do século VI. Além disto, entre a aristocracia laica, as condições de mantenimento desta evoluem rapidamente. É evidente que nunca houve solução de continuidade do século VI ao século VIII, mesmo em países muito conturbados como a Gália do Norte ou a Itália lombarda. Entretanto tornam-se evidentes, no século VIII, índices de mudanças profundas, de um triplo ponto de vista (terceira fase). Em primeiro lugar, mesmo na aristocracia, a proporção dos iletrados ou dos semiletrados aumenta. Isto é patente na Gália do Norte (P. Riché). Quando um leigo ainda sabe escrever, trata-se de um personagem muito importante. São as cortes merovíngias que asseguram a manutenção de uma cultura ainda laica. Jovens aristocratas chamados à corte (são os *nutriti* ou os *commendati* do rei — cf. supra, p. 73) passam, muitas vezes, para a responsabilidade do *maiordomus* (prefeito do palácio), e aí, misturados com os membros da família real, recebem uma certa educação que os torna aptos a desempenhar essas funções civis que se referem especialmente à administração do reino,

como é o caso da chancelaria. Ora, estes notários reais recebem e transmitem por sua vez as regras essenciais de composição dos actos que reproduzem os modelos antigos herdados dos gabinetes do Império. Além disto, o direito romano continua em vigor nos éditos, diplomas, testamentos, actos de venda emitidos pela chancelaria real (caso do prólogo da lei sálica, talvez escrito por um redactor de Gontran, mais tarde de Quildeberto II, no final do século VI). Entretanto a situação é melhor na Itália (em Pavia e em Milão os *signa* — carimbos — não substituem completamente as assinaturas autógrafas) e sobretudo na Espanha visigótica (mas, passado 711, a aristocracia laica romana é varrida). Em seguida, o conteúdo propriamente clássico da cultura vai-se tornando cada vez mais diminuto: estudo da gramática e do direito; conhecimento relativo de alguns autores, como Virgílio, Cícero, Salústio ...; capacidade de compor cartas artísticas, à maneira de Plínio, *o Jovem*, e de Sidónio Apolinário; curiosidade pela medicina e pela astronomia. Mas já não há verdadeiramente, depois de Boécio, cultura filosófica. Na Antiguidade não se concebia cultura completa que não fosse bilingue. A língua grega continua a ser — pelo menos em princípio — um instrumento intelectual indispensável. Mas se «de Macróbio a Cassiodoro» (P. Courcelle) [3] o seu conhecimento se mantém numa elite cada vez mais restrita, desaparece no século VII. O *Triuium* (gramática, retórica, dialéctica) e o *Quadriuim* (geometria, astronomia, aritmética e teoria musical) já não formam as sete artes liberais fundamentais senão no estado de recordação muitas vezes fluida. Mesmo se a aristocracia leiga da Espanha, menos experimentada — apesar dos reinos sangrentos e das rebeliões dramáticas (exemplo do conde Paulo) no século VII —, do que a aristocracia dos outros países do Ocidente, conserva um contacto mais estreito com esta tradição

antiga, toda a parte que se poderia classificar de «secundária-superior» da pedagogia clássica desaparece. Ora, viu-se que a Igreja, no que lhe diz respeito, não procura, no fim de contas, conservar senão aquilo que é estritamente indispensável para a formação dos seus servidores. Por fim, quaisquer que sejam as remanescências, as pessoas que as transmitem e os seus lugares de conservação e de reinserção mudaram completamente no século VIII. Na Itália do Norte recomeça a actividade das cidades e a sua administração exige um mínimo de instrução: aí se encontram funcionários como o *curator rei publicae*, o *iudex*, o *scriba publicus*. Mas é em vão que aí se procuram vestígios de escolas que não sejam clericais.

> Os únicos centros de estudo que conhecemos, graças a inscrições ou a menções de diplomas, não são organizados senão pela Igreja (P. Riché).

As escolas de notários e de escribas dependem directamente dos clérigos. Estes estão, muitas vezes, encarregados de vários ensinos (escola de cantores, de escribas ...) e podem eles próprios ocasionalmente serem redactores ou copistas (caso de um manuscrito copiado em Luca, no século VIII, por dois escribas conhecidos noutros locais). Nem mesmo a capital do reino lombardo, Pavia, tem escola laica. Na Gália do Norte, a penúria de leigos instruídos, que então é patente, obriga no século VIII a chancelaria real ou os tribunais de condado a servirem-se de clérigos. É, por conseguinte, grande o contraste com o século VI, em que era proibido pela Igreja aos clérigos sentarem-se num tribunal, e o século VIII, em que nos mesmos tribunais só há clérigos para redigirem os textos. Cerca do ano 700, o mais célebre dos mestres de uma escola notarial, Marculfo, redige, talvez nos

arredores de Meaux, uma colectânea de fórmulas copiada pelos modelos de actas noutros tempos redigidas pelos aprendizes de notário. Ora, Marculfo é então um velho monge de mais de setenta anos e a dedicatória do seu trabalho é feita a um bispo.

Desta forma, a evolução interna das diferentes regiões do Ocidente latino levou-as, no limiar da época carolíngia, a uma evolução radical em que as estruturas da educação e da cultura já não são antigas, mas medievais.

O continente está pronto, a partir desta época, a enriquecer-se do imenso contributo das escolas insulares (quarta fase). Será motivo de admiração a evolução extraordinária da cultura nos países celtas. Enquanto a Inglaterra e a Irlanda — aqui designadas por comodidade com a sua denominação moderna; mas, por exemplo, a Irlanda chamava-se *Scotia* e os Irlandeses *Scoti* — nunca foram profundamente romanizados e a influência aí devia ter sido muito vulnerável, a Igreja celta ofereceu um refúgio inexpugnável à cultura latina porque nos seus mosteiros-fortaleza os centros de estudo puderam desenvolver-se: fundação de Clonard em 549; de Bangor em 601; de Derry e Iona. Nestes países, de língua natural celta, o latim é uma língua estrangeira que foi preciso aprender para ter acesso à tradição cristã romana: o estudo da gramática, obrigatório por este motivo, ajuda a uma conservação rigorosa das estruturas normativas. Uma primeira expansão cultural, vinda da Irlanda, efectuou-se, a partir de finais do século VI, sob o impulso do monge Columbano. Este, que recebeu uma boa instrução, funda na Gália o mosteiro de Luxeuil, centro de ascese e de estudo cristãos — mas a cultura clássica propriamente dita parece quase excluída desse centro — e modelo para novas criações (mosteiro de Solignac, fundado por Eloi em 632 e organizado segundo as regras de Luxeuil). A partir da segunda metade do século VII, é em toda a Inglaterra que as escolas monásticas e episcopais conhecem um notável desenvolvimento e que delas saem algumas figuras notáveis pelo âmbito da sua cultura, como Aldhelm de Malmesbury (+ 709) e sobretudo o irlandês Beda, que se veio instalar no mosteiro de Yarrow em 685: graças a estas trocas com Roma, Beda encontra de novo o domínio de uma língua latina limpa e depurada (escreve um *De orthographia*) e reconquista um certo conhecimento da língua grega. Além disto, a estes intelectuais não se levantam problemas difíceis acerca da coabitação da cultura clássica (pagã) e da cultura cristã. Para eles, a cultura antiga pertence a uma civilização demasiado estranha para que tenham as hesitações de um Isidoro de Sevilha ou de um Gregório I. Conservam dela, naturalmente, o contributo técnico (retomando neste ponto as posições de Agostinho na sua *Doctrina Christiana*), mas afastando dela tudo o que não é directamente útil para a sua formação cristã. A evolução das estruturas culturais é portanto análoga quer nas Ilhas quer no Continente, mas aí é mais rápida, mais perfeita e conduz a uma qualidade talvez superior dos seus representantes. Quando Alcuíno, chamado à corte por Carlos, desembarca em França em 782, traz um enriquecimento considerável à actividade cultural do reino. A sua inserção faz-se com facilidade, porque as estruturas são idênticas: são já medievais.

II — Os problemas da comunicação

> Os letrados distinguem-se tanto dos leigos como os homens dos animais *(Quantum a beluis homines, tantum distant a laicis litterati)*,

declara um escritor medieval. Não se trata senão do retomar de um muito antigo *locus communis* dos oradores gregos, para os quais é pelo *lógos* que o homem se coloca acima dos animais. Perscrutemos cada elemento desta proporção: verifica-se que no espírito do redactor — e resume aí um ponto de vista comum — ser letrado é ser clérigo, enquanto ser leigo implica o analfabetismo. Mas é preciso ter cuidado com o sentido da palavra *litterati* durante a Idade Média: significa, antes de mais, os que sabem latim. Que os leigos o ignorem é a consequência final de uma situação em que o seu acesso à tradição cultural antiga diminuiu consideravelmente. Os leigos encontram-se assim agrupados no seio de uma vasta massa, não obstante a diferença de níveis sociais, a que se opõe, sem que se tenham em conta clivagens hierár-

quicas, o conjunto dos clérigos. A agressividade da fórmula mostra que estes dois grupos culturais estão em conflito e que cada um procura afirmar a sua primazia. Ora, a investigação histérica, no seu conjunto, interessou-se pouco com a descrição do que podia ser «a ferramenta cultural e mental» (para retomar expressões de Ph. Wolff e J. Le Goff) destes iletrados. Os grandes trabalhos destes últimos decénios raramente procuram estes rostos tão difíceis de distinguir. Para o conseguir é preciso fazer apelo a disciplinas complementares, de entre as quais a mais instrutiva mas também a mais delicada a utilizar é a etnografia.

Esta ajuda a melhor realçar a dialéctica cultura aristocrática-cultura popular e os laços desta relação com a confrontação língua popular-língua erudita. Os etnólogos ensinaram-nos que há sempre interacção entre culturas distintas em contacto, como há sempre interacção entre línguas diferentes em contacto (U. Weinreich) [4]. Os trabalhos de J. Le Goff tentam definir estas interacções e encontrar na massa espessa dos documentos (sob todas as formas: escrita, iconográfica, arquitectural ...) o que tem raízes na cultura popular e o que pertence à cultura erudita. A sua selecção permite-lhe mostrar como a cultura erudita (única senhora da escrita) dá contas da cultura popular (limitada à tradição oral) ou, mais exactamente, da cultura folclórica («camada profunda de cultura — ou civilização — tradicional subjacente em qualquer sociedade histórica» segundo A. Varagnac). Na literatura da Alta Idade Média, os elementos folclóricos podem ser esclarecidos referindo-se ao reportório fundamental para os etnólogos, o *Motif-index of folk-literature* de Stith-Thomson (Copenhaga, 1955-1958), que classifica por assuntos e esquemas milhares de textos orais e/ou escritos pertencentes à tradição popular. Sempre que num texto da Alta Idade Média (ou

da Idade Média) — crónica, vida, homilia ... — surja um relato, uma imagem, um comentário em que se deixa identificar um tema incluído na classificação tipológica de Stith-Thomson, essa passagem é considerada como proveniente da cultura folclórica. Na Alta Idade Média esta aflora por toda a parte e confronta-se com a cultura aristocrática, ou seja, como já tivemos ocasião de ver, de uma forma definitiva, com a cultura clerical. Uma profunda clivagem tende a separar a grande massa dos camponeses da minoria clerical. Os fins da evangelização cristã parecem pouco compatíveis com as velhas tradições folclóricas. A elite clerical, como deveria combater a cultura aristocrática pagã do Baixo Império, preocupa-se a partir sobretudo do século VI, «de opor uma barreira» (J. Le Goff) à cultura folclórica das massas rurais. Esta reorientação da acção psicológica da Igreja no Ocidente latino corresponde perfeitamente à mudança dos centros de gravidade da civilização, que se deslocam das cinturas urbanas para os espaços rurais. A cultura folclórica é repelida, como o mostrou J. Le Goff, a propósito da Gália merovíngia, por destruição (abolição dos temas sentidos como puramente folclóricos), por obstrução (sobreposição de um personagem cristão a uma figura pagã) e por desnaturação (os temas folclóricos são de alguma forma baptizados). De facto, a incompatibilidade entre as duas culturas assenta essencialmente no carácter unívoco dos valores e dos seres na tradição clerical, que se opõe à ambiguidade dos valores e dos seres na tradição popular. Esta última acredita, por exemplo, na existência de forças simultaneamente positivas e negativas (caso do dragão), e neste ponto continua próxima da religiosidade romana, em que se sabe que semântica polimorfa tinha uma das suas palavras-chave, *sacer*. A outra cultura separa radicalmente bem e mal, demónio e anjo, feiticeiro e santo. Por conseguinte, quer fazer vingar uma per-

cepção do mundo que rompa de um modo absoluto com a apreensão folclórica do universo.

Mas falámos de dialéctica. É que, na realidade, esta cultura folclórica ressoa por sua vez sobre a cultura clerical. A cultura «superior» recebe marcas da cultura «inferior». Os homens que vão entrar nas fileiras do clero nunca são completamente cortados do meio mental colectivo. Isto é tanto mais verdade quanto, no caso do clero secular, está forçosamente em contacto permanente com a vida social; no caso do clero regular, o isolamento monástico é relativamente compensado por um recrutamento, muitas vezes extremamente modesto, dos monges (os *conuersi*). Existem portanto passarelas para atravessar o fosso. Além do mais, está fora de questão para a Igreja empreender uma missão evangelizadora junto das massas rurais sem ter os meios de comunicar realmente com elas. Quer dizer que se produz um duplo movimento: ascendente: a cultura folclórica adapta-se ao rito religioso (quer irrompendo aí de uma forma espontânea, quer sendo aí incluída deliberadamente); descendente: a língua da comunicação deve adaptar-se às capacidades linguísticas do público. Levanta-se aqui uma problemática antiga que resumiríamos de boa vontade numa fórmula: a questão da língua de comunicação vertical [5]. Por língua de comunicação vertical entendemos «língua empregue no caso de uma comunicação entre interlocutores de níveis culturais diferentes, pelos elementos da camada mais culta em direcção à camada menos culta». No caso do Ocidente latino da Alta Idade Média, trata-se da língua empregue oralmente pelos letrados quando têm de comunicar com os iletrados. Não temos lugar para apresentar a questão, que um recente estudo acaba, aliás, de realizar de uma forma excelente [6].

Façamos simplesmente algumas observações que nos parecem corresponder às orientações mais dinâmicas e mais frutuosas na perspectiva que é a nossa, ou seja, de uma periodização efectiva entre Antiguidade tardia e Idade Média.

A) O problema posto refere-se à sociolinguística, considerada na sua acepção mais lata. Trata-se, com efeito, de determinar o estatuto que tem o latim escrito como língua de comunicação na sociedade da Alta Idade Média.

B) Duas vias de análise. Uma, propriamente linguística, consiste em tentar reconstituir a cronologia pela qual o latim falado se transformou e se fragmentou em diferentes línguas latinas. A outra, mais sociológica, procura reconstituir a consciência linguística dos interlocutores do período considerado. Num caso combina-se o estudo linguístico dos textos latinos tardios (séculos V-VIII) e a gramática comparada das línguas latinas; na outra estudam-se os *testimonia*.

C) No estado actual das investigações, os resultados obtidos pelos dois métodos contradizem-se no conjunto. Uma análise puramente linguística, fundada sobretudo até ao presente na gramática comparada das línguas latinas (G. Straka, E. Bourciez, W. Meyer-Lübke, P. Fouché ...), conduziu a uma datação alta (séculos III-VI) da transformação do latim em línguas latinas. Enquanto uma análise mais sociológica (H. F. Muller, P. Taylor, P. Riché ...) conduziu a uma datação muito tardia (séculos VII-IX) desta transformação. Entretanto os estudos linguísticos conduzidos de um ponto de vista «latino» corroboraram mais esta segunda cronologia (M. A. Pei, L. F. Sas, E. Löfstedt, Dag Norberg ...).

D) Pode-se procurar construir uma opinião tomando a média destas teses? Neste caso, o mais simples seria dizer, como Dag Norgberg, que no Ocidente latino «antes de 600 a língua falada é latina; depois

de 800, romana, e que, entre estas duas datas, uma ou outra denominação pode convir». Mas nada prova que um tal procedimento de avaliação seja possível. Porque a verdade não se encontra forçosamente a meio caminho entre as duas datações extremas (séculos III-IX).

E) Além do mais, fica-se num *impasse* no que diz respeito ao problema da comunicação vertical. Em que língua os interlocutores letrados (ou seja, os clérigos — e é esta a razão por que a maioria dos *testimonia* se referem à instrução religiosa dos fiéis) se dirigem a um auditório iletrado quando se encontram numa penosa situação de comunicação? Ora, até ao presente, os trabalhos de investigação não conseguiram trazer (como sublinhou J. Herman) qualquer testemunho sobre o emprego de uma língua diferente do latim (mesmo sob uma forma simples e sem pretensões, quase vulgar, que os clérigos, eles próprios, chamam *sermo rusticus, stylus tenuis, eloquium simplex,* etc.) antes de 813. Com efeito, nesta data, um concílio efectuado em Túrones, no quadro da reorganização geral da Igreja sob o Império carolíngio, publica um cânone ordenando aos padres que «transfiram» (o texto diz *transferre,* que é traduzido ordinariamente por «traduzir», mas estaremos seguros deste sentido? E se o sentido real fosse «transpor»?) os sermões, que devem escolher e extrair da sua colectânea preparada anteriormente, «no latim dos iletrados» (*in rusticam romanam linguam:* não se deve traduzir por «românico» porque se perderia então toda a conotação vivida pelos interlocutores letrados carolíngios). Esta data é muito tardia. Seria a primeira no Ocidente latino. É preciso esperar muito tempo para encontrar testemunhos análogos na Itália (século X) e na Espanha (século X). Para além do balanço estabelecido por J. Herman, trabalhos realizados noutras regiões levam a pensar que este testemunho

carolíngio merece crédito e, por isso mesmo, levanta problemas muito difíceis.

F) Algumas distinções complementares para continuar. Recordar, antes de mais, que no tempo clássico o latim era a língua comum da cidade romana. Isto significa que não havia duas línguas distintas, uma erudita (representada, por exemplo, por Cícero) e outra popular (que não seria verdadeiramente apreendida senão através de arqueologia das línguas românicas). Existia uma língua falada, o latim, com níveis diferentes de acordo com o nível social e cultural do que o falava e da situação de comunicação deste. Passava-se portanto do registo elevado dos discursos senatoriais para o registo francamente vulgar das invectivas servis. Além disto, o latim apresentava-se sob duas formas: falada e escrita. A forma escrita não reproduzia senão imperfeitamente a forma falada, como em qualquer língua viva. Na sequência, é o latim falado que se transforma e se torna, no termo da sua evolução, tão diferente estruturalmente de si próprio que já se não deixa reconhecer, e é chamado o «românico». Finalmente, na medida em que entre o registo oral mais fraco (o latim vulgar) e o registo escrito mais simples (o latim cristão dos sermões, vidas de santos ...) não houve barreira inultrapassável, admitir-se-á que o latim continua a ser uma língua viva. Dito por outras palavras, enquanto um ouvinte do século VII, nascido, criado e residente em Burges, não tendo acesso senão à sua própria língua materna, adquirida por transmissão oral espontânea em meio popular iletrado, compreende a homilia que lhe dirige o seu bispo na língua tradicional da Igreja, mesmo simplificada e adaptada, convém considerar que o latim como língua de comunicação geral, ou seja, como língua viva, não morreu. Inversamente, consideramos que, quando esta situação sociolinguística desaparece,

o latim se tornou uma língua morta (mesmo se uma elite clerical o continua a falar normalmente).

G) Nestas condições, se se toma aqui como critério da passagem definitiva da Antiguidade para a Idade Média a morte do latim e o nascimento das línguas românicas (latinas), o período decisivo é o século VIII. Uma tal periodização supõe que seja afastada a ideia, defendida muitas vezes, de que o latim se teria extinguido muito lentamente como língua falada, sem que se possa fixar cronologia precisa. Esta apresentação supõe que é admitido como um dado científico que uma língua falada não poderia evoluir rapidamente; ora, esta maneira de ver não é, no fundo, mais que um preconceito. A fonologia diacrónica, por exemplo, mostrou muito bem que é de repente que um sistema fonológico é substituído por um outro sistema numa pessoa. Em definitivo, não é impossível que as teses do americano H. F. Muller, convenientemente revistas, não venham a conhecer um novo interesse. Desde 1921, escrevia, num artigo demasiadas vezes esquecido em proveito da resposta peremptória de F. Lot [7], que,

> em conclusão, a evidência tanto positiva como negativa, interna e externa, leva às seguintes considerações: apesar da introdução de mudanças fonéticas e morfológicas muito importantes, não se pode dizer que o latim tenha perdido todas as suas características e se tenha tornado uma língua morta antes do final do século VIII [8].

A autoridade de F. Lot prevaleceu (em 1932 afirmava que o latim era língua morta desde o século IV). Mas H. F. Muller compreendia intimamente a época merovíngia, que amava, enquanto F. Lot, no fundo, desprezava este período, a tal ponto que um bom

conhecedor como H. I. Marrou observou, a seu propósito, que «raramente se viu semelhante incompreensão do seu assunto por parte de um historiador!» [9].

III — Literatura da Alta Idade Média

É por esta razão que não existe produção escrita romana e, *a fortiori*, literatura antes do século IX. Não existem escritos e literatura senão em latim e, por conseguinte, clerical. Escrever tornou-se uma arte bastante rara no século VIII. Este fenómeno arrastou consigo uma revalorização da escrita na escala dos valores e coincidiu com a extrema religiosidade com que o cristianismo, impregnado das tradições culturais judaicas, rodeou a transmissão do *Livro*. Ora a partir do século IV o latim torna-se também, por sua vez, língua sagrada ao lado do hebraico e do grego. Por conseguinte, tanto a dinâmica da herança antiga como a exigência da tradição romano-cristã favorecem o mantenimento de um certo tipo de literatura, moldado num quadro em princípio relativamente fixo. Além disto, a evolução prática das dificuldades da comunicação vertical não exerce muito tempo uma pressão tal que sejam necessárias mudanças radicais.

Nestas condições, é no interior mesmo de quadros formalmente tradicionais que é preciso procurar as linhas de clivagem, pelas quais se passaria de uma produção literária ainda fiel às formas e aos géneros da Antiguidade tardia (séculos III-V) a formas e a géneros que anunciam, pelo menos, a literatura medieval. Acerca deste ponto continua a valer a divisão tradicional. As histórias e os estudos literários param no século V ou no começo do século VI. É assim que P. Zumthor escreve uma *Histoire littéraire de la France médiévale* [10] que vai do século VI ao século XIV. Ora, poder-se-á, a partir do século VI, falar da França? E a literatura é já medieval? Uma obra tão fundamental como a de Max Manitius acerca da *Histoire de la littérature latine au Moyen-Age* [11] começa no século VI. Um texto também pluridisciplinar como o de Ph. Wolff acerca de *L'éveil intellectuel de l'Europe* [12] toma como ponto de partida o tempo de Alcuíno (o que significa que os séculos VI e VII são deixados de lado). De facto, os critérios segundo os quais os autores escolhem uma tal cronologia só raramente

são indicados. É evidente que fora de caracteres puramente extrínsecos, como as próprias datas, a periodização da história literária dos séculos III-IX depende de estudos seriais ou individuais sobre os autores. É portanto para esses estudos que temos de nos voltar para utilizar métodos de classificação mais precisos.

Em primeiro lugar, algumas verificações maciças. Por menor que seja na história da produção escrita literária no Ocidente o período que vai do século V ao século IX nunca tem solução de continuidade. Uma apresentação completa de *La littérature latine de Justinien à Charlemagne* enche, apesar de tudo, 242 páginas densas de formato grande na obra de Manitius (que não tem páginas escolhidas!). E os primeiros escritores propriamente carolíngios só aparecem em seguida! O aspecto quatitativo não é único: nomes como os de Gregório de Tours, Gregório I, Fortunato no século VI, Isidoro de Sevilha no século VII, Paulo Diácono no século VIII, pertencem aos géneros literários maiores. Conviria, aliás, desconfiar de um juízo demasiado fundado em critérios estéticos cujas bases são muitas vezes discutíveis. H. I. Marrou, que lamentava, numa primeira época da sua investigação, *La fin de la culture antique* na obra de Santo Agostinho, mostrou de uma forma esplêndida na continuação que um outro olhar e uma outra visão da criação augustiniana não vêem de modo algum nela o fim desta cultura. Para uma apresentação rápida dos autores deste período, remetemos para os últimos capítulos de *La littérature latine chrétienne* e para os primeiros de *La littérature latine au Moyen-Age* desta colecção. No que se refere a uma classificação dos autores, seria preciso tender, pelo menos, para uma definição dos critérios de classificação e para uma periodização aproximativa destes. na medida em que todo o conhecimento científico começa sempre por uma classificação. Tomando, por exemplo, a correlação entre os géneros praticados pelos autores e a forma escolhida por estes nas suas relações com a realidade sociolinguística, chega-se a um quadro deste tipo:

Antigo	Boécio.
Tendente para o antigo	Fortunato, Isidoro.
Tendente para o medieval	Gregório de Tours, Gregório Magno.
Medieval	Alcuíno.

Trabalhos modernos permitem análises mais profundas. A cultura de Isidoro de Sevilha (†633) prefigura sem qualquer dúvida certos aspectos da cultura medieval. Mas, no conjunto, permanece em estreita relação com a tradição antiga. Na realidade:

1) A cultura cristã está longe de ter eliminado ou absorvido em si — a ponto de a tornar irreconhecível — a cultura pagã. De uma obra para outra,

> o clima tornou-se mesmo mais liberal, à medida, segundo parece, que a influência dos *Moralia* de Gregório Magno diminuía, neste domínio da erudição isidoriana (o conhecimento da natureza), em proveito dos escólios antigos. Mais que de uma depuração, dever-se-ia falar de um afrouxamento do paganismo, apenas acentuado de vez em quando pela intervenção discreta de Isidoro (J. Fontaine) [13].

Esta cristianização da cultura pagã está ainda pouco aprofundada.

2) A cultura antiga (tomando desta vez em conta ao mesmo tempo os aspectos cristãos e pagãos) continua viva no nosso autor. Porque:

a) Os seus métodos de trabalho são fiéis às práticas da Antiguidade tardia (a teologia ainda não é a chave-mestra em função da qual o universo será descrito);

b)

> Se é verdade que uma nova cultura se criou na Idade Média porque o ideal antigo estava morto no coração dos homens, não parece que esta afirmação seja aplicável sem precaução a Isidoro de Sevilha. O fervor da sua admiração pela perfeição esférica do mundo, pela omnipotência secreta dos números e da música, pelos valores do classicismo oratório, pelas harmonias providenciais do corpo humano, está ainda muito próxima das formas da sensibilidade antiga. Neste caso concreto, a objectividade doxográfica dá o lugar a uma profunda simpatia pelas ideias e pelas doutrinas expostas. Já não é a simples curiosidade intelectual que está em jogo, mas o pensamento antigo torna-se de algum modo «sensível ao coração» de Isidoro, como o tinha sido ao de Agostinho ou ao de Cícero. A essas verdades dedica-se autenticamente, como recomendava Platão, com toda a sua alma... As categorias de pensamento, os métodos concretos

de trabalho, a composição ainda tradicional dos vinte livros da enciclopédia, continuam a assegurar de uma maneira díspare a unidade dos quadros do pensamento antigo, mesmo se no pormenor aparecem novas tendências, ainda imperfeitamente definidas e como que veladas por este envolvimento (J. Fontaine).

A que universo cultural pertence a obra de Fortunato († cerca de 600)? As suas origens italianas, a sua educação em Ravena, o seu conhecimento e a sua prática das formas e dos géneros clássicos (manejo da «prosa de arte — *Kunstsprosa,* versificação erudita) ligam-no directamente à Antiguidade tardia. Mas a sua poesia religiosa faz por vezes ouvir novos acentos. Dedica numerosos poemas a Radegunda, retirada no mosteiro de Poitiers, que fundou, e à filha espiritual desta, Agnès, bem depressa eleita, ainda que muito jovem, abadessa desse mosteiro (o próprio Fortunato se tornou, por volta de 580, bispo de Poitiers). Destes textos, R. Bezzola [14] sublinhou o seu carácter erótico sublimado que seria já uma prefiguração da tradição cortês occitana, aparecida no século XI, precisamente com os poemas de Guilherme IX de Aquitânia. P. Bec não acredita numa tal filiação, mesmo indirecta [15]. Para ele, o universo cultural e poético de Fortunato é heterogéneo em relação ao de Guilherme. Como é evidente, não resolveremos o problema aqui. Mas vejamos em que termos Fortunato se dirige a Radegunda quando se encontra afastado dela:

> Ainda que o objecto do meu desejo me tenha escapado, quando a noite chegou, esta noite, apesar de tudo não te roubou de mim inteiramente: à falta dos olhos, o coração permite àqueles que se amam o verem-se [...]

Ou ainda a propósito de Agnès, de que se diz o irmão espiritual:

> [...] Nunca te vi com outros olhos ou com outro coração como se fosses minha irmã [...] Era para mim como se num único parto a nossa mãe Radegunda nos tivesse feito nascer das suas entranhas puras e que os seios queridos da nossa bem-aventurada mãe nos tivessem alimentado a ambos com as ondas contínuas do seu leite [...]

Porque descobre num prato enviado como prenda por Agnès a impressão dos seus dedos, Fortunato exclama:

> Vi os teus dedos gravados na tua prenda branca como leite [...] Diz-me, suplico-te, quem obrigou as tuas ternas unhas a esculpir assim? [...]

Tenhamos em conta o contexto em que estão inseridos estes poemas e as precauções oratórias tomadas: os santos e os anjos são frequentemente chamados a testemunhar. Admitir-se-á sem hesitações que este amor é conscientemente sublimado. Mas o registo temático e o campo semântico do vocabulário (são notáveis as imagens) destes textos são eróticos. Recordar-se-á sobretudo que este movimento «descendente» pelo qual Fortunato passa do canto puramente marial para o elogio de uma mulher real, tem o seu correspondente simétrico no século XIII: os últimos trovadores passam de boa vontade do elogio de uma dama terrestre para o elogio da Virgem (Guiraut Riquier). Existem portanto numerosas pontes entre estes dois universos e estes dois registos poéticos. R. Bezzola procurou opor o ideal feminino de Fortunato à «mulher, objecto do desejo sensual dos elegíacos latinos». O bispo de Poitiers teria, por conseguinte, aberto nos finais do século VI um ciclo literário que já não seria antigo. Mas — e aqui a investigação torna-se mais difícil — só uma leitura superficial dos poetas elegíacos latinos permite uma tal discriminação. Como mostrou P. Grimal, o coração e a inteligência têm neles frequentemente a sua palavra a dizer. Conclusão provisória: no que diz respeito ao registo maior da sua obra poética, Fortunato pertence mais à Antiguidade, na medida em que a clericalização dos valores eróticos tradicionais não apagou as harmónicas humanas destes.

A obra principal de Gregório de Tours († 594 — ele é, de facto, de Clermont), os seus *Dix livres d'Histoires* (é o título exacto, estabelecido pelo seu editor, B. Krusch), deixar-se-á classificar? Os eruditos modernos não estudaram globalmente os escritos de Gregório. À falta de um contributo já elaborado, digamos sumariamente que, de acordo com vários critérios internos, a obra tem um aspecto prevalentemente medieval. Certamente o autor continua ligado aos cânones da cultura, da gramática, mesmo da historiografia antigas. Mas entre o último grande historiador latino, Amiano Marcelino, e o primeiro historiador merovíngio, parece imensa a distância. Não se fundando em critérios estéticos (ou então é preciso tornar a comparar Heródoto e Tucídides), mas

tomando em consideração dados mais objectivos. Em primeiro lugar, a História já se não organiza à volta da noção de estado romano, mas, antes, de nação franca; seguidamente, está totalmente subordinada à lógica, não já do *exemplum* para uso humano (a História era um reservatório de lições políticas e morais), mas da edificação religiosa (os acontecimentos ensinam a glória da Igreja católica); neste sentido, o maravilhoso e o sobrenatural, mesmo o fantástico, tomam lugar sem conflito e são tomados em conta pela totalidade da lição histórica; finalmente, os encadeamentos e os ritmos do relato são estruturalmente diferentes de tudo o que nos legaram os historiadores latinos (a distinção dos géneros, a exigência de dignidade na escolha dos acontecimentos narrados apagam-se). Por conseguinte, sem negar as remanescências antigas da obra, já não pode ser medida segundo critérios aplicáveis à historiografia antiga (mesmo tardia).

A obra do papa Gregório I († 604), cuja cultura iguala a de Isidoro e cujo domínio linguístico ultrapassa muito o do seu homónimo, anuncia por mais de um traço característico o aparecimento de uma estrutura cultural e mental mais medieval, como o mostrou a tese recente de Cl. Dagens [16]. Na realidade, este apresenta Gregório como «o precursor de uma nova cultura». Certamente as condições históricas e sociais são tão desfavoráveis na Itália, nos finais do século VI, que a sua criação fica inacabada. Além disto, as persistências culturais antigas são ainda numerosas em Gregório: P. Riché e H. de Lubac mostraram que está longe de rejeitar completamente a herança do passado. Mas é incontestável que:

1) Gregório «está separado do universo cultural antigo» (Cl. Dagens); opõe o conhecimento sem instrução à instrução sem conhecimento *(indocta scientia-docta ignorantia);*

2) Correlativamente, a sua doutrina é «(enraizada) na espiritualidade monástica», ou seja, que é fundamentalmente ascética;

3) A investigação filosófica e a investigação teológica são menos importantes do que o desenvolvimento de uma moral prática cristã destinada a organizar pouco a pouco toda a sociedade cristã;

4) Por este motivo, a cultura gregoriana «presta-se a tornar-se uma cultura popular». Há portanto orientação, indução, pressão sobre esta cultura popular e Gregório investe uma grande parte da sua própria acção pedagógica maciça;

5) Toda a obra está impregnada de uma espiritualidade escatológica pela qual o homem se prepara sem cessar para

o fim dos tempos. Deste lado é muito vivo o contraste entre o optimismo de um «antiquizante» (mas não de um arcaizante!) como Isidoro e o pessimismo muito medieval de Gregório.

Paremos aqui este ensaio de classificação, não sem lançar um olhar sobre a obra de Alcuíno († 804). Apesar da aparente continuidade com a de um Gregório I, reconhecer-se-ão já aí características medievais.

1) Por um lado, Alcuíno, vindo do outro lado da Mancha, não pertence directamente ao Ocidente latino. É talvez esta a razão por que guarda com a Antiguidade clássica um contacto puramente livresco que não está isento de dureza. Aos seus olhos, a cultura antiga tornou-se, de facto, puramente formal e, despojada de toda a dinâmica pagã que a informava, já não é perigosa (veja-se, pelo contrário, Gregório I). E é sem qualquer hesitação que a inscreve ao serviço da educação cristã. Esta aceitação geral da cultura antiga (a IV écloga de Virgílio está já cristianizada) mostra que ela está de facto separada do tecido social e mental que a conservavam viva.

2) Por outro lado, e inversamente, este regresso ao classicismo formal (a uma boa prática da gramática latina) quase já não satisfaz a evolução da situação cultural geral. A unificação da liturgia (revisão dos livros, redacção dos sermões em língua depurada), o início de uma evangelização que pretende recuperar os modos clássicos da expressão cristã (ou seja, o latim dos padres) não corresponde à fragmentação política, social e linguística em curso. No momento em que as línguas e as etnias romanas fazem a sua aparição, a reforma linguística e cultural do Anglo-Saxão acelera de facto a ruptura entre cultura clerical e cultura laica e transforma a ideia de universidade latina pelo expediente de um classicismo reencontrado num universo esotérico: a «dualidade medieval» (M. Richter) [17] está implantada.

É com base num critério externo que aqui é definitivamente — e aguardando trabalhos mais completos — bem marcada a pertença de Alcuíno. Dissemos mais acima que o latim medieval começa, de acordo com a nossa definição, quando, mesmo sob a sua forma mais elementar e mais adaptada às capacidades da grande massa dos iletrados, se lhe torna praticamente incompreensível. Passado o ano 800 é o

que se verifica. A história da literatura latina tardia encerra-se completamente e começa então a história da literatura latina medieval. Mas a história da literatura românica não começa ao mesmo tempo: será só no final do século X que irão aparecer os primeiros textos literários escritos em língua vulgar. E uma produção literária que não seja, mesmo em língua vulgar, de inspiração clerical, não começa no Ocidente senão no século XI com os poemas occitanos de Guilherme IX. Já ninguém acredita actualmente que se tenham perdido monumentos literários importantes durante um período anterior verdadeiramente longo, o que teria obrigado a avançar as datas precedentes. Resta portanto dar conta da lentidão com que aparecem as literaturas românicas.

A nossa curiosidade não poderá ser satisfeita senão recorrendo aos métodos da história das mentalidades (J. Le Goff). É preciso, em primeiro lugar, dar-mo-nos conta de que o próprio facto de já não escrever em latim, mas de procurar introduzir na *scripta* um qualquer dos modos de falar românicos, supõe que se verificou uma revolução intelectual. Porque é dar entrada na realidade cultural aceite pela elite de alguma coisa completamente inaudita: uma língua nova nascida na própria terra em que se fala uma das três línguas sagradas da cristandade, e que teria substituído esta língua no uso quotidiano. Quando se conhece a veneração quase litúrgica de que a escrita é objecto na Alta Idade Média (quanto mais a cultura é superficial e frágil tanto mais qualquer sinal escrito é susceptível de preencher o papel de um glifo de carácter mágico — D. Fabre [18]), menos nos admiraremos ao verificar a penúria e a raridade no Ocidente latino dos primeiros documentos escritos em língua neolatina. Além disto, correlativamente, escrever um modo de falar românico supõe que o escritor seja capaz de efectuar uma análise, mesmo aproximativa, da língua que ouve. Ora, trata-se de uma tarefa árdua, mesmo para um interlocutor natural, porque este interlocutor só aprendeu a ler, a escrever e a pensar a sua língua nas categorias da gramática latina. De facto, só os mais habilidosos e os mais inteligentes dos interlocutores instruídos podem realizar esta tarefa e somente de maneira progressiva. Estes factores de inércia implicam que, de facto, só a pressão exercida pelas camadas sociais que escapam à tradição cultural escrita (na maioria, portanto, os camponeses e o mundo rural) pode tornar possível o aparecimento dos diferentes *scripta* românicos. Por conseguinte, é menos conveniente admirar-se com o atraso com que aparecem textos autenticamente escritos como não latinos, do que perguntar que processo permitiu finalmente a sua eclosão.

A mesma desordem para a produção literária porque

> por que razão se experimentou pois a necessidade de criar uma literatura em língua vulgar, enquanto o latim podia, parece, bastar para todas as necessidades? (M. Zink) [19].

As características essenciais da história da cultura ocidental da Alta Idade Média permitem responder. Porque, já o vimos, toda a cultura escrita (ou seja, dominante) se tornou exclusivamente clerical no século VIII. Mas verifica-se que «a clivagem cultural não coincide com a estratificação social» (J. Le Goff). Há certamente diferenças importantes no grau de cultura dos clérigos e igualmente uma certa diversificação regional desta mesma cultura. Mas estas características centrífugas não têm mais importância do que os factores de unidade que transcendem as disparidades sociais, culturais, geográficas. Perante este monopólio clerical, a aristocracia laica procura constituir

pouco a pouco o seu próprio sistema de valores, sobretudo a partir do momento em que aparecem clivagens entre um círculo muito restrito de poderosos *(potentes, proceres)* e uma aristocracia pequena e média de *milites*. Os primeiros, a exemplo dos carolíngios, assimilam-se à cultura clerical e «ficam aí presos» (J. Le Goff). Mas entre os segundos, os valores da civilização guerreira bárbara permaneceram vivos e o fundo primitivo popular não está excluído do seu próprio universo mental. É sobre estes dois elementos, combinados com alguns restos da cultura laica clássica, que se apoia uma parte importante da aristocracia laica para forjar uma cultura que escapa pelo menos em parte à cultura clerical, como mostraram os trabalhos de E. Köhler [20]. Nesta perpectiva, a literatura românica só aparece de facto com a instalação definitiva dos sistema feudais e, portanto, com a Idade Média.

CONCLUSÃO

Concluir este pequeno livro é, antes de mais, verificar as suas lacunas. Não fizemos nele «o ponto dos conhecimentos» acerca de todos os problemas. Teria sido necessário falar da fecunda simbiose entre as etnias bárbaras do Norte e as etnias romanizadas do Sul (R. Fossier) [1]; da revolução agrícola que provoca a valorização das pesadas terras férteis do Norte da «Europa» (G. Duby) [2]; e das transformações da arte romana tardia que se desenvolve aqui num «pré-românico hispânico» (J. Fontaine) [3] e além numa figuração mais barbarizada (mas cuja função e valor começam a ser melhor compreendidos). Mas tratar, ainda que fosse só aflorando-as, estas questões, teria, por falta de espaço, feito com que algumas das exposições aqui conservadas ficassem reduzidas ao tamanho de uma simples notícia. Não nos pareceu isto desejável, porque só uma análise um tanto — ainda que pouco — desenvolvida de certos temas era susceptível de convencer o leitor que é legítimo um estudo orientado segundo finalidades homogéneas em todos os domínios da época considerada. Ora, este procedimento é indispensável para tentar uma nova periodização.

Distinguir períodos na História é, em suma, classificar regiões cronológicas como diferentes ou semelhantes. Em investigação científica (mesmo em sentido lato) todo o trabalho começa por uma classificação.

Ora, aparece, no termo desta análise assim sistematizada, que fomos postos em presença de deslizes, de clivagens e de rupturas mais ou menos claros, mais ou menos centrados no tempo, mais ou menos alargados no espaço, segundo os problemas considerados. Para alguns destes, a mudança manifesta-se num garfo cronológico muito estreito. É, na realidade, o século VIII que parece, olhando globalmente os dados, o século-charneira. Recordemos algumas marcas correspondentes a modificações gerais:

Apecto histórico factual: final do século VIII — constituição da espinha dorsal histórico-política do Ocidente medieval (pp. 43-44).

Economia: meados do século VIII — aumento demográfico ligado a um certo renascimento económico (p. 50); // século VIII — apogeu e transformação do sistema dominial (p. 53), perda do património real merovíngio (p. 56), regressão da economia urbana (p. 60), diminuição brutal e mudança de orientação das trocas económicas (p. 61).

Instituições: início do século VIII — aparecimento do sistema das relações vassálicas (p. 69); // *final do século* VIII — generalização deste sistema (p. 74, p. 80); // *primeira metade do século* VIII — modificação completa das alianças políticas da Igreja católica romana (p. 96) e passagem de uma cristandade puramente «latina» para a cristandade «bárbara» (p. 97).

Sociedade: séculos VIII-IX — declínio e, mais tarde, transformação profunda das cidades (p. 102); // *século* VIII — mudanças na percepção do espaço silvícola (p. 107), ressurgimento dos modos de povoamento pré-romanos (p. 111); // *séculos* VIII-IX — transformação dos mercados regionais em mercados locais (p. 112), transformação da *curtis* em *castrum* (p. 112); // *séculos* VIII-IX — passagem da exploração directa à exploração indirecta e da escravatura antiga para a servidão medieval (p. 118); // *século* VIII — aparecimento de uma aristocracia laica puramente guerreira (p. 121); // *séculos* VI-VIII — desclassificação dos trabalhadores agrícolas e artesanais (p. 124); // *séculos* VI-VIII — desenvolvimento do *Wergeld* (p. 127).

Cultura e arte: século VIII — clericalização completa de toda a cultura escrita (p. 135), aparecimento do sistema de educação medieval (p. 137); ruptura entre a comunicação escrita tradicional e a comunicação oral popular (p. 144); primeiros grandes escritores latinos medievais (p. 149).

É evidente que vimos que estas «linhas de cume» sofrem muitas distorções segundo os países e segundo as épocas (*et regionibus ... et tempore,* diria Jerónimo). Mas nem por isso fica menos claro que, considerando a estrutura de conjunto, ou seja, a tipologia, deste período, a passagem da Antiguidade (tardia) para a Idade Média no Ocidente latino, começada no século V, termina no século VIII. Além disto, o movimento não é regular, mas, de algum modo, em aceleração contínua, de tal forma que intervém uma fase decisiva nos séculos VIII-IX.

Nestas condições, levanta-se um novo problema. Que estatuto deve tomar a Alta Idade Média numa periodização longa? Deve ser considerada como uma introdução à Idade Média (mas como falar então do século VI?) ou como um epílogo da Antiguidade tardia, reconhecida a partir de agora — como sublinha o último livro de H. I. Marrou, o equivalente da Antiguidade clássica (mas então que lugar dar ao século VIII?). A solução mais satisfatória será tratar a Alta Idade Média de 500 a 800 como um período específico com as suas próprias características?

Sallas, 25.11.1978.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

A bibliografia é muito abundante. Seguimos o critério de indicar primeiro a bibliografia geral com as obras onde se apontam bibliografias pormenorizadas; depois, capítulo por capítulo, as publicações que são citadas pelo menos uma vez directamente.

OBRAS GERAIS COM FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

P. Bec, *Manuel pratique de philologie romane*, t. 1, Paris, Picard, 1970; t. 2, id., 1971.
O. Bertolini, *Roma e i Longobardi*, Istituto di studi romani, 1972.
L. Bréhier, *Le monde byzantin* [2], t. 1, *Vie et mort de Byzance*, Paris, Albin Michel, 1969; t. 2, *Les institutions de l'Empire byzantin*, id., 1970; t. 3, *La civilisation bysantine*, id., 1970.
A. Fliche e V. Martin, *Histoire de l'Eglise*, t. IV, *De la mort de Théodose à l'avènement de Grégoire le Grand*, Paris, 1945; t. V, *Grégoire le Grand, les Etats barbares et la conquête arabe (590-757)*, Paris, 1938; t. VI, *L'époque carolingienne*, Paris, 1941.
F. Lot, Ch. Pfister e F. L. Ganshof, *Les destinées de l'Empire en Occident de 395 à 788*, Paris. PUF, 1940.
F. Lot, *La fin du monde Antique et le début du Moyen-Age* [3], Paris, Albin Michel, 1968.
R. Mennendez Pidal, *Historia de España*, t. III, *España visigoda (414-711)*, Madrid, 1940; t. IV e V, *España musulmana (711-1031)*, Madrid, 1950-1957.
L. Musset, *Le second assaut contre l'Europe chrétienne (VII^e-XI^e siècle)*, Paris, PUF, 1965.
R. Rémondon, *La crise de l'Empire romain de Marc-Aurèle à Anastase*, Paris, PUF, 1964.
E. Stein, *Histoire du Bas-Empire*, t. 2, *De la disparition de l'Empire en Occident à la mort de Justinien (476-565)*, Paris, 1949.
V. Vaananen, *Introduction au latin vulgaire* [2], Paris, Klincksieck, 1967.

N. B. — Há obras que pertencem a esta categoria, mas que não foram citadas aqui por se encontrarem referidas a seguir.

Capítulo I:

[1] A. Loyen, ed. de *Sidoine Apollinaire*, t. 1, *Poèmes*, Paris, Belles-Lettres, 1960; t. 2 e 3, *Lettres*, id., 1970.
[2] L. Musset, *Les invasions. Les vagues germaniques*, Paris, PUF, 1965.

Capítulo II:

[1] R. Dohehaert, *Le Haut Moyen-Age Occidental. Economies et sociétés*, Paris, PUF, 1971.
[2] A. Aymard, *Rome et son Empire*, Paris, PUF, 1962.
[3] E. Leroy-Ladurie, *Le territoire de l'historien* [2], Paris, Gallimard, 1977.
[4] E. Perroy, *Le monde carolingien*, Paris, Sedes, 1974.
[5] G. Fourquin, *Histoire économique de l'Occident médiéval* [2], Paris, A. Colin, 1971.
[6] G. Charles-Picard e J. Rouge, *Textes et documents relatifs à la vie économique et sociale dans l'Empire Romain*, Paris, Sedes, 1969.
[7] J. Rouge, *La marine dans l'Antiquité*, Paris, PUF, 1975.
[8] H. Pirenne, *Histoire économique et sociale du Moyen-Age*, Paris, PUF, 1963.
[9] H. Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, Paris, PUF, 1970.

Capítulo III:

[1] P. Riche, *Education et culture en Occident barbare* [3], *VI^e-VIII^e siècle*, Paris, Seuil, 1973.
[2] J. Ellul, *Histoire des institutions*, t. 3, Le Moyen-Age [7], Paris, PUF, 1976.
[3] M. Bloch, *La société féodale* [5], Paris, Albin Michel, 1973.
[4] A. Uddholm, *Formulae Marculfi, Etudes sur la langue et le style*, Upsala, 1954.
[5] P. Bonnassie, *La Catalogne du milieu du X^e à la fin du XI^e siècles. Croissance et mutations d'une société*, Tolosa, Assoc. das Publ. da Univ. de Toulouse, II, 1976.

[6] Cl. Sánchez-Albornoz, *Estudios sobre las instituciones medievales españolas,* México, 1965.
[7] E. Magnou-Nortier, *La société laïque et l'Eglise dans la province ecclésiastique de Narbonne, VIIIe-XIe siècles,* Tolosa, Public. Toul., II, 1974.
[8] M. Rouche, *L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes, 418-781,* Lille, 1977.
[9] J.-P. Poly, *La Provence et la société féodale (879-1166),* Paris, A. Colin, 1976.
[10] M. Banhard, «Occitània e feudalitat: mapas institucionalas e mapas linguisticas», in *Annals de l'Institut d'Estudis Occitans,* V, 2, Montpellier, 1977.
[11] P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval (IXe-XIIe siècles),* Paris, De Boccard, 1973.
[12] J. Chelini, *Histoire religieuse de l'Occident médiéval,* Paris, A. Colin, 1970.

Capítulo IV:

[1] F. Vercauteren, La vie urbaine entre Meuse et Loire, du VIe au IXe siècle, *Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto medioevo,* VI, *La città,* Spolète, 1959.
[2] J. Hubert, Evolution de la topographie et de l'aspect des villes en Gaule (Ve-Xe siècle), *Settimane ...,* VI, Spolète, 1959.
[3] A. Gieysztor, Les origines de la ville slave, (et discussions), *Settimane...,* VI, Spolète, 1959.
[4] M. Roblin, Cités ou citadelles? Les enceintes romaines du Bas-Empire d'après l'exemple de Paris, *REA,* LIII, 1951.
[5] G. Duby, Les villes du Sud-Est de la Gaule du VIIIe au IXe siècle, *Settimane...,* VI, Spolète, 1959.
[6] E. Dupré Theseider, Problemi della città nell'alto medioevo, *Settimane...,* VI, Spolète, 1959.
[7] J.-M. Lacarra, Panorama de la historia urbana en la peninsula iberica desde el siglo V al X, *Settimane...,* VI, Spolète, 1959.
[8] Cf. Sánchez-Albornoz, El gobierno de las ciudades en España del siglo V al X, (et discussions), *Settimane...,* VI, Spolète, 1959.
[9] Ch. Higounet, Les forêts de l'Europe occidentale du Ve siècle à l'an mil, *Settimane...,* XIII, Spolète, 1965.
[10] P. Riche, *La vie quotidienne à l'époque carolingienne,* Paris, Hachette, 1973.
[11] Ph. Jones, L'italia agraria nell'alto medioevo: problemi di cronologia et di continuità, *Settimane...,* XIII, Spolète, 1966.

[12] G. Fourquin, Le Moyen-Age, in G. Duby, *Histoire de la France rurale,* t. 1, Paris, 1976.
[13] Cl. Nicolet, *Rome et la conquête du monde méditerranéen,* I, Paris, PUF, 1977.
[14] E. M. Staerman e M. K. Trofimova, *La schiavità nell'Italia imperiale* (trad. do russo), Roma, 1975.
[15] W. Von Wartburg, *Französisches Etymologisches Wörterburch,* Heidelberga, 1922 e segs.
[16] G. Fournier, *Le peuplement rural en Basse Auvergne durant le Haut Moyen-Age,* Paris, PUF, 1962.
[17] K. F. Stroheker, *Der senatorische Adel im spätantiken Gallien,* Tübingen, 1948.
[18] J. Le Goff, *Pour un autre Moyen-Age,* Paris, Gallimard, 1977.

Capítulo V:

[1] H. I. Marrou, *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* 6, Paris, Seuil, 1965.
[2] J.-P. Callu, édition de *Symmaque, Lettres,* Paris, Belles-Lettres, 1972.
[3] P. Courcelle, *Les lettres grecques en Occident de Macrobe à Cassiodore* 2, Paris, De Boccard, 1948.
[4] U. Weinreich, *Languages in contact* 2, Haia, 1963.
[5] M. Banniard, *Communication écrite et communication orale du IVe au IXe siècles en Occident latin* (trabalho em curso).
[6] M. Van Uytfanghe, Le latin des hagiographes mérovingiens et la protohistoire du Français, *Romanica Gandensia,* XVI, Gante, 1976.
[7] F. Lot, A quelle date a-t-on cessé de parler latin?, *ALMA,* 6, 1931.
[8] H. F. Muller, When did latin cease to be a spoken language in France?, *The Romanic Review,* XII, 1921.
[9] H. I. Marrou, *Décadence romaine ou Antiquité tardive?,* Paris, Seuil, 1977.
[10] P. Zumthor, *Histoire littéraire de la France médiévale* 2 *(VIeXIVe siècles)* 2, Genebra, 1973.
[11] M. Manitius, *Geschichte der lateinischen Literatur des Mittelaters,* I, Munique, 1965.
[12] Ph. Wolff, *L'éveil intellectuel de l'Europe,* Paris, Seuil, 1971.
[13] J. Fontaine, *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique,* Paris, Etudes augustiniennes, 1959.
[14] R. Bezzola, *Les origines et la formation de la littérature courtoise en Occident (500-1200),* I, Paris, Champion, 1958.

[15] P. Bec, *Nouvelle anthologie de la lyrique occitane au Moyen-Age,* Avinhão, Aubanel, 1972.
[16] Cl. Dagens, *Saint Grégoire le Grand, Culture et expérience chrétiennes,* Paris, Etudes augustiniennes, 1977.
[17] M. Richter, Kommunikationsprobleme im Lateinischen Mittelalter, *Historische Zeitschrift,* 222, Munique, 1976.
[18] D. Fabre e J. Lacroix, *La tradition orale du conte occitan,* I, Paris, PUF, 1974.
[19] M. Zink, *La pastourelle. Poésie et folklore au Moyen-Age,* Paris. 1972; *La prédication en langue romane avant 1300,* Paris, Champion, 1976.
[20] E. Köhler, *Trobadorlyrik und höfischer Roman,* Berlim, 1962; Observations historiques et sociologiques sur la poésie des troubadours, *Cahiers de Civil. Méd.,* VII, Poitiers, 1964.

Conclusão:

[1] R. Fossier, *Histoire sociale de l'Occident Médiéval,* Paris, A. Colin, 1970.
[2] G. Duby, *Guerriers et paysans* 2, Paris, Gallimard, 1978.
[3] J. Fontaine, *Préroman hispanique,* col. «Zodiaque», 1973.

N. B. — O mesmo autor só é citado mais de uma vez quando se trata de outra das suas obras. Caso contrário, as referências remetem sempre para a mesma obra.

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Apartado 8 — 2726 Mem Martins Codex — Portugal